

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA

JAMILE MEZZOMO KLANOVICZ

**HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE MULHERES NO HANDEBOL DO
RIO GRANDE DO SUL: CONTEXTUALIZANDO O UNIVERSO DO APITO**

Porto Alegre

2019

Jamile Mezzomo Klanovicz

**HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE MULHERES NO HANDEBOL DO
RIO GRANDE DO SUL: CONTEXTUALIZANDO O UNIVERSO DO APITO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências do Movimento Humano.

Profa. Orient. Dra. Silvana Vilodre Goellner

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Klanovicz, Jamile Mezzomo
Histórias, memórias e narrativas de mulheres no
Handebol do Rio Grande do Sul: contextualizando o
universo do apito / Jamile Mezzomo Klanovicz. -- 2019.
126 f.
Orientadora: Silvana Vilodre Goellner.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa
de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano,
Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Árbitras de Handebol. 2. Mulheres árbitras. 3.
Gênero. I. Goellner, Silvana Vilodre, orient. II.
Título.

Jamile Mezzomo Klanovicz

**HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE MULHERES NO HANDEBOL DO
RIO GRANDE DO SUL: CONTEXTUALIZANDO O UNIVERSO DO APITO**

Conceito final:

Aprovada em 29 de agosto de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ludmila Nunes Mourão – FAEFID/UFJF

Profa. Dra. Rose Méri Santos da Silva – ESEF/UFPel

Prof. Dr. Guy Ginciene – ESEFID/UFRGS

Profa. Dra. Silvana Vilodre Goellner – UFRGS (Orientadora)

AGRADECIMENTOS

A constituição de uma pesquisa não ocorre apenas por uma única pessoa. A pesquisa é parte de um percurso, que atravessa muitas pessoas e muitos pensares, ideias, sujeitos, contextos, vivências, é composta por um grande coletivo. É desse coletivo que se constitui esta pesquisa. Afinal, a caminhada na Pós-graduação não é uma tarefa fácil, nem tão pouco confortável. Ao longo do caminho, vamos nos desconstruindo, e reconstruindo... É um constante processo de aprendizagem!

Porém, essa caminhada se tornou menos complicada, justamente, por ter esse coletivo ao meu lado. Um coletivo composto por pessoas que estiveram comigo desde o início da UFRGS. Algumas eu fui encontrando no início da caminhada na graduação em Educação Física, outras no grupo de pesquisa e outras, ainda, a gente vai conhecendo, encontrando e reencontrando ao longo do processo, até mesmo em outros continentes. Şerefe!

Através desse coletivo, eu aprendi o significado da amizade, do afeto, do companheirismo. Aprendi a admirar tod@s pelo que são, fazem e representam nesse processo, mas principalmente, na minha vida! Meu muito obrigada a Pamela, a Suellen, a Greyce, a Ana Carolina, a Leila, ao Bira, a Munique, a Hayline, a Alice, a Pamela Zorn, a Marília, a Isadora, ao Nicholas, a Mayara e a Johanna.

Também não poderia deixar de mencionar minha profunda gratidão a minha orientadora, Profa. Silvana Goellner. Pessoa incansável na luta pela visibilidade e pelo protagonismo das mulheres. Muito obrigada por todos os anos de acolhimento e pela aprendizagem que recebi ao longo desse tempo.

Quero agradecer a todas as árbitras que contribuíram com este trabalho, e que se disponibilizaram em participar. Sintam-se carinhosamente homenageadas.

Por último, e não menos importante, quero agradecer a minha família. Uma família de mulheres fortes, que não fogem da luta! Mulheres que eu admiro imensamente e que são meu maior orgulho. Mulheres estas que jamais me deixaram desistir! Obrigada Luiza e Tamires: eu amo vocês!

RESUMO

As barreiras enfrentadas pelas mulheres no contexto esportivo resultam de relações históricas, as quais vêm limitando suas experiências. No contexto do Handebol, isso não se dá de modo diferente, inclusive na arbitragem. Considerando esse cenário, o objetivo deste estudo é dar visibilidade a trajetória de mulheres na arbitragem do Handebol no Rio Grande do Sul, analisando aspectos relacionados a sua inserção, ascensão e permanência na carreira de árbitra. O estudo possui uma abordagem qualitativa e do tipo descritiva e está ancorado no aporte teórico-metodológico da História Oral por meio da realização de entrevistas, as quais foram colocadas em diálogo com outras fontes de pesquisa. Para apresentar as análises inicialmente destaco o contexto histórico do Handebol gaúcho para compreender o cenário em que as árbitras se encontram, bem como os primeiros movimentos da arbitragem e os cursos organizados pela Federação Gaúcha de Handebol (FGHb). Além disso, trago um breve relato sobre o contexto nacional do Handebol, e da arbitragem, com vistas a evidenciar o protagonismo e o pioneirismo de algumas árbitras brasileiras. Por fim, analiso de modo mais particular a narrativa das três árbitras que integram o atual quadro de arbitragem da FGHb. Destaco, então, que sua inserção na arbitragem ocorreu devido ao seu envolvimento com a prática da modalidade no âmbito escolar ou de clubes. Evidencio, por fim, que algumas dificuldades apontadas em suas narrativas não foram empecilhos para desistirem da modalidade e que estar na arbitragem é um modo de se manterem no esporte em que pese o fato de não ser uma profissão.

Palavras-chave: Árbitra de Handebol. Mulheres árbitras. Gênero.

ABSTRACT

The barriers faced by women in the sports context result from historical relationships that have been limiting their experiences. In the context of handball this is not different, even in refereeing. Considering this scenario, the objective of this study is to give visibility to the trajectory of women in Handball refereeing in Rio Grande do Sul, analyzing aspects related to their insertion, ascension and permanence in the referee's career. The study has a qualitative and descriptive approach and is anchored in the theoretical-methodological approach of Oral History by conducting interviews which were placed in dialogue with other research sources. In order to present the analyzes, I first highlight the historical context of the Rio Grande do Sul Handball to understand the scenario that the referees are in, as well as the first movements of the referee, and the courses organized by the Rio Grande do Sul Handball Federation (FGHb). In addition, I bring a brief account about the national context of Handball and refereeing in order to highlight the protagonism and pioneering of some Brazilian referees. Finally, I will analyze more specifically the narrative of the three referees that make up the current FGHb arbitration framework. I emphasize, then, that its insertion in the arbitration occurred due to its involvement with the practice of the modality in the school or clubs. Finally, it is evident that some of the difficulties pointed out in their narratives were not obstacles to giving up the sport and that being in arbitration is a way to stay in sports despite the fact that it is not a profession.

Keywords: Handball referee. Women referees. Gender.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Livro de Assentamento dos professores da ESEFID/UFRGS	33
Figura 2 – Chamada da disciplina de Handebol – 1965 – da turma das mulheres	35
Figura 3 – Documento da Federação Gaúcha de Handebol (1972) – Consiste em um documento histórico do Handebol de salão no Estado do Rio Grande do Sul	37
Figura 4 – Seleção Juvenil Masculina de Handebol – primeiro título nacional conquistado pelo Handebol gaúcho, em 1977 – equipe do Corinthians Atlético Clube de Santa Maria	41
Figura 5 – Equipe de Handebol Júnior feminina – Altero/Paquetá – Saporanga Campeonato Estadual de Handebol Júnior feminino 1989	42
Figura 6 – Equipe de Handebol Juvenil feminino – Altero/Paquetá – Saporanga Campeonato Brasileiro de Handebol Juvenil – 1989	43
Figura 7 – Reportagem sobre a equipe de Handebol de Saporanga – Jornal Saporanga (JS) – 1989	44
Figura 8 – Equipe de Handebol do Clube Atlético Cairú/Ulbra/Diadora – Saporanga – Liga Nacional de Handebol Feminino – 1998	45
Figura 9 – Reportagem da equipe de Handebol do Clube Atlético Cairú/Ulbra/Diadora de Saporanga – Jornal ABC Esporte – 27 de junho de 1998.....	46
Figura 10 – Entrevistas realizadas com árbitros e ex-árbitras de Handebol.....	55
Figura 11 – Árbitras da Liga de Handebol do Paraná (LHPR) Juliana da Silva Lima e Sandra Aparecida dos Santos Ferreira de Quadros	58
Figura 12 – Árbitras de Handebol Renata, Gabriela e Bruna Garcia – Federação Catarinense de Handebol (FCHb)	59
Figura 13 – Certificado de árbitra Internacional de Handebol – Federação Internacional de Handebol (IHF) de 1997, de Carla Righeto	65
Figura 14 – Ex-árbitras Silvana Maria Silva e Carla Righeto	66
Figura 15 – Reportagem com as árbitras Branka Maric (à esquerda) e Zorica Gardinovacki na Revista <i>World Handball Magazine</i> – Federação Internacional de Handebol (IHF) de 2004/2	68
Figura 16 – Árbitras de Handebol Branka Maric e Zorica Gardinovacki	69
Figura 17 – Árbitras de Handebol Charlotte e Julie Bonaventura	70

Figura 18 – Fotografia do Jornal Zero Hora de 1979	77
Figura 19 – Documento da Secretaria da Educação, Subsecretaria de Desporto, e do Departamento de Educação Física – Atestado que atuou na equipe de arbitragem da fase final dos II Jogos da Juventude Escolar Gaúcha em 1989.....	79
Figura 20 – Curso de capacitação de arbitragem promovido pela Federação Gaúcha de Handebol nos dias 27 e 28 de abril de 2019	82
Figura 21 – Participantes do curso de arbitragem da Federação Gaúcha de Handebol (FGHb) no ano de 2016	85
Figura 22 – Priscila Nedel	92
Figura 23 – Marisa Wasem	94
Figura 24 – Árbitra Marisa Wasem, com sua ex-dupla de arbitragem Priscila Nedel	95
Figura 25 – Árbitras Betina Görgen e Caroline Goulart	97
Figura 26 – Certificado de Betina Görgen do curso de ascensão à categoria de árbitra nacional – 2017	100
Figura 27 – Árbitras Betina Görgen e Caroline Goulart, com a certificação de árbitras da Confederação Brasileira de Handebol (CBHb)	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Entrevistas realizadas sobre Handebol	24
Quadro 2 – Entrevistas relacionadas com Handebol	25
Quadro 3 – Entrevistas relacionadas com arbitragem	26
Quadro 4 – Trabalhos publicados sobre arbitragem	52
Quadro 5 – Estágios do teste físico <i>Leger</i> para homens e para mulheres.....	86

LISTA DE SIGLAS

CBHb – Confederação Brasileira de Handebol

ESEFID – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança

FCHb – Federação Catarinense de Handebol

FFHB - Fédération Française de Handball (Federação Francesa de Handebol)

FGHb – Federação Gaúcha de Handebol

FPHb – Federação Paulista de Handebol

FUGE – Federação Universitária Gaúcha de Esportes

FUNDERGS – Fundação de Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul

IHF - International Handball Federation (Federação Internacional de Handebol)

LHPR – Liga de Handebol do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFMS – Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1 TIRO DE SAÍDA INICIAL	11
2 MULHER, GÊNERO E ESPORTE	15
3 CAMINHOS INVESTIGATIVOS	19
3.1 GARIMPANDO MEMÓRIAS: RECONSTRUIR MEMÓRIAS PARA PRODUIR HISTÓRIAS	21
4 O HANDEBOL NO RIO GRANDE DO SUL: DA INSERÇÃO AO DESENVOLVIMENTO	28
5 AS MULHERES E A OUSADIA DE SOPRAR UM APITO	49
5.1 O HANDEBOL NO CENÁRIO NACIONAL	49
5.2 CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL E AS MULHERES NA ARBITRAGEM	55
6 DE ATLETAS A ÁRBITRAS: AS MULHERES NA FEDERAÇÃO GAÚCHA DE HANDEBOL	74
6.1 AS ÁRBITRAS DO HANDEBOL GAÚCHO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES	75
6.2 AS ÁRBITRAS: MEMÓRIAS, TRAJETÓRIAS E NARRATIVAS	91
6.3 AS MULHERES NA ARBITRAGEM DO HANDEBOL: DESAFIOS NA CARREIRA	104
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	116
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	125
ANEXO A – CARTA DE CESSÃO	126

1 TIRO DE SAÍDA INICIAL

Para dar início à apresentação desta pesquisa que aborda a presença de mulheres na arbitragem do Handebol no Rio Grande do Sul, considero necessário apresentar como passei a me interessar por essa temática.

A ideia de focar esse assunto com maior profundidade se originou a partir de uma pesquisa sobre a História do Handebol no Rio Grande do Sul, que desenvolvi junto ao Centro de Memória do Esporte (CEME), durante os quatro anos em que fui bolsista de iniciação científica. A partir do estudo desenvolvido nesse período, comecei a estabelecer contato tanto com essa prática esportiva quanto com pessoas envolvidas com a sua estruturação no Rio Grande do Sul.

Além dessa pesquisa, desenvolvi meu Trabalho de Conclusão de Curso tematizando essa modalidade esportiva. O estudo intitulado *A história da disciplina de Handebol na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*¹ foi apresentado ano de 2016, e nele analiso a inserção do Handebol na grade curricular universitária, enfatizando a importância desse esporte na formação de professores/as de Educação Física.

Como é possível perceber, desde os meus primeiros passos na investigação científica, o Handebol se fez presente, em especial, os aspectos relacionados a sua história e estruturação no estado do Rio Grande do Sul. No entanto, durante o processo de identificação de sujeitos que atuaram nesse esporte, percebi que o tema da arbitragem quase não era abordado, e quando havia alguma menção sobre essa função, as mulheres não eram citadas. Além disso, ao pesquisar alguns registros históricos sobre o surgimento da arbitragem do Handebol em nível mundial, nacional e até mesmo estadual, identifiquei a escassez de informações a esse respeito, sendo o protagonismo das mulheres invisibilizado tanto em textos acadêmicos quanto não acadêmicos. Tal ausência me instigou a conhecer esse universo mais de perto.

Ressalto que para chegar a essa temática foi necessária uma contextualização do Handebol no estado do Rio Grande do Sul, visto que ainda não existe nenhum estudo de fôlego sobre esse tema. Além disso, o Handebol gaúcho sequer é mencionado em duas obras referenciais do esporte: o Atlas do Esporte no Rio Grande do Sul (MAZO; REPPOLD FILHO, 2005) e o Atlas do Esporte no Brasil (DACOSTA, 2006). Tal ausência aponta para a invisibilidade não apenas de registros sobre as

¹ Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/157045>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

mulheres e as mulheres árbitras, mas, inclusive, sobre a própria história desse esporte no Rio Grande do Sul.

Portanto, foi a partir do meu contato com a modalidade, que percebi a necessidade de pesquisar o tema “mulheres no Handebol”. Observei a existência de poucos registros sobre o assunto e a dificuldade de identificar quem eram essas mulheres. Dessa forma, compreendo a importância de falar sobre as mulheres na arbitragem, dando visibilidade as suas narrativas e reconstruindo suas trajetórias dentro do esporte: o Handebol.

Considerando meu envolvimento com a temática, o objetivo desta dissertação é descrever a presença de mulheres árbitras da modalidade do Handebol do Estado do Rio Grande do Sul, destacando aspectos relacionados a sua inserção e permanência na modalidade. Para tanto, oriento minha investigação a partir de algumas questões norteadoras. São elas:

- Como ocorreu o processo de inserção das mulheres na arbitragem do Handebol?
- Como se deu o envolvimento das árbitras com a modalidade do Handebol?
- Que dificuldades enfrentaram ao longo de sua trajetória nesse esporte?
- O que elas narram sobre sua inserção e permanência nessa atuação?

Por fim, esta dissertação está organizada em sete capítulos, sendo que o primeiro, intitulado *Tiro de saída inicial*, compõe a introdução. No capítulo 2, apresento os aportes teóricos, no qual trago as discussões de gênero no esporte, em virtude da “ocupação dos espaços esportivos pela mulher, visto que não houve de fato, um confronto das mulheres com os homens que visasse a redistribuição dos espaços esportivos no Brasil”, como afirma Mourão (2000, p. 07).

No capítulo 3, exponho os caminhos metodológicos que estruturaram esta investigação. Abordo, mais especificamente a História Oral, pois, segundo Thompson (1992, p. 134) “até pouco tempo atrás, a história das mulheres foi ignorada pelos historiadores [...], e o descaso total por esse campo faz com que entrar nele cause a emoção de uma viagem de descoberta”, visto a ausência de registros históricos sobre a participação das mulheres nos espaços esportivos. Com relação à análise do corpus empírico que constitui a pesquisa, apresento-os por meio de três estudos específicos, os quais possuem o mesmo aporte teórico e metodológico.

Assim, no capítulo 4, intitulado *O Handebol no Rio Grande do Sul: da inserção ao desenvolvimento*, analiso aspectos históricos da modalidade a partir da narrativa de pessoas que fizeram/fazem parte do processo de inserção e de desenvolvimento desse esporte em solo gaúcho. Com isso, procurei compreender como o Handebol se inseriu e se legitimou nesse estado, buscando apreender quando as mulheres apareceram nessa prática esportiva. Para tanto, utilizei a fundamentação teórico-metodológica da História Oral, na qual foram realizadas entrevistas com praticantes/ex-praticantes de Handebol, além de técnicos e dirigentes da Federação Gaúcha de Handebol (FGHb). Para além dessas entrevistas, também se constituíram como fontes deste trabalho livros que versam sobre a modalidade, documentos históricos, fotografias, *sites* de instituições oficiais da modalidade, assim como outros que abordam esse esporte.

O capítulo 5, intitulado *As mulheres e a ousadia de soprar um apito*, analisei a inserção de árbitras reconhecidas pela Confederação Brasileira de Handebol (CBHb). Esse estudo também esteve fundamentado na perspectiva teórico-metodológica da História Oral e contempla uma breve contextualização do Handebol no cenário nacional, com vistas a se aproximar do universo no qual as árbitras estão inseridas. Cumprida essa etapa, descrevo o modo como captei informações para o estudo e as pesquisas encontradas que tematizam a presença de mulheres na arbitragem para, posteriormente, descrever de modo sucinto o surgimento dos primeiros cursos de arbitragem promovidos pela CBHb, bem como o aparecimento das primeiras árbitras nas Federações Estaduais. Por fim, apresento o pioneirismo da primeira dupla brasileira com atuação na categoria Internacional, assim como faço algumas referências ao atual cenário internacional de arbitragem.

No capítulo 6, *De atletas a árbitras: as mulheres na Federação Gaúcha de Handebol*, analisei a trajetória das árbitras formadas no Rio Grande do Sul considerando, sobretudo, suas narrativas. A fundamentação teórico-metodológica também está ancorada na História Oral, na qual foram realizadas entrevistas com as árbitras que fizeram/fazem parte do quadro de arbitragem da Federação Gaúcha de Handebol (FGHb). Nesse capítulo, apresento os primeiros cursos de arbitragem no Rio Grande do Sul e descrevo como se dá o início da inserção das mulheres no quadro de arbitragem da FGHb. Para tanto, além das entrevistas, incorporei ao trabalho outras fontes de pesquisa como, por exemplo, documentos dos acervos pessoais das árbitras e ex-árbitras, registros encontrados no *site* da Federação Gaúcha de

Handebol e em perfis de redes sociais (*Facebook, Instagram e Twitter*). Na continuidade da discussão, focalizo a análise nas árbitras que, atualmente, integram o quadro de arbitragem da Federação Gaúcha de Handebol, procurando reconhecer seu perfil de modo a identificar como foram as suas experiências esportivas, a sua inserção na arbitragem, assim como os desdobramentos da sua atuação em campeonatos de Handebol, em nível estadual e/ou nacional, e a sua busca pela ascensão a níveis mais elevados. Além das entrevistas, também agreguei ao trabalho outras fontes de pesquisa, tais como seus acervos pessoais, que contribuíram para visibilizar suas trajetórias na arbitragem do Handebol gaúcho. Na sequência, apresento a análise das narrativas das árbitras, considerando o que mencionam sobre as dificuldades encontradas no contexto da arbitragem, dentre elas, os preconceitos vivenciados ao longo de sua trajetória, as restrições nas escalas de arbitragem, e a carência de duplas de arbitragem, devido ao pequeno número de mulheres presentes no quadro da FGHb.

Por fim, teço algumas considerações finais a fim de articular esses estudos de modo a justificar as escolhas que fiz para construir esta dissertação que, como já mencionei, tem como principal objetivo visibilizar a presença de mulheres árbitras no Handebol gaúcho.

2 MULHER, GÊNERO E ESPORTE

Para compreender a trajetória de mulheres na arbitragem do Handebol através das suas narrativas, parto do pressuposto que os espaços que as mulheres ocuparam e se apropriaram são atravessados por relações de poder e de gênero. Com isso, o subcapítulo a seguir é dedicado a apresentar alguns fragmentos da trajetória dos movimentos de mulheres, a fim de evidenciar como emerge o conceito de gênero e como ele pode servir como ferramenta analítica para analisar o contexto do esporte em que as mulheres árbitras se inserem.

Dessa forma, ao analisar a história de mulheres no esporte, percebemos que ao longo do tempo ela foi majoritariamente narrada pelos homens, com destaque para o modo como deveriam se comportar e se relacionar, e os espaços que poderiam (ou não) ocupar. Tal perspectiva fez com que suas histórias fossem descritas por homens e para os homens, conferindo pouca visibilidade para as mulheres, suas vozes e suas próprias narrativas.

Nesse sentido, as mulheres tiveram que lutar para assegurar um espaço no mundo dos esportes (SOUZA; KNIJNIK, 2007), pois, ao acontecerem nos espaços públicos, eram geralmente representados como uma prática orientada por princípios de força, racionalidade, atividade, objetividade, ou seja, ligados aos homens. Segundo Rubio e Simões (1999), essa representação se repete por um longo período, uma vez que a “hegemonia ideológica do esporte, enquanto instituição masculina, invalidou a experiência atlética das mulheres” (p. 50). A mulher, no início de século XX, ainda era, muitas vezes, representada como invasora de espaços majoritariamente “destinados” aos homens.

O suor excessivo, o esforço físico, as emoções fortes, as competições, a rivalidade consentida, os músculos delineados, os gestos espetacularizados do corpo, a liberdade de movimentos, a leveza das roupas e a seminudez, práticas comuns ao universo da cultura física, quando relacionadas à mulher, despertavam suspeitas porque pareciam abrandar certos limites que contornavam uma imagem ideal de ser feminina. Pareciam, ainda, desestabilizar o terreno criado e mantido sob domínio masculino cuja justificativa, assentada na biologia do corpo e do sexo, deveria atestar a superioridade deles em relação a elas (GOELLNER, 2005, p. 04).

Em função de representações como essa, a participação das mulheres nas práticas esportivas era recorrente em discussões de diferente natureza, visto que era incentivado para as mulheres viverem “o espetáculo esportivo, desde que não

deixassem de lado, por exemplo, a graciosidade, a delicadeza e a beleza, atributos colados a uma suposta 'essência feminina'" (GOELLNER, 2007, p. 185). Sendo assim, a participação da mulher no meio esportivo, sobretudo em algumas modalidades de contato, não era vista como adequada, sendo fortemente silenciada.

Desse modo, para barrar a participação feminina em determinadas práticas esportivas no Brasil, no ano de 1941, entra em vigor o Decreto-Lei 3.199, que vigorou até 1979, com Deliberação n. 7, em 1965, que relatava a proibição de diversas práticas esportivas para as mulheres (MOURÃO, 2000). Para Goellner (2005), a participação das mulheres no meio esportivo representava uma ameaça ao universo dos homens.

[...] a presença da mulher no mundo do esporte representa, ao mesmo tempo, ameaça e complementaridade: ameaça porque chama para si a atenção de homens e mulheres, dentro de um universo construído e dominado por valores masculinos e porque põe em perigo algumas características tidas como constitutivas da sua feminilidade (p. 02).

No entanto, para Mourão (2000, p. 08), não houve "confrontos e lutas por espaço na história da emancipação esportiva da mulher brasileira, e sim, um processo lento de infiltração, que se consolida na prática e no exercício da interação". Logo, podemos perceber que a inserção das mulheres nos espaços esportivos não foi de livre acesso. Elas foram gradativamente conquistando esse acesso, quebrando barreiras e ampliando seus espaços de participação. Dessa forma, e fortemente silenciada, a presença da mulher acontece desde os primórdios das práticas esportivas (GOELLNER, 2005; ADELMAN, 2006).

Nesse sentido, tematizar as relações de gênero no "campo esportivo ajuda a problematizar e compreender como e por que a participação das mulheres em determinadas práticas ganha maior ou menor visibilidade" (ANDRES, 2014, p. 17). Desse modo, para melhor compreendermos as desigualdades constituídas historicamente no esporte e em especial na arbitragem, referencio a categoria analítica de gênero, que é "[...] importante para perceber os processos pelos quais, no interior de redes de poder, a diferença biológica é tomada para explicar desigualdades sociais gestando, assim, formas de inclusão e exclusão de sujeitos e grupos" (GOELLNER, 2007, p. 183).

[...] o termo "gênero" também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de

subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres (SCOTT, 1995, p. 75).

Ainda que o gênero apareça como uma construção cultural, devemos mencionar que não é uníssono, nem mesmo no campo dos Estudos Feministas, sobretudo a partir da década de 1970 (SOUZA; KNIJNIK, 2007). Segundo Goellner (2013), foram os aportes teóricos-epistemológicos decorrentes dos feminismos que nos possibilitaram uma investigação em campos da pesquisa historiográfica – que antes eram vedados – sendo estes analisados a partir das relações de gênero.

Por isso, os Estudos Feministas tiveram grande participação no estímulo de estudos e pesquisas que denunciasses, sobretudo, “a subordinação social e a invisibilidade política a que as mulheres vinham sendo historicamente submetidas” (MEYER, 2004, p. 14). No entanto, a busca pela visibilidade política das mulheres não é uma luta apenas das mulheres do século passado. Segundo Jaeger (2006, p. 206), “[...] ainda hoje o esporte é marcado por diferentes posicionamentos acerca da participação feminina e a luta ainda não acabou, pois há muito o que se fazer para que as condições de gênero sejam igualitárias”.

Todavia, é preciso que ocorram movimentos de desnaturalização sobre identidades biológicas, que possibilitam generalizações, para que haja possibilidades de diálogos que podem levar a “[...] transformações profundas nas representações que elaboramos sobre as diferentes possibilidades de nos constituir em sujeitos femininos ou masculinos” (JAEGER, 2006, p. 207). Para Louro (2008, p. 18), “nada há de puramente ‘natural’ e ‘dado’ em tudo isso: ser homem e ser mulher constituem-se em processos que acontecem no âmbito da cultura”.

Sendo assim, os significados produzidos pela cultura, fazem parte de um sistema de representação, no qual essa prática está interligada a uma produção de significados através da linguagem (HALL, 1997). Dessa forma, apesar das mulheres adquirirem representatividade ao se inserirem em espaços hegemônicos masculinos, ainda há “[...] os preconceitos arraigados, de valores assumidos como parte da cultura, cuja origem se perde na poeira dos tempos [...]” (MOURÃO, 2000 p. 10).

Pensar na representatividade da mulher dentro do esporte é “pensar em símbolos, normas, leis e políticas de uma sociedade constituída e atravessada por representações e pressupostos de feminino e de masculino” (MEYER, 2004, p. 16),

que foram se constituindo ao longo do tempo. Pressupostos estes que acabam por delimitar espaços ocupados por mulheres e homens, inclusive no esporte.

A representação das mulheres como o sexo frágil e sensível, as coloca em um papel de inferioridade em relação aos homens. Contudo, conforme Jaeger (2006, p. 203), “[...] as incursões das mulheres no território esportivo questionaram e romperam mitos de fragilidade e perda da feminilidade, os quais sentenciavam que o esporte não era um espaço a ser adentrado e conquistado pelas mulheres”.

Para ocupar o espaço esportivo, as mulheres quebraram barreiras em diferentes ocupações que circulam no entorno dessa prática: na gestão esportiva, na preparação física ou atuando como técnicas, dirigentes e árbitras. Ainda assim, apesar de estarem presentes nesses cargos, muitas vezes, não acessam os altos postos por atuarem em um campo dominado por homens. Ao analisar essa questão, algumas autoras desenvolveram uma teoria que pode ser representada pela metáfora do “teto de vidro”. Segundo Heidi Jancer Ferreira *et al.* (2013), essa proposição teórica:

[...] indica que as mulheres ocupam posições inferiores, a partir das quais elas visualizam os postos acima delas por meio da transparência da parede de vidro, mas não conseguem ultrapassá-la. Esse fenômeno evidencia que a maioria das mulheres se limita a ocupar a base da pirâmide de organização hierárquica, expondo a exclusão feminina em setores específicos (p. 106).

Para Cristina Tavares da Costa Rocha (2006), essa exclusão não tem relação com a falta de habilidade e capacidade das mulheres, mas sim, com o simples fato de serem mulheres. Afinal, como qualquer outra prática social, o esporte é um espaço generificado e, nesse caso, aos homens cabe a maior representatividade, visto que desde sua origem esteve a eles associado.

Considerando as questões de gênero no esporte, as quais serão aprofundadas no transcorrer dos estudos que integram esta dissertação, apresento algumas discussões acerca da presença das mulheres na arbitragem, visando contextualizar o cenário do Handebol para, posteriormente, analisar a trajetória das árbitras de Handebol que atuam no Rio Grande do Sul.

Antes disso, exponho os caminhos metodológicos que estão presentes nos três estudos e, em seguida, apresento o primeiro estudo que a compõe, no qual analiso como se deu a inserção do Handebol no Estado do Rio Grande do Sul.

3 CAMINHOS INVESTIGATIVOS

Para dar início à discussão dos caminhos metodológicos que utilizei para a produção desta pesquisa, me reporto a Pesavento (2004, p. 94), a qual afirma que a “História e Memória são representações narrativas que propõem uma reconstrução do passado e que se poderia chamar de registro de uma ausência no tempo”. Sendo assim, para este trabalho utilizo como ancoragem teórica-metodológica a História Oral para produzir registros sobre o início da participação de mulheres na arbitragem do Handebol no Rio Grande do Sul, através das suas memórias e narrativas sobre essa modalidade esportiva em solo gaúcho.

Dessa forma, no que diz respeito especificamente à produção historiográfica, durante muito tempo, se preconizou o escrito em detrimento do oral, por acreditar que o historiador não seria suficientemente imparcial (ALBERTI, 2008). Contudo, no século XX, após a invenção do gravador, começa a se constituir uma nova possibilidade de “fazer” história. Eis que surge a História Oral, a qual, segundo Meihy (1994, p. 54), “é uma manifestação coerente com o tempo em que vivemos, como forma de captar um instante da nossa própria História”.

Para Thompson (1992, p. 44), a História Oral “é uma história construída em torno de pessoas, pois lança a vida para dentro da própria história [...]”. Partindo dessa afirmação, a História Oral surge em quatro momentos, conforme o que se buscava compreender a partir das narrativas e dos movimentos históricos de cada época.

A História oral possui quatro gerações. A primeira, advinda dos anos de 1950, buscava coligir material para a utilização futura dos historiadores. A segunda geração, datada do final dos anos de 1960, passa a entender a História oral como outra História, capaz de dar vozes aos excluídos, que passaram a narrar fatos de sua vida com o objetivo de demonstrar aquilo que os documentos escritos não descreviam, ou ainda, aquilo que a história tradicional não se preocupou em destacar. Nesta esteira, a História oral é vista como disciplina, com suas próprias regras e cientificidade. Já nos anos de 1970, uma terceira geração passa a compreender a História oral como um meio de estudar as classes populares, uma metodologia de pesquisa histórica. Por fim, a quarta geração teve seu advento nos anos de 1990, influenciada por movimentos pós-modernistas e com foco na valorização da subjetividade como consequência e, até mesmo, finalidade da História oral (JOUTARD, 1996 *apud* DAVID, 2013, p. 158).

Como visto, o surgimento da História Oral causou algumas tensões e questionamentos entre historiadores, sobretudo, no que tange à legitimidade das narrativas produzidas por meio de sua utilização. Souza (2007, p. 63) aborda que

reconhecer a autenticidade das fontes para a pesquisa em História “permitiu que vozes, até então silenciadas pela História tradicional, reivindicassem o direito de falar, o que expôs o fato de que a História é, também, um campo de tensão e disputa”.

Ainda que guardando as especificidades próprias dos diferentes países com suas distintas tradições historiográficas, o fetichismo do documento escrito, a crença na objetividade das fontes e a concentração do interesse nos períodos mais remotos do tempo destinaram à discussão sobre a história oral — ou mesmo apenas sobre o uso das fontes orais — um espaço bastante restrito no contexto dos debates teórico-metodológicos dos historiadores (FERREIRA, 2002, p. 323).

No Brasil, a perspectiva teórico-metodológica da História Oral é introduzida na década de 1970, quando foi criado o Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil² (CPDOC). Mas, é a partir dos anos 1990 que o movimento em torno da História Oral cresce (KLANOVICZ, 2016), sendo reconhecida como um trabalho que:

[...] consiste na gravação de entrevistas de caráter histórico e documental com atores e/ou testemunhas de acontecimentos, conjunturas, movimentos, instituições e modos de vida da história contemporânea. Um de seus principais alicerces é a *narrativa*. Um acontecimento ou uma situação vivida pelo entrevistado não pode ser transmitido a outrem sem que seja narrado (ALBERTI, 2003, p. 01, grifo da autora).

Desde então, a História Oral vem sendo utilizada como uma “metodologia primorosa voltada à produção de narrativas como fontes do conhecimento, mas principalmente do saber” (DELGADO, 2003, p. 23). Decorre dessa aceitação o “interesse pela ‘oralidade’, na medida em que ela permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas” (LOZANO, 2006, p. 16). Segundo Alberti (2005):

Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. Tais entrevistas são produzidas no contexto de projetos de pesquisa, que determinam quantas e quais pessoas entrevistar, o que e como perguntar, bem como que destino será dado ao material (p. 155).

² O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas foi criado em 1973 e tem como principais atividades a pesquisa histórica e a constituição, preservação e divulgação de um expressivo patrimônio de arquivos pessoais e de depoimentos orais de pessoas que atuaram na história brasileira posterior a 1930 (ALBERTI, 1998).

Para essa autora, a “história oral decorre de uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” (ALBERTI, 2005, p. 23).

Considerando essa compreensão, passo a descrever os caminhos metodológicos adotados para a produção deste trabalho, cuja fundamentação recai precisamente na História Oral, mais especificamente, nos pressupostos teórico-metodológicos do Projeto Garimpando Memórias.

3.1 GARIMPANDO MEMÓRIAS: RECONSTRUIR MEMÓRIAS PARA PRODUIR HISTÓRIAS

Para realizar esta pesquisa, tracei alguns caminhos que pudessem me ajudar na produção das fontes e fornecessem subsídio ao diálogo com registros encontrados sobre a trajetória de mulheres na arbitragem do Handebol. Considerando a pouca bibliografia sobre o tema, como já mencionado anteriormente, investi na produção de entrevistas com o objetivo de encontrar vestígios que narrem essa presença, e simultaneamente produzir registros que possam visibilizar as mulheres na arbitragem do Handebol gaúcho. Compreendo, tal qual afirma Thompson (1992), que “é a história construída em torno de pessoas” (p. 44).

Nesse sentido, me utilizei do aporte teórico e metodológico do Projeto Garimpando Memórias, desenvolvido desde 2002 pela equipe do Centro de Memória do Esporte (CEME) da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEFID – UFRGS). O projeto possui aprovação no Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob o número de protocolo 2007710, datado de outubro de 2007, e tem como objetivo “a reconstrução e preservação da memória das práticas corporais e esportivas do Rio Grande do Sul” (GOELLNER *et al.*, 2007, p. 54). Totaliza mais de 900 entrevistas realizadas, das quais, 651 estão disponíveis *on-line* no LUME – Repositório Digital da UFRGS³.

O projeto possui um documento norteador, intitulado, *Manual prático para esclarecimento de procedimentos básicos a serem realizados nas entrevistas*, que descreve todos os procedimentos desde a etapa de elaboração do roteiro de uma

³ Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ceme/site/entrevistas>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

entrevista até sua catalogação e disponibilização nos meios digitais. Desse modo, ressalto que as entrevistas realizadas para esta dissertação serão sistematizadas de forma a constituir um acervo que é “disponibilizado para a comunidade em geral, seja através de consulta *in loco* ou *on-line*” (GOELLNER *et al.*, 2007, p. 58).

Tendo em vista essas considerações e seguindo os caminhos metodológicos necessários à construção desta pesquisa e do acervo de memórias a ser disponibilizado no Centro de Memória do Esporte, as entrevistas realizadas seguiram as etapas previstas nesse Manual, a saber:

1. Identificação das pessoas contatadas: o acesso inicial para a identificação das árbitras se deu a partir de uma entrevista com o professor Cláudio Augustin, o qual atualmente é árbitro da Federação Gaúcha de Handebol (FGHb) e que, durante um período de trinta anos, foi técnico da equipe de Handebol feminino da cidade de Sapiranga – RS. Uma de suas ex-atletas, hoje, faz parte do quadro de arbitragem da FGHb;

2. Elaboração de roteiros para cada entrevista: esse procedimento foi realizado depois que eu tive acesso a algumas informações sobre as pessoas que seriam entrevistadas, mais especificamente, sua relação com o tema da entrevista. Para tanto, desenvolvi uma pesquisa prévia e elaborei os roteiros das entrevistas focalizando como tema central a trajetória de mulheres no Handebol e a sua inserção na arbitragem do Handebol no Rio Grande do Sul;

3. Realização da entrevista: as entrevistas tiveram foco temático e foram feitas no período de 05 de maio de 2017 a 19 de abril de 2019. Todas foram gravadas em gravador digital ou aparelho de captação de áudio, quando realizadas por *Skype* ou chamada telefônica.

4. Processamento da entrevista: refere-se ao processo envolvido na passagem do depoimento da forma oral para a escrita, e inclui as seguintes etapas:

- a) *Transcrição* da narrativa das entrevistadas, ou seja, é a passagem da forma oral para a forma escrita, sendo a primeira versão escrita do documento;
- b) *Copidesque*, que tem como objetivo ajustar a forma de escrita, para melhor leitura do documento;
- c) *Revisão final*, na qual é feita uma leitura final do documento escrito, etapa realizada pela coordenadora do Garimpendo Memórias, a professora Silvana Vilodre Goellner.

5. Devolução da entrevista na linguagem escrita para as entrevistadas para que possam fazer a conferência. No caso desta pesquisa, todas as transcrições foram encaminhadas via *e-mails*;

6. Assinatura, por parte das entrevistadas, de um documento (Carta de cessão – ANEXO A) concedendo ao Centro de Memória do Esporte da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança a propriedade e os direitos de divulgação do depoimento de caráter histórico e documental;

7. Catalogação da entrevista conforme orientações específicas do Projeto Garimpendo Memórias. As entrevistas foram catalogadas na planilha de controle do projeto e cada uma delas é identificada por um número, pela etapa de processamento na qual se encontra, assim como pela identificação da pessoa responsável pela etapa.

8. Disponibilização da entrevista no LUME – Repositório Digital da UFRGS⁴ – e na página da *internet* do Centro de Memória do Esporte⁵.

Segundo Alberti (2005), a análise de um depoimento de História Oral deve considerar a fonte como um todo. “É preciso saber ‘ouvir’ o que a entrevista tem a dizer tanto no que diz respeito às condições de sua produção quanto no que diz respeito à narrativa do entrevistado” (p. 185).

Nesse sentido, reafirmo que as entrevistas realizadas integram o Projeto Garimpendo Memórias, coletando, criando, organizando e disponibilizando no LUME – Repositório Digital da UFRGS – as fontes que poderão ser posteriormente utilizadas por quem se interessar pela história do Handebol no Rio Grande do Sul, assim como pela trajetória de mulheres árbitras da modalidade.

Preservar a memória torna-se necessário porque a memória representa a presença do passado no presente ao referir-se a uma reconstrução psíquica e intelectual de um passado que nunca é apenas individual, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, político, cultural e econômico. Recuperar a memória é, portanto, recuperar experiências individuais e coletivas, pois ainda que a memória seja guardada por um indivíduo e tenha como referência suas experiências e vivências, essa memória está marcada pelo grupo social com o qual conviveu e se socializou. Assim sendo, esse caráter social constitui-se em um elemento essencial da formação de sua identidade, da percepção que tem de si mesmo e dos outros (GOELLNER, 2003, p. 200).

⁴ Disponível em: <<http://www.repositorioceme.ufrgs.br/>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

⁵ Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ceme/site/entrevistas>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

Além das entrevistas realizadas com as três mulheres que hoje integram o quadro de arbitragem da Federação Gaúcha de Handebol, também foram efetuadas trinta e cinco entrevistas com pessoas que têm/tiveram algum envolvimento com a modalidade do Handebol dentro e fora do Estado do Rio Grande do Sul. Quero destacar que algumas dessas entrevistas foram realizadas para outras pesquisas que realizei, cujas narrativas e análises foram colocadas em diálogo com as fontes deste estudo. Desde que iniciei a pesquisa acerca do Handebol, me envolvi com a produção de entrevistas com os ex-presidentes da Federação Gaúcha de Handebol (FGHb), com o diretor de arbitragem da FGHb, com técnicos, árbitros/árbitras, ex-árbitros/ex-árbitras, atletas, ex-atletas e ex-professores da disciplina de Handebol da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da UFRGS, conforme apresento no quadro abaixo:

Quadro 1 – Entrevistas realizadas sobre Handebol

NOME	ANO DA ENTREVISTA	RELAÇÃO COM O HANDEBOL
Alexandre Scherer	2014	Ex-atleta/Ex-Professor
Francisco Camargo Netto	2014	Ex-Professor
Luiz Celso Giacomini	2014	Ex-presidente/Ex-técnico
Benno Becker Júnior	2015	Ex-Presidente/Ex-Professor
João Guilherme de Souza Queiroga	2015	Ex-atleta/Ex-árbitro
Jorge Fernandes Brandli	2015	Técnico/Ex-árbitro
Renato Arena	2015	Técnico
Daniel Ricardo Kruse	2016	Ex-Professor
Fabiani Dias da Silveira	2016	Ex-Professor/ Técnico
Giovani de Lorenzi Pires	2016	Ex-Professor
Giovani dos Santos Cunha	2016	Ex-Professor
José Rogério Vidal	2016	Ex-Professor /Árbitro
Marco Paulo Stigger	2016	Ex-atleta/Ex-presidente/Ex-professor
Pedro Paulo da Silva Guimarães	2016	Ex-atleta/Ex-Professor
Rafael Kelleter	2016	Ex-professor/Atleta
Ricardo Demétrio de Souza Petersen	2016	Ex-Professor
Carla Righeto	2017	Ex-atleta/Ex-árbitra
Cláudio Augustin	2017	Ex-técnico/Árbitro
Priscila Nedel	2017	Ex-árbitra FGHb/Atleta
Betina Gørgen	2017	Árbitra FGHb/CBHb/Atleta
Caroline Goulart	2017	Árbitra FGHb/CBHb/Atleta
Marisa Wasem	2017	Árbitra FGHb/Atleta
Julie Bonaventura	2017	Árbitra IHF
Ricardo Nüske	2017	Ex-atleta
Bruna Garcia	2018	Árbitra FCHb/CBHb
Gabriel Citton	2018	Técnico
Gabriela Garcia	2018	Árbitra FCHb/CBHb
Gabriele Bortoluzzi	2018	Ex-atleta/Ex-árbitra FGHb
Giovan Amaral	2018	Árbitro FGHb
Mara Elisabete Silva Bered	2018	Ex-atleta/Ex-árbitra FGHb
Maria Isolina Fazzani	2018	Árbitra FPHb

Renata Garcia	2018	Árbitra FCHb/CBHb
Renita Nair Dametto	2018	Ex-atleta
Sandra Aparecida dos Santos Ferreira de Quadros	2018	Árbitra LHPR/CBHb
Sérgio Chaves Alves	2018	Diretor de arbitragem da FGHb
Vanessa Denardini	2018	Ex-atleta/Ex-árbitra FGHb
Lidiane de Oliveira Nicorena Tonetto	2019	Ex-árbitra FGHb
Luma Lemos Aires	2019	Ex-atleta/Técnica

Fonte: Autora.

Entendo que as entrevistas trouxeram contribuições importantes para o desenvolvimento deste trabalho, seja para melhor compreender a inserção das mulheres no Handebol gaúcho, seja para identificar aspectos relacionados ao próprio desenvolvimento da modalidade no Estado do Rio Grande do Sul. Além das trinta e oito entrevistas que realizei, no acervo do Projeto Garimpando Memórias identifiquei outras trinta e quatro entrevistas que se relacionam aos temas do Handebol e da arbitragem, conforme identificadas nos quadros abaixo:

Quadro 2 – Entrevistas relacionadas com Handebol⁶

NOME	ANO	FUNÇÃO
Danielle Jóia	2013	Atleta
Diunes de Araújo César	2013	Atleta
Iradil Antonello	2013	Presidente da FGHb
Lígia Costa	2013	Atleta
Pablo Juan Grecco	2013	Professor
Alessandra Ares	2014	Atleta
Ana Paula Rodrigues Belo	2014	Atleta
Daniele Coelho Mateus	2014	Atleta
Juliana Borges Lima	2014	Atleta
Kassiane Oliveira de Lemos	2014	Atleta
Laís Bordin da Silva	2014	Atleta
Larissa Weissheimer	2014	Atleta
Luiza Pieruccini Boff	2014	Atleta
Pietra Gauer Pasqualon	2014	Atleta
Rafael dos Santos	2014	Preparador Físico
Samara da Silva Vieira	2014	Atleta
Stefanny Raiane Mattos	2014	Atleta
Tamara Christiny Serra Aragon	2014	Atleta
Thais Regina de Mello	2014	Atleta
Tuanna Letícia Silva da Luz	2014	Atleta
Winnie Jenifer Moreno Cândido	2014	Atleta

Fonte: Repositório Digital – LUME – UFRGS.

⁶ Entrevistas realizadas para o trabalho de Mestrado (Dissertação) de Suélen de Souza Andres, intitulado *Mulheres e handebol no Rio Grande do Sul: narrativas acerca do processo de “profissionalização” da modalidade* (2014), e estão disponíveis no Repositório Digital – LUME – UFRGS.

Quadro 3 – Entrevistas relacionadas com arbitragem⁷

NOME	ANO	FUNÇÃO
Ana Paula Oliveira	2014	Árbitra Assistente
Cássia Alves Dias	2014	Árbitra
Cláudia de Vasconcellos Guedes	2014	Árbitra
Francielle da Costa Bento	2014	Árbitra
Graciele Crizol	2014	Árbitra
Janette Mara Arcanjo	2014	Árbitra
Regildênia de Holanda Moura	2014	Árbitra
Renata Ruel Xavier de Brito	2014	Árbitra
Silvia Regina de Oliveira	2014	Árbitra
Tatiane Sacilotti	2014	Árbitra
Asaléa de Campos Fornero Medina	2014 e 2015	Ex-árbitra
Márcio Chagas da Silva	2015	Ex-árbitro
Ariela Duarte da Silveira	2018	Árbitra Assistente

Fonte: Repositório Digital – LUME – UFRGS.

Gostaria de mencionar que, além das entrevistas fundamentadas na História Oral, busquei outras fontes que contribuíram para perceber com maior afinco as trajetórias das árbitras, como entrevistas em jornais e revistas, fotografias, reportagens, literatura científica, documentos oficiais, entre outros. Recorri também a estratégias para além da busca em arquivos, utilizando-me para tanto das redes sociais, do aplicativo *WhatsApp*, *Facebook*, de *E-mails*, e de *sites*, que colaboraram na elaboração desta pesquisa.

Entendo que “[...] as novas formas de colaboração, debates e jeitos de ‘coletar o passado’ não são novidades restritas à academia”, como ressalta Lucchesi (2013, p. 13), tornando o acesso ao passado um pouco mais acessível. A busca desses outros registros se deu devido à necessidade de se encontrar vestígios a respeito das mulheres na arbitragem do Handebol e também para obter contato com as árbitras atuantes e com outras pessoas envolvidas com a arbitragem e com a modalidade no Estado do Rio Grande do Sul.

Dentre as fontes que consultei para subsidiar minhas discussões, destaco os *sites* do Atlas do Esporte no Brasil, do Atlas do Esporte no Rio Grande do Sul⁸, da Federação Internacional de Handebol (IFH)⁹, da Confederação Brasileira de Handebol (CBHb)¹⁰, e da Federação Gaúcha de Handebol (FGHb)¹¹. Além disso, pesquisei

⁷ Entrevistas realizadas para o trabalho de Mestrado (Dissertação) de Igor Chagas Monteiro, intitulado *Mulheres de preto: trajetórias na arbitragem do futebol profissional* (2016), e estão disponíveis no Repositório Digital – LUME – UFRGS.

⁸ Disponível em: <<http://crefrs.org.br/atlas/cd/index.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

⁹ Disponível em: <<http://www.ihf.info/>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.brasilhandebol.com.br/>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

¹¹ Disponível em: <<http://handebolrs.com.br/>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

alguns livros e documentos que contextualizassem a história do surgimento do Handebol no cenário internacional, nacional e regional, assim como a inserção das mulheres dentro dessa prática esportiva, os quais foram colocados em diálogo com as fontes orais, possibilitando maior aprofundamento na interpretação sobre a prática do Handebol no Rio Grande do Sul e a presença de mulheres nessa modalidade esportiva, permitindo, assim, a inferência de conhecimentos.

4 O HANDEBOL NO RIO GRANDE DO SUL: DA INSERÇÃO AO DESENVOLVIMENTO

Para dar início a este capítulo, apresento inicialmente um breve recorte sobre a história mundial do Handebol e sua inserção no Brasil, para posteriormente contextualizar como essa modalidade esportiva aparece no Estado do Rio Grande do Sul. Opto por essa apresentação não para tentar traçar uma linha de continuidade entre diferentes contextos, culturas e temporalidades, mas para situar, mesmo que de forma sucinta, as origens da modalidade e alguns de seus desdobramentos.

O Handebol, como hoje o reconhecemos, já apresentou uma grande variedade de formas até chegar ao modo como é praticado atualmente (LIMA, 2012). Os primeiros movimentos de sua organização na era moderna, “teriam iniciado a partir do ano de 1848, no Instituto de Ortrup por meio da atuação de um professor dinamarquês, Holger Nielsen, que naquela época o denominou como *Haandbold*” (TENROLLER, 2007, p. 19). Nas pesquisas realizadas, identifiquei que, “em 1890, surgiu o *Raffballspiel*¹², criado pelo professor alemão Konrad Kock” (NAGY-KUNSAGI, 1978, p. 14). Nesse período, outro jogo similar era praticado na Tchecoslováquia sob a denominação de “*Hazena*, que de forma parecida também era praticado na Irlanda e no Uruguai” (TENROLLER, 2007, p.19). Segundo Nagy-Kunsagi:

Em 1892, apareceu o Hazena, criado pelo professor Kristof Antonin, na Tchecoslováquia, era praticado numa quadra de 45 x 30 m, havia traves com 2 m de largura por 2,40 m de altura. No início, a área do goleiro tinha formato retangular com 4 m de distância da linha de fundo. Mais tarde, Vaclav Karas, professor tcheco, modificou a área do goleiro para um semicírculo de 6 m de vão e dividiu a quadra em três setores, ficando estabelecido que cada equipe ficaria com sete jogadores (NAGY-KUNSAGI, 1978, p. 14).

Todavia, a ascensão do que hoje denominamos de Handebol iniciou “em 1910 com o surgimento do ‘Handebol a 11’, que começou a se destacar como um esporte praticado na Dinamarca, Alemanha e Suécia” (ARANTES, 2010, p. 12). O Handebol nesse período acontecia em “campos de grama com dimensões e gols similares aos do Futebol, tendo também onze jogadores por equipe” (LIMA, 2012, p. 25).

O Handebol de campo tem suas origens em dois esportes criados em fins do século passado na Alemanha, por Konrad Koch: o "raffball" e o

¹² Jogo semelhante ao Handebol atual, no entanto, tinha popularidade apenas entre os estudantes. Não havia campo demarcado nem traves do gol.

"konigsbergerball", de onde derivou o "torball" (bola no gol), desporto muito praticado por mulheres nos anos 15 deste século, em um campo de 40 x 20 metros. Poucos anos depois os homens aderiram ao desporto, o que obrigou a pequenas alterações nas regras e o aumento para 80 x 40 metros, e posteriormente para as dimensões semelhantes às do futebol (SILVA, 1992, p. 03).

Segundo Nagy-Kunsagi (1978, p. 15) “em 29 de outubro de 1917, surgiu uma modificação nessa modalidade esportiva. O professor alemão Karl Schelenz, com a colaboração de Max Heiser e Erich König, se dedicaram a transformar o Handebol em um esporte competitivo”. O contexto no qual se deu essa modificação foi durante a Primeira Guerra Mundial na Escola Normal de Educação Física de Berlim.

No início, o Handebol era praticado apenas por moças e as primeiras partidas foram realizadas nos arredores de Berlim. Os campos tinham 40x20m. Pouco depois em campos de dimensões maiores, o esporte passou a ser praticado por homens e logo se espalhou por toda a Europa. Em 1927, foi criada a Federação Internacional de Handebol Amador, F.I.H.A. Mas, em 1946, durante o congresso de Copenhague (10 a 13 de julho), os Suecos oficializaram seu Handebol de Salão para apenas 7 jogadores por equipe, passando a F.I.H.A. a denominar-se Federação Internacional de Handebol, E.I.H., e o jogo de 11 jogadores em segundo plano. Em 1933 foi criada a Federação Alemã que, três anos depois, introduzia o Handebol nos Jogos Olímpicos de Berlim (NETTO, 1970, p. 17).

O auge do Handebol de campo foi a sua participação nos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936, sendo que nesse evento “houve apenas competições masculinas e essa foi a única vez que este tipo de Handebol participou dos Jogos Olímpicos” (LIMA, 2012, p. 25). Porém, com o surgimento da Federação Internacional de Handebol (IHF), a propagação da modalidade se tornou ainda maior, e a prática do Handebol foi sendo cada vez mais aprimorada.

A Federação Internacional de Handebol (FIH) foi fundada oficialmente em 1934, em Estocolmo, na Suécia, e tem a sua sede principal em Zurique, na Suíça, com um total de 84 países filiados, dentre os quais podemos destacar: Argentina, Bélgica, BRASIL, Dinamarca, Alemanha Ocidental, Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, Áustria, Espanha, Estados Unidos, União Soviética, França, Inglaterra, Holanda, Japão, Iugoslávia, Canadá, México, Polônia, Portugal, Itália, Hungria, Israel, Coreia do Sul, Marrocos, Egito, Tunísia, Índia, Tailândia, Austrália, Nova Zelândia, Finlândia, Noruega, Suécia, Suíça, Grécia, e outros (SILVA, 1983, p. 21).

Sendo assim, “no ano de 1952, muitos países praticavam ainda o Handebol de Campo contrariando os países da Escandinávia e os países da Europa Central, onde cada vez ficou mais popular o Handebol de Salão” (NAGY-KUNSAGI, 1983, p. 05).

No entanto, o ano-chave para o desenvolvimento do esporte foi em 1965 com a “reinclusão do Handebol Masculino no programa dos Jogos Olímpicos de Munique que ocorreriam em 1972” (HUBNER; REIS, 2006, p. 281). Além disso, no ano de 1966, a Federação Internacional de Handebol determinou que os jogos, a partir de então, seriam dirigidos por dois árbitros.

Feita essa breve inserção histórica, evidencio algumas das mudanças que ocorreram no Handebol desde o seu surgimento, ressaltando que essas modificações se sucederam devido às inúmeras influências que a modalidade esportiva recebeu para se constituir no esporte que é hoje.

No Brasil, o Handebol surgiu no seio dos grupos étnicos germânicos que habitavam o país. Segundo as fontes pesquisadas, esse esporte foi trazido ao Brasil por Emil Schemehlin, após a Primeira Guerra Mundial, na sua versão praticada em campo (HUBNER; REIS, 2006; ARANTES, 2010; KLANOVICZ, 2016).

Conforme Nagy-Kunsagi (1978, p. 21), “em 1928, clubes da colônia alemã presentes no estado de São Paulo começam a organizar jogos amistosos nos fins de semana, nos campos de Futebol, jogando o Handebol de campo”. Para Hubner e Reis (2006, p. 281), “em 16 de março de 1931, ocorre a fundação da ‘Associação Alemã de Handball’, sendo o seu Presidente José Hollander”. Após alguns anos, ocorre “em 28 de fevereiro de 1940, na cidade de São Paulo, a fundação da Federação Paulista de Handebol (FPHb)” (SILVA, 1983, p. 25). Portanto, São Paulo foi o primeiro estado que buscou organizar e estruturar a prática do Handebol e incentivar oficialmente esse esporte.

Contudo, o Handebol de campo acabou perdendo adeptos para o Handebol de salão, que tem seu início em 1954 na cidade de São Paulo.

No ano de 1954 começaram os campeonatos de Handebol de Salão com quase todos os clubes já filiados. Este foi o primeiro passo para a introdução do Handebol de Salão no Brasil, uma vez que o Handebol de campo não conseguia empolgar as multidões, apesar dos esforços da Federação. Inicialmente foi realizado e organizado o "1º Torneio Aberto de Handebol de Salão", pelo idealizador do referido Torneio, o Sr. Erich Frank, que atraiu as atenções gerais e permitiu o aparecimento de novas equipes, inclusive sua introdução nas escolas de São Paulo (NAGY-KUNSAGI, 1978, p. 23).

Com o passar do tempo, outros estados foram se apropriando do Handebol e sua prática foi se aprimorando. Desse processo resulta a inserção da modalidade em campeonatos nacionais como, por exemplo, nos Jogos Escolares Brasileiros (JEBS),

que o incluiu em 1971 durante os III Jogos Escolares Brasileiros, realizados em Belo Horizonte – MG (HUBNER; REIS, 2006; ARANTES, 2010; KLANOVICZ, 2016). Considerando essa ampliação e a criação de Federações Estaduais, no ano de 1979, foi fundada a Confederação Brasileira de Handebol (CBHb), conforme consta no Atlas do Esporte no Brasil:

Em primeiro de junho de 1979, ocorre a fundação da Confederação Brasileira de Handebol – CBHb. Até esta data o Handebol Brasileiro fazia parte da Confederação Brasileira de Desportos – CBD. A desvinculação da CBD foi para atender uma determinação da nova legislação esportiva à época. Neste estágio, já existiam algumas Federações Estaduais que fizeram parte da transição e, portanto, são consideradas fundadoras da CBHb: Federação Paulista de Handebol; Federação de Handebol do Estado do Rio de Janeiro; Federação Maranhense de Handebol; Federação Pernambucana de Handebol; Federação Cearense de Handebol; Federação Gaúcha de Handebol e Federação Paraense de Desportos. Estas entidades e as outras que compareceram na Assembleia de Eleição no dia 22 de agosto de 1979 no Rio de Janeiro, são também consideradas fundadoras a saber: Federação Paranaense de Handebol; Federação Mineira de Handebol; Federação Amazonense de Handebol, Federação Sergipana de Handebol e Federação Paraibana de Handebol (HUBNER; REIS, 2006, p. 282).

Segundo esse Atlas, a Federação Gaúcha de Handebol também contribuiu para a fundação da Confederação Brasileira de Handebol, pois, até o ano de 1978, o Handebol pertenceu à Confederação Brasileira de Desporto (CBD).

Feita essa primeira aproximação histórica, passo a apresentar alguns dados sobre a inserção e o desenvolvimento do Handebol no Rio Grande do Sul. Para tanto, recorro a um estudo prévio e ressalto que alguns dados e discussões aqui apresentadas fizeram parte do meu Trabalho de Conclusão de Curso¹³, defendido em 2016.

Considerando a pesquisa realizada para a construção desta dissertação, afirmo que a história do Handebol gaúcho ainda reside nas zonas de sombra. Tal afirmação resulta não apenas da percepção da ausência de pesquisas que contemplem essa temática como também da inexistência de informações sobre essa modalidade em solo gaúcho em duas obras referenciais do esporte: o Atlas do Esporte no Brasil (2006) e o Atlas do Esporte no Rio Grande do Sul (2005), nos quais não existe nenhuma informação sobre o Handebol no Estado do Rio Grande do Sul.

¹³ Trabalho de conclusão de curso (Monografia) intitulado *A história da disciplina de Handebol na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul* (2016). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/157045>>. Acesso em: 27 out. 2018.

Na tentativa de reconstruir aspectos históricos da modalidade, me reportei às fontes orais para compreender como se deu o início e o desenvolvimento do Handebol em solo gaúcho. Francisco Camargo Netto¹⁴, em seu depoimento, relata que o Handebol teve início em 15 de julho de 1960, por meio de um curso de atualização de professores, organizado pela Superintendência de Educação Física e Assistência ao Escolar (SEFAE). Camargo afirma ter sido procurado para ministrar esse curso. Nas suas palavras:

Em 1960, precisava de um professor para ministrar aulas em um curso em Porto Alegre, um curso de... Que eles chamavam de atualizações de professores. Onde juntavam os professores titulados, quer dizer graduados, e os leigos, então, em julho de 1960 eu vim para introduzir o Handebol no Rio Grande do Sul. Bom, foram quinze dias de atividades e tinha mais ou menos umas quatrocentas pessoas no curso, essas pessoas vinham aqui da capital e do interior. E o Handebol aqui na ESEF, onde eu também dei algumas atividades referentes, antes de ser professor. Nós trabalhávamos tanto com as meninas como com os rapazes, então nós procuramos desenvolver o Handebol, tentando mostrar mais um caminho, porque na época era o Vôlei e o Basquete (NETTO, 2014, p. 01).

Além desse relato, também encontrei essas informações em três livros que abordam essa modalidade esportiva: *Handebol*, de autoria de Francisco Camargo Netto (1970¹⁵; 1972¹⁶; 1982¹⁷), no livro de Paulo Nagy-Kunsagi denominado *Handebol* (1978¹⁸), e ainda, em *Handebol de salão*, escrito por Pedro Ferreira (1980¹⁹). A partir dessas fontes identifiquei que, no Rio Grande do Sul, o Handebol não despontou junto à colonização alemã, comparado a outros estados brasileiros, como é o caso de São Paulo (KLANOVICZ, 2016). O esporte foi trazido do território paulista, visto que já estava bem estruturado, sobretudo, pela atuação de imigrantes alemães.

Após ter atuado em ações empreendidas pela Superintendência de Educação Física e Assistência ao Escolar, o professor Camargo, como era chamado, recebeu o convite para se transferir de São Paulo, cidade em que residia, para o Rio Grande do Sul para atuar como professor de Educação Física. Em função dessa transferência, no ano de 1961, começou a atuar como professor de Educação Física em escolas no

¹⁴ Francisco Camargo Netto formado em Educação Física na Universidade de São Paulo (USP), e se especializou na mesma Universidade em Ataque-defesa, Futebol e Handebol. Foi professor da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹⁵ Handebol – 1ª edição, 1970.

¹⁶ Handebol – 2ª edição, 1972.

¹⁷ Handebol – 4ª edição, 1982.

¹⁸ Handebol, 1978.

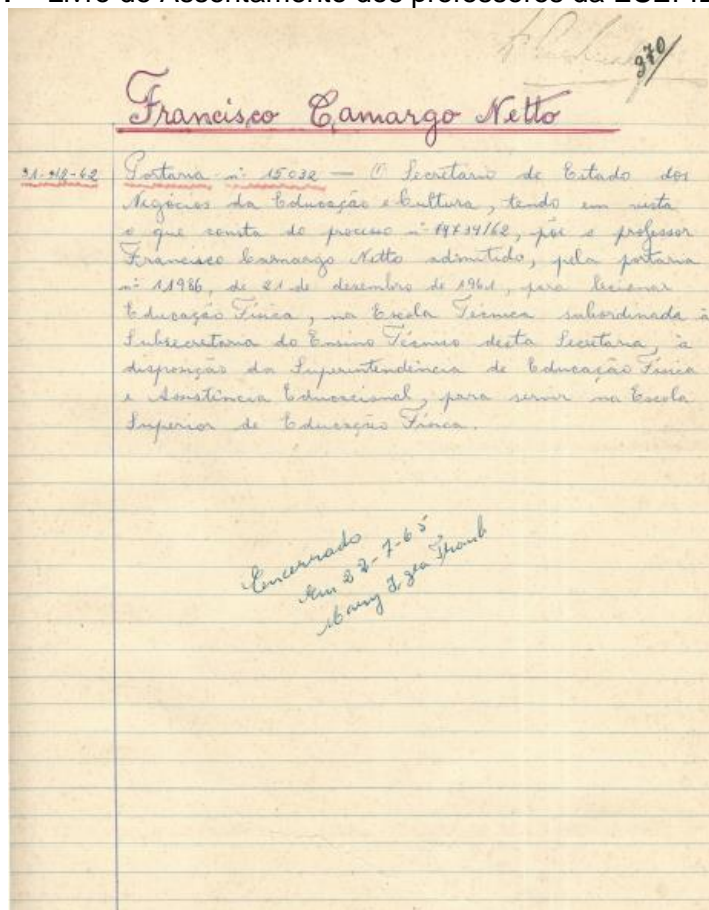
¹⁹ Handebol de salão – 3ª edição, 1980.

Estado do Rio Grande do Sul. Logo em seguida, no ano de 1963, passou a integrar o corpo docente da Escola Superior de Educação Física (ESEF) – atualmente Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da UFRGS – por meio de uma cedência do governo estadual da época.

Vale destacar que nesse período a Escola Superior de Educação Física (ESEF), criada no dia 6 de maio de 1940, pertencia ao Estado do Rio Grande do Sul. Em 1970, foi incorporada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), passando a denominar-se Escola de Educação Física (EsEF). Em consulta ao acervo do Centro de Memória do Esporte e outras fontes, identifiquei que o processo de federalização da instituição teve início no dia 21 de outubro de 1969, a partir do Decreto nº 62.997, e concretizou-se em 16 de setembro de 1970, quando foram assinados os atos finais de transferência da gestão estadual à federal (GUTIERREZ, 1971; MACEDO *et al.*, 2010; LYRA, 2013).

Encontrei, ainda, o documento que atesta a inserção do professor Camargo como docente da instituição, conforme imagem abaixo:

Figura 1 – Livro de Assentamento dos professores da ESEFID/UFRGS



Fonte: Acervo do Centro de Memória do Esporte (CEME/UFRGS).

Com a entrada de Francisco Camargo Netto como professor da ESEF, aconteceu a inclusão da disciplina de Handebol no currículo universitário que, segundo Klanovicz (2016), teria sido no ano de 1965.

[...] a história da disciplina de Handebol na ESEFID iniciou em 1965, sendo ministrada pelo professor Francisco Camargo Netto, como consta em uma chamada deste mesmo ano. Sendo que o professor Camargo, como era chamado, não foi o único a ministrar esta disciplina, apesar de ser reconhecido como o responsável pela sua inserção na ESEFID (KLANOVICZ, 2016, p. 38).

Esse dado é importante para este estudo, pois o ano que possivelmente inaugurou a presença da disciplina de Handebol na formação de professores/as no Rio Grande do Sul, contou com duas turmas de Handebol: uma de homens e uma de mulheres. Cabe destacar que, nessa época, disciplinas que ensinavam os fundamentos, as técnicas e o treinamento de modalidades esportivas eram ministradas separadas por sexo. No entanto, segundo registro no livro escrito por Clery Quinhones de Lima (2012), intitulado *Esportes revisados em Santa Maria – Handebol*, Pedro Luiz Benno Lang²⁰ teria frequentado aulas de Handebol na ESEF em 1964. Vejamos: “Em 1964 – Lang diz que teve aulas de Handebol no currículo do curso de Educação Física, e o ministrante era o paulista” (LIMA, 2012, p. 79).

Após concluir sua formação na ESEF, em 1967, Pedro Lang contribuiu significativamente com o desenvolvimento do Handebol no Rio Grande do Sul, desenvolvendo a modalidade em instituições escolares e em clubes na cidade de Santa Maria. Na pesquisa realizada no acervo do Centro de Memória do Esporte não localizei o Caderno de Chamada da turma de homens, apenas o da turma das mulheres de 1965, no qual consta o nome de nove alunas.

²⁰ Pedro Luiz Benno Lang se formou em Educação Física na Escola Superior de Educação Física em 1967, transferiu-se para a cidade de Santa Maria – RS, em 1969, onde iniciou sua carreira docente em escolas, e após, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), se tornou um grande incentivador da prática do Handebol.

Figura 2 – Chamada da disciplina de Handebol – 1965 – da turma das mulheres

N.º	NOME	IDAC
1	Dircema Helena Francochetto	
2	Glecia Slavutsky	
3	Hilge Schmitt	
4	Merilga de Ross Santos	
5	Therzinha Becker	
6		
7		
8	<u>II Chamada</u>	
9		
10	Doris Beatriz M. Oesini	
11	Maria Edelci T. de Campos	
12	Marlene Terezinha Tessari	
13	Rose Mari Zatta	
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		

Fonte: Acervo do Centro de Memória do Esporte (CEME/UFRGS).

Ainda que não seja possível afirmar se as alunas tiveram ou não alguma atuação futura com o Handebol, importa referenciar que desde a inserção do Handebol no contexto universitário, as mulheres participaram das aulas e tiveram formação específica sobre como praticar e ensinar a modalidade. Ou seja, vivenciaram o Handebol como alunas e ali aprenderam seus fundamentos para um dia poder transmiti-los a outras pessoas. Outra questão que deve ser destacada, é que a modalidade do Handebol foi inicialmente apresentada para os alunos e alunas na sua versão em campo, ou seja, como nos seus primórdios, para, em momento posterior, ocorrerem as vivências práticas em seu formato *indoor*, como conhecemos hoje.

Além do professor Camargo, na década de 1960, havia na Escola Superior de Educação Física outros admiradores da modalidade. O professor Benno Becker

Júnior²¹ também teve uma atuação importante no desenvolvimento do Handebol escolar no Rio Grande do Sul. Sua atuação com a modalidade se inicia em uma escola localizada no interior do estado, a Escola Normal Rural Assunta Fortini – atualmente Instituto Estadual de Educação Assunta Fortini – na cidade de Barão, onde atuou como professor de Educação Física. No ano de 1967, promoveu alguns jogos entre a escola de Barão e escolas de cidades vizinhas, como as do município de Garibaldi. Nas suas palavras:

Os caras moravam no mato, subiam em árvores, eu estava em um mato lá, pedra para fazer musculação, corriam, e lá começou a minha primeira aprendizagem de handebol foi lá, Escola Normal Rural Assunta Fortini de Vila Barão, ali perto de Garibaldi. [...] Uma gurizada muito legal, as gurias também eram muito fortes e muito legais, e começou a jogar handebol ali, claro que a gente interessou Garibaldi para jogar, nós botávamos goleada em todo mundo, mas jogávamos, começamos a jogar ali (BECKER JÚNIOR, 2015, p. 10).

Já no ano de 1969, Benno iniciou um trabalho na Escola Estadual Olindo Flores da Silva, na cidade de São Leopoldo, onde coordenou o *I Dia do Handebol* no Rio Grande do Sul: um campeonato escolar que contou com a participação de quarenta e duas equipes de escolares, da cidade de Porto Alegre e de suas cidades vizinhas. Esse evento é reconhecido como um marco na história do Handebol gaúcho. Camargo, em seu livro, faz essa referência:

Após nove anos de luta, conseguimos obter um triunfo maior com a realização do torneio de handebol de salão masculino e feminino, nas categorias infantil, juvenil, rapazes e moças, entre colegiais. Foi promovido pelo Ginásio Estadual “Olindo Flores da Silva”, na Vila Scharlau, município de São Leopoldo, sob a direção geral do professor Benno Becker. Participaram desse torneio, 16 (dezesesseis) escolas, formando mais de 40 (quarenta) equipes, enquanto que na arbitragem e no controle dos jogos estiveram os alunos da Escola Superior de Educação Física (NETTO, 1972, p. 25).

O professor Renato Arena, em sua entrevista (2015), referenda essa afirmação:

[...] o professor Camargo, em Porto Alegre, começa a passar essa ideia de Handebol para seus alunos que eram acadêmicos do curso de Educação Física, professor Benno Becker, que é um dos pais da ideia do Dia do Handebol porque ele traz o Handebol de Porto Alegre para Scharlau, da Scharlau para a Feevale. A Feevale, na época, não era Universidade, e começa a criar a ideia do Dia do Handebol e com isso os professores que

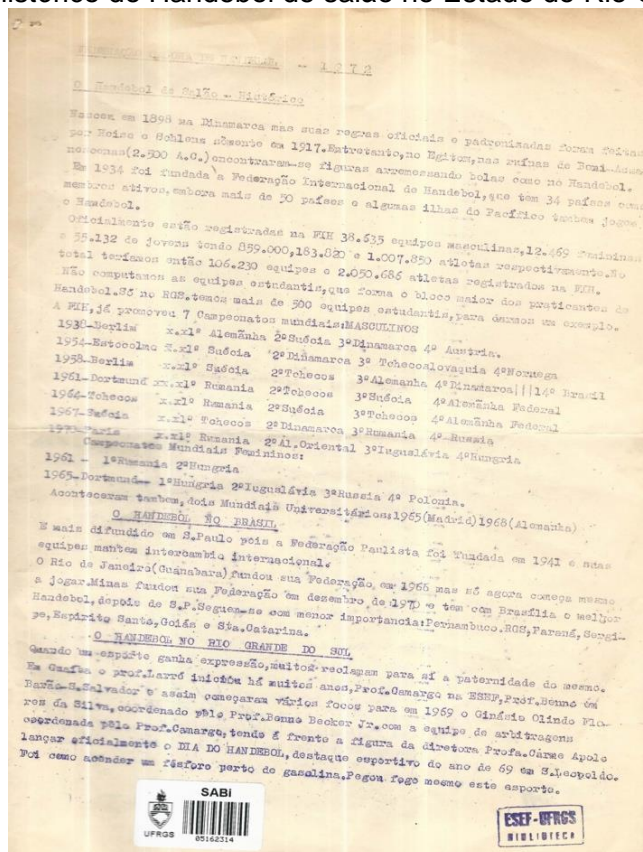
²¹ Benno Becker Júnior formou-se em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atualmente trabalha na área da Psicologia esportiva.

trabalhavam nas redes municipais, estaduais, particulares começam a ler “pô, Handebol, Dia do Handebol, então vou começar a fazer equipe no colégio para participar desse dia do Handebol”, então é um dos primeiros grandes eventos do Handebol no Rio Grande do Sul é o Dia do Handebol que ele é pensado pelo professor Benno Becker [...] (ARENA, 2015, p. 03).

Essa informação também é identificada em um documento da Federação Gaúcha de Handebol (1972), que se encontra no acervo da Biblioteca Edgar Sperb na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da UFRGS. Ao pesquisar por registros referentes ao Handebol no Rio Grande do Sul, me deparei com esse documento, do qual reproduzo aqui apenas a referência ao contexto local para melhor visualizar o que essa fonte registra.

Quando um esporte ganha expressão, muitos reclamam para si a paternidade do mesmo. Em Guaíba o prof. Larró iniciou há muitos anos, Prof. Camargo na ESEF, Prof. Benno em Barão – S. Salvador e assim começaram vários focos para em 1969 o Ginásio Olindo Flores da Silva, coordenado pelo Prof. Benno Becker Jr. com equipe de arbitragem coordenado pelo Prof. Camargo, tendo à frente a figura da diretora Profa. Carme Apolo lançar oficialmente o DIA DO HANDEBOL, destaque esportivo do ano de 1969 em S. Leopoldo. Foi como acender um fósforo perto de gasolina. Pegou fogo mesmo este esporte (FEDERAÇÃO GAÚCHA DE HANDEBOL, 1972, p. 01).

Figura 3 – Documento da Federação Gaúcha de Handebol (1972) – Consiste em um documento histórico do Handebol de salão no Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Acervo histórico da Biblioteca Edgar Sperb – BIBESEF/ESEFID/UFRGS.

Esse Campeonato Escolar, segundo mencionou Benno Becker em sua entrevista (2015), foi o primeiro estímulo para o desenvolvimento da modalidade no estado do Rio Grande do Sul, pois obteve a participação dos estudantes de Educação Física da Escola Superior de Educação Física na parte de arbitragem, tornando-se um dos primeiros movimentos de arbitragem de Handebol no Rio Grande do Sul. Além do mais, foi a partir do desenvolvimento desse campeonato que ocorreu o movimento para fundação da Federação Gaúcha de Handebol (FGHb), efetivada no dia 02 de setembro de 1970, tendo como os responsáveis: Benno Becker Júnior, Francisco Camargo Netto e Sérgio Becker. O professor Benno foi eleito o primeiro presidente da FGHb²² (LIMA, 2012).

Para que a fundação da FGHb ocorresse, o Clube Campestre, o Grêmio Esportivo Israelita e o Círculo Social Israelita ajudaram nesse processo, como consta nos livros de Francisco Camargo Netto (NETTO, 1972; NETTO, 1982). Além disso, a sede da Federação, primeiramente, foi na capital do estado, Porto Alegre. No ano de 1985, passou a funcionar na subsecretaria de Desportos do estado do Rio Grande do Sul, sob a presidência de Kalil Sehbe Neto. Em 1993, a sede administrativa foi transferida para cidade de Novo Hamburgo, tendo como seu presidente Kurt Joaquim Luft, onde ficou até 1996, quando migrou para a cidade de Santa Maria. Desde então, está localizada nessa cidade, funcionando inicialmente junto ao Centro Desportivo Municipal. Atualmente, está sediada em uma sala do Corinthians Atlético Clube, segundo consta em um histórico da FGHb (2015), documento cedido pela própria instituição.

Com a institucionalização da modalidade por meio da fundação da Federação, o esporte começou a ganhar maior visibilidade no estado, principalmente no ambiente escolar, seja na Educação Básica ou Superior, conforme podemos observar no documento da Federação Gaúcha de Handebol (1972), no qual consta a seguinte afirmação:

[...] em outubro de 1970, o RS compareceu com duas equipes (masculina e feminina) ao I Campeonato Brasileiro de Handebol Estudantil que aconteceu em Brasília. [...] Além disso, neste mesmo ano, o Colégio Estadual Olindo Flores da Silva na cidade de São Leopoldo, promoveu o II Dia do Handebol e

²² Nos anos subsequentes, estiveram à frente da FGHb: Egidio Neiss, Benno Halbelstadh, Kalil Sehbe Neto, Matheus Saldanha, Luiz Fernando Flamil, Marco Paulo Stigger, Carlos Tognin (Carlão), Kalil Sehbe Neto, Joaquim Lutz, Luiz Celso Giacomini (assumiu a presidência da FUNDERGS e foi substituído por Iradil Antonello), Sérgio Alves, e Iradil Antonello, que permanece como Presidente da Federação desde 2012 (LIMA, 2012, p. 46).

contou com a supervisão da Divisão de Educação Física e da Federação Gaúcha de Handebol, sendo coordenado pelo professor Adroaldo Hertzeg, onde compareceram 50 equipes, contra as 42 do ano de 1969, novo sucesso! No início de 1971, a FGHb entrou em contato com a FUGE e a CBDU no sentido de fazer disputar o I Campeonato Brasileiro de Handebol Universitário em Porto Alegre, depois de muitos contatos e do tremendo empenho da nossa FUGE a CBDU confirmou. Sucesso absoluto com o comparecimento de São Paulo, Guanabara, Brasília, Minas Gerais, Santa Catarina, Pernambuco e logicamente os gaúchos (FEDERAÇÃO GAÚCHA DE HANDEBOL, 1972, p. 02).

Em pesquisa junto ao *sítio* da Federação Universitária Gaúcha de Esportes (FUGE), identifiquei que o Rio Grande do Sul já sediou, por três edições, os Jogos Universitários Brasileiros (JUB's), sendo o primeiro em 1956, e o terceiro em 1971, ambos em Porto Alegre. E em 1962, teria sido realizado na cidade de Santa Maria. Contudo, Lima (2012) registra um outro marco temporal ao afirmar, em seu livro, que foi apenas em 1971 que a ESEF/UFRGS incluiu a modalidade de Handebol nos Jogos Universitários das Escolas de Educação Física (JUGEF's).

Mas o Handebol criou força foi na Universidade, pois em 1971, como a Universidade Federal do RS – UFRGS colocou o handebol na disputa dos JUGEFs, Jogos Universitários das Escolas de Educação Física, a UFSM também fez a sua equipe. [...] O JUGEFs de 71 foi disputado em Santa Maria e no final da somatória de pontos, estava UFRGS e UFSM empatadas e o último jogo era de Handebol, no ginásio do Corinthians. O ginásio lotou e Santa Maria venceu Porto Alegre por 2x1, lembrando que a equipe da UFRGS era a seleção gaúcha universitária [...]. Como a UFSM venceu UFRGS, o presidente da Federação Universitária Gaúcha de Esportes – FUGE, Valter Jonas, convidou o Lang para ser o técnico da Seleção Gaúcha. Lang fez a convocação, treinaram e foram para os Jogos Universitários Brasileiros – JUB's, em Fortaleza, e a equipe do RS ficou em quarto lugar, sendo que no ano anterior o RS teria ficado em oitavo lugar. No ano de 1972, em Fortaleza, os gaúchos foram vice-campeões brasileiros (LIMA, 2012, p. 79).

Essa rivalidade entre as equipes também é citada na entrevista de Alexandre Scherer (2014), quando refere: “[...] os Jogos Universitários Gaúchos de Estudantes de Educação Física, em 1988, foi o último JUGEF que teve. E sempre existiu uma rivalidade entre UFRGS, IPA e Santa Maria, porque os três é que detinham todos os troféus gerais do JUGEF” (p. 03-04).

Como pude identificar nas fontes pesquisadas, o Handebol gaúcho gradativamente foi conquistando destaque nacional, e isso se deve aos esforços do professor Pedro Luiz Benno Lang, que se formou em 1967 na ESEF, e em 1969 se transferiu para a cidade de Santa Maria para atuar como professor de Educação Física em escolas públicas. No ano de 1970, tornou-se membro do primeiro corpo docente

do curso de Educação Física da Universidade Federal de Santa Maria. Além de ter feito parte da primeira turma da disciplina de Handebol na ESEF e, por isso, conhecia a modalidade e suas técnicas. Ao se deslocar para Santa Maria, Pedro Lang se transformou em um grande incentivador da modalidade de Handebol na cidade. Cabe registrar que alguns anos depois, Santa Maria se tornou um polo de desenvolvimento do Handebol no Rio Grande do Sul, conforme registra Clery Quinhones de Lima:

Pedro Lang foi realmente o introdutor do handebol em Santa Maria e contou também com o professor Clóvis Ávila. Podemos dizer que as primeiras equipes foram do Colégio Estadual Manoel Ribas (Maneco), onde Lang lecionava. Ele formou um grupo de meninos até 15 anos que se dedicaram, inclusive, treinando aos domingos. Mas o handebol criou força foi na Universidade, pois em 1971, como a Universidade Federal do RS – UFRGS colocou o handebol na disputa dos JUGEFS, Jogos Universitários das Escolas de Educação Física, a UFSM também fez a sua equipe (LIMA, 2012, p. 79).

Com a fundação do Centro de Educação Física da Universidade Federal de Santa Maria, em 1970, a equipe santa-mariense, mais especificamente, a equipe de homens vinculada à UFSM teve grandes resultados durante o período de 1977 a 1986, conquistando títulos do Campeonato Estadual de Handebol, Campeonato Brasileiro de Handebol, sendo inclusive bicampeão Sul-Americano (LIMA, 2012, p. 49). Nesse período, quem estava à frente da equipe era o professor Luiz Celso Giacomini²³, ex-aluno de Pedro Lang.

Lang também é reconhecido pelos pares como o criador da modalidade do Mini Handebol que, segundo Lima (2012, p. 80), “[...] é uma adaptação feita no jogo de Handebol em que as proporções são diminutas, em termos de quadra, mas é solidária, pois permite que todos os integrantes da equipe joguem”. Essa alteração possibilitava que a modalidade pudesse ser praticada por crianças com maior facilidade e mais praticidade, sendo possível desenvolver de forma progressiva os fundamentos e a técnica do Handebol.

Luiz Celso Giacomini começou a atuar com o Handebol quando substituiu o professor Lang em uma escola na cidade de Santa Maria, a Escola Estadual Manuel Ribas (Maneco). Na sequência dessa experiência, passou a comandar a equipe de

²³ Luiz Celso Giacomini se formou em Educação Física na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), atuou como professor da mesma universidade e como técnico de Handebol durante 32 anos na cidade de Santa Maria. Também exerceu o cargo de Presidente e Vice-Presidente da Federação Gaúcha de Handebol.

homens do Corinthians Atlético Clube de Santa Maria, onde conquistou diversos títulos para a cidade de Santa Maria e para o Estado do Rio Grande do Sul. No ano de 1979, ocorreu a fundação da Associação Desportiva da Universidade Federal de Santa Maria (ADUFSM), e o professor Luiz Celso Giacomini assumiu o comando da equipe de Handebol masculino da UFSM.

Figura 4 – Seleção Juvenil Masculina de Handebol – primeiro título nacional conquistado pelo Handebol gaúcho, em 1977 – equipe do Corinthians Atlético Clube de Santa Maria



Fonte: LIMA (2012, p. 54).

Devido ao sucesso da equipe de Handebol de Santa Maria, a UFSM fundou a ADUFSM, criada pelo departamento de Handebol da época. Segundo Aires (2015, p. 12), essa associação “[...] surgiu com objetivo de viabilizar a participação das equipes da UFSM em nível federativo”, contribuindo para o desenvolvimento da modalidade na cidade de Santa Maria.

No entanto, os “anos de ouro” da equipe santa-mariense, como aponta o trabalho de conclusão de curso²⁴ de Luma Lemos Aires (2015), não teve uma duração expressiva, e após dez anos de muitas vitórias, Santa Maria viu a modalidade perder força e o Rio Grande do Sul perder a notoriedade que havia obtido. Apesar de Santa Maria ter criado a Copa Mercosul de Handebol, evento que teve início 1996, essa competição não mobilizou atletas e técnicos para que a modalidade voltasse a crescer

²⁴ Trabalho de conclusão de Curso de Luma Lemos Aires, intitulado *Os fatores esportivos responsáveis pelo sucesso da equipe de handebol da ADUFSM na década de 80: estudo de caso baseado na percepção do técnico da equipe* (2015).

na cidade, apesar dessa competição ainda ser promovida pela Federação Gaúcha de Handebol anualmente e contar com a participação de equipes de vários países da América Latina.

Ao buscar fragmentos da história do Handebol no Rio Grande do Sul, percebi que há vários registros sobre a equipe de Handebol de Santa Maria, mas apenas de homens. Sobre a presença das mulheres na modalidade não encontrei registros, a não ser o nome das alunas que integraram a primeira turma da disciplina de Handebol na Escola Superior de Educação Física em 1965.

Uma das primeiras referências que tive sobre a presença de mulheres no Handebol, foi na entrevista com Cláudio Augustin²⁵, o qual ressaltou que a equipe comandada por ele, a Altero/Paquetá da cidade de Sapiranga, foi a que mais se destacou na categoria feminina no Rio Grande do Sul até o ano de 2009. Mencionou ainda que obteve destaque com a equipe Júnior, Juvenil e Adulto feminino, em competições nacionais e Sul-Americanas, o que me fez ver que havia meninas e mulheres disputando a modalidade.

Figura 5 – Equipe de Handebol Júnior feminina – Altero/Paquetá – Sapiranga
Campeonato Estadual de Handebol Júnior feminino – 1989



Fonte: Acervo pessoal de Cláudio Augustin.

²⁵ Cláudio é formado em Educação Física e, atualmente, é árbitro da Federação Gaúcha de Handebol e da Federação Gaúcha de Futsal. Já atuou como técnico de Handebol da equipe feminina (júnior, juvenil e adulta) de Sapiranga. Ele também é Vice-Presidente da Associação Escolar de Futsal e Handebol de Sapiranga (ASEFUSA).

Figura 6 – Equipe de Handebol Juvenil feminino – Altero/Paquetá – Sapiranga
Campeonato Brasileiro de Handebol Juvenil – 1989



Fonte: Acervo pessoal de Cláudio Augustin.

Em visita à residência do professor Cláudio, no dia 05 de junho de 2019, tive a oportunidade de consultar seu acervo pessoal²⁶, e por meio da sua narrativa e da consulta aos materiais encontrados, identifiquei que a equipe teria iniciado, no ano de 1977, apenas com uma equipe mirim. Nos anos subsequentes, foi iniciado o trabalho com outras categorias. Segundo uma reportagem publicada no Jornal de Sapiranga (JS), no ano de 1989, a equipe contava com 350 atletas de diferentes categorias, sendo sete equipes na categoria mirim; quatro equipes na categoria infantil; três equipes na categoria juvenil; uma equipe na categoria júnior; e uma na categoria adulto. Isso apenas foi possível devido ao apoio da Prefeitura de Sapiranga, além de 41 patrocinadores que contribuíram para o desenvolvimento da modalidade do Handebol na cidade de Sapiranga.

²⁶ O acervo pessoal de Cláudio Augustin conta com aproximadamente 500 medalhas que as equipes que comandou conquistaram nos campeonatos; fotos e quadros das equipes desde 1977 até o ano de 2009. Também há troféus referentes aos campeonatos disputados; os uniformes das equipes; a carteirinha das atletas; reportagens que contam um pouco da história da equipe de Sapiranga, e de suas principais conquistas em nível estadual, nacional e Sul-Americano, nas diferentes categorias esportivas.

Figura 7 – Reportagem sobre a equipe de Handebol de Sapiranga – Jornal Sapiranga (JS) – 1989

Handebol de Sapiranga com expressiva participação e vitórias no ano de 89

O Departamento de Handebol do Clube Atlético Cairú/ Ulbra apresenta aos patrocinadores que apoiam o esporte "Atletismo Cairú" e aos proprietários de estabelecimentos comerciais e Clubes desportivos em congratulações por estarem sempre em contato com uma reportagem de atualidade publicada nos jornais, demonstrando o crescimento da equipe no decorrer dos anos desde sua criação em 1986.

São muitas conquistas em nível municipal, estadual e nacional, demonstrando reconhecimento em nível de nível estadual no VII Torneio realizado aqui em Sapiranga.

AGRADECIMENTO

Dando as graças ao presidente Cláudio Augustin, e aos membros do Handebol do Sapiranga, agradeço a presença de todos e mais que "você realizou o que acreditava e agora que estamos vencendo o objetivo e que eu tenho realizado", citando "o jornalista Rêis, a Assêlia que trabalhava com o futebol, o mesmo amigo Luiz Napoleão e a Inês que está fazendo esforço de toda a sua equipe para fazer o melhor trabalho" (Cláudio Augustin).

Parabenizando Luiz Napoleão que "não tem medo de ser chamado graças a você, mesmo assim. Com você e sua organização, suas vitórias e reportagens aqui, como um amigo e colega", disse Cláudio Augustin ao agradecer ao amigo e colega da imprensa Cláudio Augustin, assim como o esforço que você criou socialmente.

QUEIROGA

Falando em nome da prefeita Municipal, o secretário de Educação, Cláudio Augustin destacou a importância de esporte para o desenvolvimento da cidade, afirmando que em 89 a administração irá apoiar de uma maneira e parceria do handebol, assim como o esporte que você criou socialmente.

Luiz Napoleão afirmou que o handebol tem mais apoio.

Livierri afirmou que Luiz Paquetá continua apoiando.



Foto 1 - a equipe campeã Estadual na categoria Jovem, que no período final dia 21 de dezembro derrotou a Guabiruba em Novo Hamburgo por 21 a 15.

FRONTAL 7 - Genesim, Willy, Fábio, Daniel, São Mateus, Jonas e Diogo.
DEFENSIVA 8 - Genesim, Willy, Tassine e Carlos.
GOLEIROS 9 - Genesim, Renato e Carlos.
JUNIOR e ADULTO 1 - apenas o Cláudio.

O elenco de jogadores disputados em 1989 foi de 227 sendo 179 vitórias, 30 derrotas e 18 empates. Os jogos a nível municipal foram 45 partidas, a nível Estadual foram 130 e a nível Nacional foram 14 partidas.

As cidades patrocinadas pelo handebol de Sapiranga a nível Estadual foram: Tapera, Novo Hamburgo, Campo Bom, Capão de Leão, Porto Alegre, Canoas, Cachoeira do Sul, Santa Maria, Gramma, Dileria, Deltona, Santa Rosa, São Gabriel, São Borja, Sul, Bagé, Camargo, Livramento e Cruz Alta. Foram 100 jogos disputados logo após Sapiranga derrotar Patativa, São

Para o ano de 1990 está previsto 24 eventos, sendo 5 a nível estadual e 19 a nível municipal e estadual, em jogos e torneios, em Campos de Handebol, futebol, handebol feminino que deverá ser disputado aqui em Sapiranga, sendo um evento que se venha de realização do município.

Empresas patrocinadoras

Tupiza - Edmundo de Colacchio, Mirabel, Eneco, Fagundes, Orquidão, Cairú, Rolando, Pampar, Dedy, Purya, Fity.

E ainda as empresas: Baldo Borges FM, Márcia Ripken, Suello Collor, Paulo Sady, Leuziane Popel, Farmácia Ranch, Grécia Gilson, Super, Unidão, Supermercado Olimpia, Super Rêis, Auto Eletrônica Turp, Auto Lógica, Akoré Produtos para Calçados, Madrugada, Feltonia, Vencedor, Churrascaria Matias, Pizzaria Lucas, RB, Assessoria

CALENDARIO 1990
 O departamento de handebol do Clube Atlético Cairú irá ter nos próximos meses disputados para 1990 torneios estaduais e municipais. Os compromissos locais em nível de município, com a participação do clube em competições de nível estadual e nacional.



Cláudio apresenta um relatório das atividades desenvolvidas em 89.



Cláudio disse que handebol tem mais apoio.



Livierri afirmou que Luiz Paquetá continua apoiando.

Fonte: Acervo pessoal de Cláudio Augustin.

Além dessa atuação, identifiquei que, em 1998, Cláudio Augustin comandava a equipe do Clube Atlético Cairú/Ulbra/Diadora, que se tornou, naquele ano, a primeira equipe do Estado a obter o título de campeã da Liga Nacional de Handebol Feminino²⁷, sendo a única equipe, até hoje, a ter conquistado esse título para o Rio Grande do Sul.

²⁷ A Liga Nacional de Handebol Feminino é a principal competição de clubes de Handebol do Brasil. Ocorre anualmente entre os meses de agosto a novembro, e é organizada pela Confederação Brasileira de Handebol (CBHb).

Figura 8 – Equipe de Handebol do Clube Atlético Cairú/Ulbra/Diadora – Sapiranga – Liga Nacional de Handebol Feminino – 1998



Fonte: Acervo pessoal de Cláudio Augustin.

Segundo o depoimento de João Guilherme de Souza Queiroga (2015), a equipe do Professor Caio, como é conhecido na esfera do Handebol, foi uma grande referência do Handebol feminino no Rio Grande do Sul.

[...] eu tenho uma certeza que a nível de Rio Grande do Sul, esse período no final dos anos 1980 foi uma grande visibilidade, depois nós tivemos uma outra ação que foi desenvolvida pela professor Caio, em Sapiranga, que o professor Caio conseguiu montar a partir de uma equipe que ele tinha infantil que as meninas eram patrocinadas por um calçado de nome Francesinha e aí o professor Caio conseguiu patrocinadores na cidade. Ele criou um clube de prática de Handebol, em Sapiranga, onde os empresários doavam “x” reais por mês e tinham direito a “x” convites para ter acesso aos jogos e ele ainda tinha sócios moradores, então habitantes da cidade também contribuía e tinham os mesmos direitos de assistir esses jogos, e a Prefeitura de Sapiranga, talvez da Secretaria de Educação disponibilizava a carga horária do professor Caio e disponibilizava estagiários para acompanhar o professor Caio nesse treinamento, isso aí já foi no final dos anos de 1980, início dos anos 1990, quando o professor Caio já conseguiu construir esse Handebol em Sapiranga bem forte, Sapiranga foi campeã brasileira de Handebol das séries, que seria, vamos dizer teoricamente a segunda divisão, e depois foi campeã da primeira divisão. Então, eu diria assim, que nesse período de 1986 a 1995, foi o apogeu do Handebol gaúcho, em termos de clube e escolar também “né” (QUEIROGA, 2015, p. 08).

No dia em que visitei seu acervo, o professor Cláudio mencionou, ainda, que a equipe de Sapiranga também é a única do Rio Grande do Sul a ter conquistado um “Bi” Campeonato Sul-Americano de Clubes de Handebol Feminino, sendo o primeiro título em 1998. Como podemos observar em uma reportagem do Jornal ABC Esporte,

de 27 de julho de 1998, a equipe do Clube Atlético Cairú/Ulbra/Diadora teria vencido o campeonato de modo invicto.

Figura 9 – Reportagem da equipe de Handebol do Clube Atlético Cairú/Ulbra/Diadora de Sapiranga – Jornal ABC Esporte – 27 de junho de 1998



Fonte: Acervo pessoal de Cláudio Augustin.

Além dessas informações, identifiquei que no início dos anos 2000 duas universidades gaúchas, a Universidade Feevale e a Universidade de Caxias de Sul (UCS), decidiram investir em equipes de mulheres. Sendo assim, a equipe da Feevale, na época denominada Santa/Feevale/Novo Hamburgo, era coordenada pelo professor Renato Arena²⁸, e a equipe da Universidade de Caxias do Sul (UCS), nomeada APAHAND (Associação de Pais e Amigos do Handebol)/UCS/Prefeitura de Caxias do Sul, era coordenada pelo professor Gabriel Citton²⁹. Além disso, a equipe da APAHAND foi uma das equipes do Rio Grande do Sul que mais se destacou em competições como, por exemplo, a Liga Nacional de Handebol Feminino, a Copa Brasil, a Copa Mercosul, o Campeonato Gaúcho de Handebol Feminino, os Jogos

²⁸ Renato Arena se formou em Educação Física na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, já atuou como professor na Feevale, tem uma vivência de 30 anos no Handebol, e atualmente é professor e coordenador esportivo do Colégio Santa Catarina e integrante da comissão técnica da equipe feminina de Handebol, a Liga Hamburguesa de Handebol (LHH).

²⁹ Gabriel Citton é formado em Educação Física pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), tem especialização em Handebol, cursos na área de técnico e árbitro de Handebol. Já foi técnico da seleção brasileira Júnior, Juvenil e Sub-18 de Handebol, auxiliar técnico da Seleção Brasileira de Handebol. Atualmente, é técnico da equipe APAHAND (Associação de Pais e Amigos do Handebol) e da Seleção Brasileira de Surdos. Foi entrevistado no dia 06 de março de 2018, na UCS em Caxias do Sul e a entrevista teve duração de 19 minutos e 58 segundos.

Abertos Brasileiros (JAB's) e os Jogos Universitários Brasileiros (JUB's), sendo essas competições em nível estadual, nacional e Sul-Americano (ANDRES, 2014).

Segundo consta na dissertação de mestrado de Suélen de Souza Andres (2014), as atletas da APAHAND/UCS/Prefeitura de Caxias do Sul possuíam, em 2014, um trabalho bastante eficiente, tanto da parte financeira, quanto de treinamento. A autora atribuía as conquistas da equipe e o ótimo desempenho das jogadoras em quadra a essa estruturação, por consequência do trabalho realizado, desde a categoria de base até a categoria adulta. No entanto, ao pesquisar como a equipe está estruturada atualmente, identifiquei uma notícia³⁰ de 16 de maio de 2017, no *site* da FGHb, onde consta que a APAHAND/UCS realizou uma parceria com a Prefeitura de Farroupilha e isso possibilitou que a empresa farroupilhense Grendene patrocinasse a equipe no ano de 2017, o que acarretou seu retorno à Liga Nacional de Handebol Feminino no mesmo ano, sendo essa a sua última participação nas competições da Liga Nacional de Handebol Feminino.

Aliás, no ano de 2018, nenhuma equipe do Rio Grande do Sul participou dessa competição. Segundo o técnico da equipe da APAHAND, Gabriel Citton, entrevistado em 2018 para esta pesquisa, isso se deve à falta de orçamento, pois a Associação não teve como arcar com os custos da equipe para que pudesse participar de uma competição em nível nacional. Tal situação ocorreu com outras equipes, que não contaram com recursos e nem com subsídios por parte da própria FGHb.

Ao buscar referências sobre a atual estruturação de equipes de mulheres, encontrei registros que informam que, nos últimos anos, algumas equipes vêm buscando destaque em algumas competições. Segundo o *site* da FGHb, seriam: a equipe de Handebol Feminino UFSM; o Clube Canoas Handebol/ULBRA; a Associação Esportiva de Campo Bom (AECB Handebol); o Clube de Handebol de Capão da Canoa (CHCC); a Liga Hamburguense de Handebol (LHH); a equipe de Handebol Feminino de Santa Maria (HFMSM); a Sociedade Ginástica de Novo Hamburgo (SGNH) – (categorias mirim, infantil e cadete); CPM Dom Hermeto Uruguaianense (categoria mirim e infantil); a Associação Sapiranguense de Handebol (MA/ASHand); UFRGS Handebol; e a Associação Esportiva Osoriense (AESO) – (categorias mirim, infantil e cadete). Essas equipes participaram dos principais campeonatos promovidos pela Federação Gaúcha de Handebol, além de outros

³⁰ Disponível em: <<https://handebolrs.com.br/apahanducs-firma-parceria-com-a-prefeitura-de-farroupilha/>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

campeonatos, como os Abertos de Handebol, os Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul (JIRGS), as competições universitárias promovidas pela FUGE e o campeonato estadual de *Beach Handball*.

Cabe destacar que este estudo focaliza aspectos históricos do Handebol jogado em quadra, ou *indoor*, apesar de compreendermos que o *Beach Handball*, também conhecido como o Handebol de areia, é praticado no estado. Identifiquei nas fontes consultadas que suas competições ocorrem, principalmente, nos meses de fevereiro a março por ser o período do verão, quando acontece o Campeonato Gaúcho de Handebol de Areia, que é promovido pela Federação Gaúcha de Handebol.

Outra questão que eu gostaria de ressaltar é que as cidades citadas neste estudo, basicamente se detiveram à capital Porto Alegre e sua região metropolitana³¹, além de algumas cidades do interior, como Santa Maria e Caxias do Sul. Isso ocorreu devido às fontes encontradas, sejam as documentais ou as orais que integraram a rede de depoentes construída para atender aos objetivos desta dissertação que, como já explicitado, estão voltados para a presença das mulheres na arbitragem. Como as entrevistas não eram especificamente direcionadas para a história do Handebol no Rio Grande do Sul, destaco que a ausência de referências a outras regiões do estado não significa que o Handebol, inclusive de mulheres, não exista. Apenas não fez parte do escopo desta dissertação.

Por fim, mesmo que no início o Handebol tenha tido algumas dificuldades em relação aos espaços e materiais destinados a sua prática, há outro agravante quando se quer conhecer a história da modalidade: a escassez de registros e o pouco que conhecemos a esse respeito. Ainda assim, a partir das fontes consultadas, identifiquei que o Handebol conseguiu se desenvolver no Estado do Rio Grande do Sul, ganhou seu espaço em âmbito escolar, universitário e de clubes, conquistando sua identidade e se consolidando como uma modalidade esportiva coletiva praticada por diferentes sujeitos em diferentes instituições.

³¹ Fazem parte dessa região as cidades: Alvorada; Araricá; Arroio dos Ratos, Cachoeirinha; Campo Bom; Canoas; Capela de Santana; Charqueadas; Dois irmãos; Eldorado do Sul; Esteio; Estância Velha; Glorinha; Gravataí; Guaíba; Igrejinha; Ivoti; Montenegro; Nova Hartz; Nova Santa Rita; Novo Hamburgo; Parobé; Porto Alegre; Portão; Rolante; Santo Antônio da Patrulha; Sapiranga; Sapucaia do Sul; São Jerônimo; São Leopoldo; São Sebastião do Caí; Taquara; Triunfo; Viamão. Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/3-regiao-metropolitana-de-porto-alegre.html>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

5 AS MULHERES E A OUSADIA DE SOPRAR UM APITO

Ao escrever este segundo estudo de minha dissertação, parto do pressuposto de que ousar é um ato de coragem, de tal maneira que, para as mulheres se inserirem no meio esportivo, foi preciso muita luta para quebrar as barreiras do preconceito. Na arbitragem, assim como em outras funções esportivas, ainda existe um número pequeno de mulheres atuantes, pois, segundo Ferreira *et al.* (2013), em âmbito nacional e internacional, os homens ainda são maioria nos cargos administrativos e técnicos na área esportiva.

Dessa forma, ao falar sobre o surgimento de mulheres na arbitragem no Brasil, especificamente no Handebol, é necessário que busquemos conhecer a história de inserção dessas mulheres nessa função esportiva, para que as suas conquistas sejam reconhecidas e, assim, seja possível desnaturalizar as ausências que muitas vezes sequer são percebidas.

No entanto, antes de desenvolver essa abordagem específica, trago algumas informações sobre a atual situação da modalidade em solo brasileiro. Não pretendo historicizar ou aprofundar o tema, apenas pincelar uma contextualização do esporte no qual as árbitras estudadas nesta dissertação se inserem e atuam.

5.1 O HANDEBOL NO CENÁRIO NACIONAL

Como já analisado anteriormente, o Handebol se desenvolveu inicialmente no estado de São Paulo para, posteriormente, se inserir nas diferentes regiões do país.

Apesar do Brasil ter obtido bons resultados em competições internacionais entre os anos de 2013 a 2016, principalmente, com o título inédito da Seleção Feminina de Handebol no Campeonato Mundial de Handebol Feminino, em 2013, realizado na Sérvia, a modalidade ainda carece de fomento, visibilidade e estruturação. Essa situação muito se agravou em 2017, quando foram revelados escândalos de corrupção por parte do presidente da Confederação Brasileira de Handebol (CBHb), Manoel Luiz Oliveira, o que ocasionou a perda de patrocínios, acarretando dificuldades para os/as atletas participarem de diversas competições.

Além disso, o investimento que estava sendo feito nas equipes adultas da Seleção também acabou sofrendo com a falta de verbas, pois os recursos que haviam sido repassados pelo extinto Ministério do Esporte tiveram que ser devolvidos. Esses

recursos públicos estavam vinculados à Lei nº. 10.264, conhecida como Agnelo-Piva, sancionada em 16 de julho de 2001, como mencionam as reportagens do *site* G1 Sergipe³² e do *site* OP9 – O portal do Sistema Opinião³³ – ambas no dia 12 de julho de 2018. Além disso, segundo uma reportagem do *site* do Globo Esporte³⁴, no dia 04 de abril de 2019, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que o Comitê Olímpico Brasileiro suspendesse os repasses da Lei Agnelo-Piva a nove Confederações esportivas, entre elas, a Confederação Brasileira de Handebol.

Apesar desse cenário, o Brasil obtém hegemonia entre os países da América Latina com a conquista da medalha de ouro pela seleção masculina nos Jogos Pan-Americanos realizados em 2015 na cidade de Toronto, e em 2016 na cidade de Buenos Aires. Essa conquista se repetiu nas últimas três edições dos Jogos Sul-Americanos realizados, respectivamente, em Medellín (2010), Santiago (2014) e Cochabamba (2018). Além disso, nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro (2016), a equipe masculina conseguiu obter sua melhor participação no histórico dessa competição, se classificando em 7º lugar no quadro final.

A seleção de mulheres também obteve, nos Jogos Olímpicos do Rio, a sua melhor classificação, alcançando a 5ª posição. Cabe destacar que, enquanto o Handebol masculino teve sua primeira edição Olímpica em 1936 nos Jogos de Berlin, as mulheres só tiveram essa oportunidade em 1976 nos Jogos Olímpicos de Montreal. Porém, a seleção de mulheres só participou pela primeira vez no ano 2000, nos Jogos de Sydney.

Vale referenciar que, apesar de mais recente, a seleção de mulheres é mais exitosa do que a seleção dos homens. Elas já obtêm dez medalhas de ouro em Campeonatos Pan-Americanos de Handebol Feminino (1997, 1999, 2000, 2003, 2005, 2007, 2011, 2013, 2015 e 2017) e nove títulos em Campeonatos Sul-Americanos (1983, 1984, 1986, 1988, 1991, 1994, 1998, 2001 e 2013). A conquista mais importante, no entanto, foi o ouro inédito da modalidade ocorrido no ano de 2013 durante o Campeonato Mundial de Handebol Feminino realizado na Sérvia. Em 2018, elas conquistaram mais uma importante posição no cenário internacional: a medalha

³² Disponível em: <<https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/pf-apura-suposta-associacao-criminosa-entre-gestores-da-cbhb-e-empresas-privadas.ghtml>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

³³ Disponível em: <<https://www.op9.com.br/br/esportes/pf-investiga-desvio-de-dinheiro-publico-na-confederacao-de-handebol/>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

³⁴ Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/tcu-determina-que-cob-suspenda-repasses-da-lei-agnelo-piva-a-nove-confederacoes-esportivas.ghtml>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

de ouro nos Jogos Sul-Americanos realizados em Cochabamba, contra a equipe da Argentina e, neste ano (2019), alcançaram o hexacampeonato nos Jogos Pan-Americanos, em Lima, vencendo novamente a equipe da Argentina.

As conquistas da seleção de mulheres serve também para evidenciar a generificação do esporte que, segundo Andres (2014), é percebida na pouca visibilidade conferida às atletas de Handebol ao longo de diferentes competições, bem como questões relacionadas a sua profissionalização. Essas desigualdades de gênero expressas no contexto das atletas também se verifica em outros espaços de atuação das mulheres no esporte (GOELLNER, 2013), tais como em cargos de gestão e técnicos, na arbitragem, entre outros. Nesse sentido, as mulheres que conquistaram espaços nessas funções, de certo modo, ousaram romper barreiras e, no caso das árbitras, romper as barreiras do apito.

Ao buscar referências sobre pesquisas que tematizaram a presença de mulheres na arbitragem, identifiquei que são abordadas discussões a respeito dos desafios enfrentados por elas dentro dessa função esportiva, além da sua inserção, permanência e ascensão dentro da arbitragem. Contudo, ressalto, como já mencionado, que a presença das mulheres na arbitragem ainda não é um tema muito explorado no âmbito acadêmico. Por essa razão, os escassos trabalhos realizados são relevantes para analisarmos os enfrentamentos diários e a busca pelo reconhecimento que se perpetua ao longo da história das mulheres no esporte em suas múltiplas ocupações e dimensões, mesmo que não sejam relativos à modalidade do Handebol.

Para aprofundar a temática, realizei um levantamento de literatura científica no Lume – Repositório Digital – UFRGS, Periódicos Capes e *Scielo - Scientific Electronic Library Online* e nas revistas Movimento, Motriz, Motrivivência, Interseções, Pensar a Prática e a Revista do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, por terem sido as mais citadas em pesquisas que tematizam a presença de mulheres no esporte. Busquei ainda registros no *site* da Federação Gaúcha de Handebol (FGHb)³⁵, da Confederação Brasileira de Handebol (CBHb)³⁶, no Atlas de Esporte no Brasil (DACOSTA, 2006) e no Atlas do Esporte no Rio Grande do Sul (MAZO;REOPPOLD FILHO, 2005), utilizando os metadados “mulheres na arbitragem”, “arbitragem do Handebol” e “arbitragem feminina”.

³⁵ Disponível em: <<http://handebolrs.com.br/tag/fghb/>>. Acesso em: 26 mai. 2019.

³⁶ Disponível em: <<https://cbhb.org.br/>>. Acesso em: 26 mai. 2019.

Nessa pesquisa, identifiquei os estudos relacionados no quadro abaixo:

Quadro 4 – Trabalhos publicados sobre arbitragem

AUTORIA	TÍTULO	VEÍCULO	FORMATO	ANO
Carla Righeto	O papel da mulher como árbitra de Handebol internacional	USP	Fórum de Debate	2004
Gabriela Conceição de Souza	As brasileiras na arbitragem dos esportes de combate Olímpicos	Fazendo Gênero	Anais	2010
Fábio Pinto Gonçalves dos Reis e Ivan Eduardo de Abreu Arruda	Mulher, futebol e arbitragem: um espaço de conquista, tensão e resistência	EFDeportes	Revista	2011
Ineildes Calheiro dos Santos	Escanteio: mulheres que trocam o rosa cultural pelo preto da tradição. No campo da arbitragem em futebol	UFBA	Seminário	2013
Ineildes Calheiro dos Santos e Suely Aldir Messeder	A influência cultural na fisiologia do corpo sexuado vinculado à hegemonia masculina na divisão sexual do trabalho na arbitragem em futebol	Ambivalência	Revista	2014
Aline Santos Nascimento e Mário Luiz Ferrari Nunes	A mulher árbitra de futsal: entre a norma e a resistência	Interseções	Revista	2014
Lílian Kirsch de Farias	As mulheres árbitras: aspirações e expectativas em torno de uma profissão	UFRGS	Monografia	2014
Ineildes Calheiro dos Santos e Suely Messeder	As mulheres no mundo da arbitragem futebolística: a construção dos corpos e a dominação masculina no futebol	Seminário Interlinhas	Anais	2014.1
Ineildes Calheiro dos Santos e Suely Messeder	As mulheres árbitras de Futebol: corpo, trabalho e poder	Seminário Interlinhas	Anais	2014.2

Igor Chagas Monteiro; João Paulo Fernandes Soares e Ludmila Mourão	Saindo da “posição de impedimento”: As árbitras brasileiras no futebol profissional	CONBRACE	Anais	2015
Ineildes Calheiro dos Santos e Suely Messeder	As mulheres árbitras de Futebol: um estudo sobre poder, diferenças físicas entre os sexos e as influências socioeducativas e culturais	Seminário Interlinhas	Anais	2015.1
Carla Righeto	“Árbitros: vilões e/ou mediadores do espetáculo?”	UNICAMP	Dissertação	2016
Igor Chagas Monteiro	Mulheres de preto: trajetórias na arbitragem do Futebol profissional	UFJF	Dissertação	2016
Andressa Hartmann	Das arquibancadas ao centro da quadra: as mulheres na arbitragem brasileira	UFSM	Monografia	2017
Carla Righeto	Os árbitros de futebol e a mídia esportiva: a interpretação de árbitros paulistas sobre os comentários da mídia acerca do trabalho da equipe de arbitragem	Movimento	Revista	2017
Ricardo José Madureira dos Santos	Cartão amarelo: a questão do gênero no trabalho: os árbitros femininos de andebol	U. Porto	Dissertação	2017
Rosana Pereira Ruviano	Impedida? A mulher na arbitragem do Rio Grande do Sul	Unipampa	Monografia	2017
Dolores González Fernández; Clara Selva Olid e Miguel Torregrossa	Mujeres y árbitras: historias de vida de una doble minoría en el deporte	Universitat Autònoma de Barcelona e Universidad de Almería	Revista	2018
Ineildes Calheiro e Eduardo David Oliveira	Interseccionalidade no esporte: Reflexões sobre o estudo com as árbitras de	REBEH	Revista	2018

	futebol e o método corpo-experiência			
Ana Carolina Vieira Silva	Futebol e mulheres: As árbitras da Federação Gaúcha de Futebol em 2018	UFRGS	Monografia	2019

Fonte: Autora.

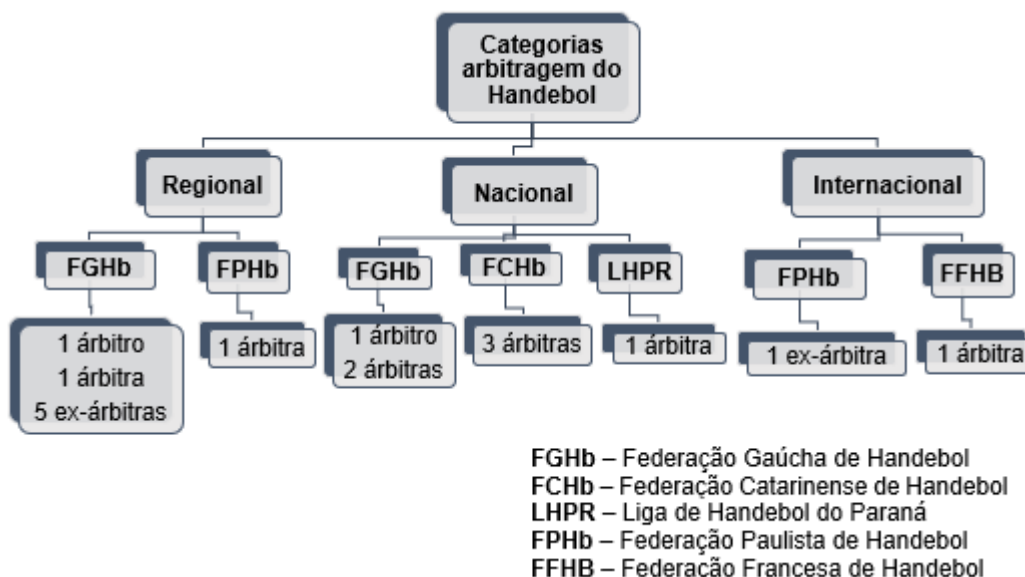
Como pode ser observado, do montante de vinte estudos, apenas dois trabalhos são referentes a mulheres no Handebol. A primeira publicação tem a autoria de Carla Righeto (2004), ex-árbitra de Handebol, e foi apresentado no *III Fórum de Debate sobre Mulher e Esporte: mitos e verdades*, realizado na Universidade de São Paulo, no qual a autora descreve aspectos relacionados a sua trajetória na arbitragem do Handebol até alcançar a categoria Internacional. O segundo trabalho encontrado é a dissertação de mestrado de Ricardo José Madureira dos Santos (2017), desenvolvida na Universidade do Porto, intitulada *Cartão Amarelo: a questão do gênero no trabalho: os árbitros femininos de andebol*. Infelizmente esse trabalho não está disponível *online* e apenas cito-o, pois considerei importante apresentar outros trabalhos que já foram realizados sobre mulheres na arbitragem do Handebol.

A busca por essas referências foi realizada considerando a possibilidade de diálogos com a minha investigação, sobretudo, no que respeita à trajetória de mulheres na arbitragem do Handebol. Sendo assim, para descrever a presença das mulheres no quadro de arbitragem da Confederação Brasileira de Handebol, utilizando-me do aporte teórico e metodológico da História Oral, realizei dezessete entrevistas com árbitros e ex-árbitras de diferentes Federações Estaduais, uma árbitra e uma ex-árbitra Internacional. Consultei também os *sítes* da Confederação Brasileira de Handebol e da Federação Internacional de Handebol (IHF)³⁷, além de publicações sobre essa temática. Essas fontes foram colocadas em diálogo entre si e, com isso, identifiquei alguns aspectos relacionados à inserção das mulheres na arbitragem.

A utilização da História Oral mostrou-se muito fecunda devido à ausência de registros documentais sobre a presença das mulheres no quadro de arbitragem da Confederação Brasileira de Handebol. Para tanto, realizei entrevistas com as seguintes pessoas:

³⁷ Disponível em: <<https://www.ihf.info/>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

Figura 10 – Entrevistas realizadas com árbitros e ex-árbitras de Handebol



Fonte: Autora.

Do mesmo modo que no estudo anterior, as entrevistas foram colocadas em diálogo com outras fontes, tais como livros, documentos e registros preservados nos acervos pessoais das pessoas entrevistadas. Assim, descritos o modo como captei as informações para o estudo, passo a descrever os aspectos relacionados à arbitragem do Handebol no Brasil, mais especificamente, à presença das mulheres.

5.2 CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL E AS MULHERES NA ARBITRAGEM

A Confederação Brasileira de Handebol (CBHb) deu seus primeiros passos em 1979, mais especificamente, em 01 de junho de 1979 (NAGY-KUNSAGI, 1983; FERREIRA, 1980; SILVA, 1992-1993; SILVA, 1995-1997; TENROLLER, 2007). Nesse momento, ocorreram mudanças no sistema esportivo brasileiro, acarretando a desvinculação do Handebol da Confederação Desportiva Brasileira (CDB) (HUBNER; REIS, 2006). A fundação da CBHb ocorreu através da participação de diversas Federações Estaduais que já existiam na época, a saber: Federação Paulista de Handebol (FPHb); Federação de Handebol do Estado do Rio de Janeiro (FHERJ); Federação Maranhense de Handebol (FMAH); Federação Pernambucana de Handebol (FPH); Federação de Handebol do Estado do Ceará (FHEC); Federação

Gaúcha de Handebol (FGHb) e Federação de Handebol do Estado do Pará (FHEPA) (HUBNER; REIS, 2006).

No que tange à formação de árbitros/as, Nagy-Kunsagi (1983) informa que o primeiro curso organizado pela CBHb aconteceu em 1980, sendo ministrado pelo espanhol Domingo Barcenas Gonzales. Contudo, Ferreira (1980) reforça que, no ano de 1981, ocorreu o “segundo Concurso Nacional de Arbitragem, na cidade de Brasília, sendo ministrado pelo Professor Werner Vick, da Alemanha” (p. 41).

Considerando as fontes consultadas para esta pesquisa, identifiquei que as primeiras mulheres que se fizeram presentes na arbitragem do Handebol brasileiro teriam aparecido na Federação Paulista de Handebol (FPHb). Carla Righeto (2004) afirma que as pioneiras nessa função foram Silvana Maria Silva e Maria Isolina Fazzani. No entanto, essa informação é relativizada por Maria Fazzani³⁸ na entrevista que concedeu para esta pesquisa, realizada no dia 06 de dezembro de 2018, na qual relatou que entrou para o quadro de arbitragem da FPHb em 1986, juntamente com a Silvana Silva, pois as duas eram atletas da mesma equipe e moravam em Santo André – SP. Maria Fazzani informa ainda que nesse período também havia outras mulheres na FPHb, porém, não soube dizer se elas atuavam como árbitras ou apenas como mesárias e cronometristas. Vejamos:

[...] eu fiz o curso em 1986, 1987. E aí eu comecei a apitar. [...] uma amiga que jogava no mesmo clube que eu, a Silvana. [...] Hoje ela não atua mais, mas ela é árbitra internacional. E a gente fez junto. Na época a gente foi porque morávamos perto. Nós morávamos em Santo André. E nós fomos juntas! A gente começou nessa louca vida de arbitragem (FAZZANI, 2018, p. 01-02).

Para Righeto (2004), Silvana Silva e Maria Fazzani foram responsáveis por “abrir as portas” para que outras mulheres buscassem atuar na arbitragem, ocupando esse espaço que também é delas e para elas.

Na tentativa de apreender melhor como se deu o processo de inserção das mulheres no universo da arbitragem, contatei a CBHb através do seu *site* nos dias 04 de julho de 2018 e 20 de maio de 2019. O fiz outras vezes, mas não obtive retorno, o que de certa forma limitou conhecer mais detalhes sobre a presença de mulheres no seu quadro de arbitragem. Destaco ainda que, nas buscas que empreendi em portais

³⁸ A entrevista com Maria Isolina Fazzani foi realizada no dia 06 de dezembro de 2018 e teve duração de 39 minutos e 20 segundos. O contato foi obtido por meio da rede social *Facebook*. Devido à árbitra residir em São Paulo, a entrevista foi realizada via vídeo.

de pesquisa, não identifiquei nenhum estudo acadêmico ou não acadêmico focalizando esse tema.

Em função dessa ausência de registros, busquei entrevistar algumas mulheres que fazem parte do atual quadro nacional e continental de arbitragem no Handebol, além de outras vinculadas a algumas Federações Estaduais, como a Federação Catarinense de Handebol (FCHb), a Liga de Handebol do Paraná (LHPR) e a Federação Paulista de Handebol (FPHb). Tal iniciativa teve o objetivo de compreender um pouco melhor o cenário brasileiro de arbitragem, assim como tentar estimar o número de mulheres que hoje se encontram no quadro da CBHb e das próprias Federações. Feito esse exercício, ressalto que as buscas que desenvolvi e as fontes que utilizei não possibilitaram que eu identificasse o número de mulheres atuantes no quadro da CBHb, sendo impossível precisá-lo.

Diante da impossibilidade de obter esses dados, procurei entrevistar as árbitras, cujos nomes foram mencionados em alguma entrevista que realizei ou em algum documento que tive acesso. Em função desse critério, as árbitras identificadas e contatadas estão vinculadas apenas às Federações da região Sul e Sudeste do país.

A primeira que fiz contato foi Sandra Aparecida dos Santos Ferreira de Quadros³⁹, árbitra continental associada à Liga de Handebol do Paraná (LHPR), com participação nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, no qual atuou como mesária. Além dessa competição, Sandra atuou no Campeonato Pan-Americano Adulto de Seleções no ano de 2016, que ocorreu na Argentina, no Campeonato Mundial Júnior de Handebol Masculino que ocorreu no Brasil nos anos de 2003 e 2015, nos estados do Paraná e de Minas Gerais, e nos Campeonatos Brasileiros de Handebol. Sandra atua juntamente com a Juliana da Silva Lima, sua dupla de arbitragem.

³⁹ A entrevista com Sandra Aparecida dos Santos Ferreira de Quadros foi realizada no dia 01 de novembro de 2018 e teve duração de 27 minutos e 37 segundos. O contato foi obtido por meio da rede social *Facebook*. Devido à árbitra residir no Paraná, a entrevista foi realizada via vídeo.

Figura 11 – Árbitras da Liga de Handebol do Paraná (LHPR)
Juliana da Silva Lima e Sandra Aparecida dos Santos Ferreira de Quadros



Fonte: Site⁴⁰ da Liga de Handebol do Paraná (LHPR).

Em sua entrevista, a árbitra menciona que o número de mulheres é pequeno no quadro da CBHb, apesar de não saber a quantidade exata. Ao abordar esse tema, mencionou algumas duplas que conhece.

Olha, eu estou um pouco por fora assim, de quantas mulheres têm. No Paraná, nós, de atuantes, hoje somos duas duplas femininas. Em Santa Catarina são duas duplas, a Sylvia⁴¹ e a Márcia⁴², as gêmeas a Renata⁴³ e Bruna⁴⁴, atuantes! Em Minas Gerais eu sei que tem uma dupla também. São Paulo tem a Natália⁴⁵ e a Karina⁴⁶. No Rio Grande do Norte eu sei que tem as meninas também. Tinham pessoas... Vou errar o estado aqui talvez [riso]. É, tem a Geisiane⁴⁷ e a Luana⁴⁸, são mais do meu início assim, mais da minha época [...] (QUADROS, 2018, p. 05-06).

Se consideramos sua narrativa e memória, o número de duplas de mulheres hoje atuantes no quadro de arbitragem da CBHb é quatorze. De posse dessa informação, tentei verificar em outras fontes sua veracidade e não obtive muitos detalhes. Das vinte e seis Federações Estaduais associadas à Confederação Brasileira de Handebol, a Liga de Handebol do Paraná⁴⁹ é a única que fornece

⁴⁰ Disponível em: <<https://www.paranahandebol.com.br/>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

⁴¹ Sylvia Mariah – Árbitra da Federação Catarinense de Handebol (FCHb).

⁴² Márcia Rodrigues – Árbitra da Federação Catarinense de Handebol (FCHb).

⁴³ Renata Garcia – Árbitra da Federação Catarinense de Handebol (FCHb).

⁴⁴ Bruna Garcia – Árbitra da Federação Catarinense de Handebol (FCHb).

⁴⁵ Natália Hupsel – Árbitra da Federação Paulista de Handebol (FPHb).

⁴⁶ Karina Mendes – Árbitra da Federação Paulista de Handebol (FPHb).

⁴⁷ Geisiane Albuquerque – Árbitra da Federação Pernambucana de Handebol (FPH).

⁴⁸ Luana Pantoja – Árbitra da Federação Pernambucana de Handebol (FPH).

⁴⁹ Disponível em: <<https://www.paranahandebol.com.br/arbitragem/>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

informações com livre acesso e atualizadas sobre seu quadro de arbitragem em seu *site*.

No ano de 2019, estão registrados cento e seis árbitros, sendo apenas vinte e cinco mulheres (24%) assim distribuídas: categoria Regional, nível “C” dezenove árbitras; Regional, nível “A” apenas uma árbitra; categoria Nacional quatro árbitras; e categoria Continental apenas uma árbitra. Dessas árbitras, apenas Sandra Aparecida dos Santos Ferreira de Quadros concedeu entrevista, apesar da sua parceira de dupla Juliana Lima haver concordado em fazê-la. No entanto, por questões particulares da árbitra, não conseguimos agendar um dia para realizar a entrevista. As outras vinte e três árbitras registradas não foram entrevistadas porque não consegui localizá-las e também porque o foco não era o quadro de árbitras da Confederação Brasileira de Handebol, mas da Federação Gaúcha de Handebol.

Ao buscar informações na Federação Catarinense de Handebol (FCHb), identifiquei as árbitras Nacionais Bruna Garcia, Gabriela Garcia e Renata Garcia,⁵⁰ que também aceitaram participar deste estudo.

Figura 12 – Árbitras de Handebol Renata, Gabriela e Bruna Garcia – Federação Catarinense de Handebol (FCHb)



Fonte: Acervo pessoal de Renata Garcia.

⁵⁰ A entrevista foi realizada em conjunto com as árbitras Bruna, Renata e Gabriela Garcia, no dia 18 de novembro de 2018, com duração de 51 minutos e 42 segundos. O contato foi obtido por meio da rede social *Facebook* da Gabriela Garcia. Devido às árbitras residirem em Santa Catarina, a entrevista foi realizada via vídeo.

As trigêmeas pertencem ao quadro de arbitragem da FCHb desde 2011. Em 2013, Bruna e Renata entraram para o quadro Nacional de arbitragem pela CBHb e já apitaram diversas competições, entre elas, Campeonatos Brasileiros, Sul-Americanos e Pan-Americanos. Gabriela passou a integrar o quadro Nacional no ano de 2019, contudo, sem compor ainda uma dupla de arbitragem, o que resulta na sua atuação com aqueles/as árbitros/as que estão disponíveis para cada competição. Na entrevista concedida, destaca que por apenas um ano integrou uma dupla de arbitragem e posteriormente sempre atuou com uma pessoa não específica. Segundo a narrativa dessas árbitras, o atual quadro de arbitragem da Federação Catarinense de Handebol conta com vinte e dois árbitros atuantes, dos quais apenas cinco (23%) são mulheres.

Feita essa breve contextualização, gostaria de abordar aquilo que considero ser um marco para a arbitragem no Handebol brasileiro, que é a atuação da primeira árbitra. Estou me referindo à inserção de Silvana Maria Silva, que atuou no quadro da Federação Paulista de Handebol até o ano de 2017, permanecendo na arbitragem do Handebol por trinta e um anos. Infelizmente não consegui localizá-la e, por isso, não foi entrevistada para este estudo. Ainda assim, considero relevante mencionar seu protagonismo, reconhecido inclusive por seus pares, cujas fontes indicam que participou pela primeira vez do quadro de arbitragem da Confederação Brasileira de Handebol no ano de 1992.

Carla Righeto⁵¹ rememora como foi esse processo:

Olha, eu não sei dizer por que eu não sei quem foi a primeira árbitra de Handebol mulher do Brasil, mas eu posso te afirmar que a Silvana, que fazia dupla comigo, foi a primeira nacional. Tanto foi a primeira nacional que ela foi reprovada nos dois primeiros cursos e ela foi reprovada porque o professor do curso falou para ela: “eu não tenho aprovação para aprovar uma mulher, eu não tenho essa autorização”. A Silvana tinha as melhores notas, a Silvana tinha o melhor desempenho tanto na parte física/prática como nos testes físicos. Ela foi fazer o curso com outro árbitro de São Paulo e eles não aprovaram a Silvana. Não aprovaram e fizeram essa fala, que não aprovariam porque aprovando a Silvana estariam aprovando a primeira mulher na Confederação Brasileira de Handebol. Tanto é que depois de uns anos a Silvana foi fazer novamente, porque o curso foi em São Paulo, e ela falou: “vou fazer por fazer, porque não vão me aprovar mesmo”, mas tinha dado números ímpares em São Paulo e ela: “vou contribuir porque tem um árbitro sem dupla”, e ela acabou fazendo, acabou sendo aprovada e depois a Silvana abriu portas para várias meninas poderem fazer o curso na Confederação. Então no Brasil assim em termos de quem foi a primeira árbitra eu não sei te

⁵¹ Carla Righeto foi entrevistada no dia 12 de julho de 2017 e a entrevista teve duração de 46 minutos e 25 segundos. O contato foi obtido via *E-mail*. Devido à árbitra residir em São Paulo, a entrevista foi realizada via vídeo.

dizer, mas a primeira árbitra registrada na Confederação foi a Silvana (RIGHETO, 2017, p. 08-09).

Como é possível perceber, Silvana Silva tornou-se uma grande referência para outras mulheres buscarem a ascensão à categoria Nacional na arbitragem do Handebol, além de ter sido uma das pioneiras na arbitragem na categoria Regional.

Esse mesmo pioneirismo, quando relacionado ao Futebol, é atribuído a Asaléa de Campos Fornero Medina, mais conhecida como Léa Campos, considerada a primeira árbitra brasileira reconhecida pela Federação Internacional de Futebol (FIFA). Léa Campos fez sua formação na arbitragem em 1967, na Escola de Árbitros do Departamento de Futebol Amador da Federação Mineira. No entanto, não obteve o reconhecimento de seu certificado pelo então presidente da Confederação Brasileira de Desporto (CBD), João Havelange⁵² que, segundo Léa, lhe proferiu a seguinte fala: “Enquanto eu for presidente da CBD, nenhuma mulher joga ou apita no Futebol neste país” (CAMPOS, 2015). Por isso, buscou outros meios para ter seu diploma reconhecido, e foi a partir de uma carta enviada pelo Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, à João Havellange que Léa Campos se tornou a primeira mulher a quebrar as barreiras do apito dentro do Futebol, sendo reconhecida pela FIFA em 1971 (GOELLNER, 2004).

As limitações e dificuldades encontradas por Léa se relacionam, entre outros motivos, ao cenário de interdição às mulheres da prática de algumas modalidades esportivas. Nesse sentido, considero necessário ressaltar que, no ano de 1941, foi sancionado um Decreto Lei nº. 3.199⁵³, que proibia a prática de “esporte considerados incompatíveis com a natureza feminina”, o qual foi revogado apenas no ano de 1979. Em 1965, o Conselho Nacional de Desportos publica uma Deliberação que nomeia as modalidades, a saber: “lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo aquático, polo, *rugby*, halterofilismo e *baseball*” (BRASIL, 1965 *apud* FARIA JUNIOR, 1995, p. 23).

Como a prática da arbitragem não estava incluída na Lei e não possuía nenhum aparato legal para a sua proibição, Léa Campos se apropriou desse argumento ao afirmar que a proibição era para jogar Futebol e não arbitrar. Razão pela qual buscou seu espaço na arbitragem.

⁵² Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/122661>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

⁵³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3199.htm>. Acesso em: 14 mar. 2019.

[...] eu não podia continuar naquela história todo sábado eu ia presa por causa de Futebol. Se não era sábado, era no domingo. Sempre no final de semana eu tinha problema de ir presa por causa de Futebol. Aí eu comecei a botar na minha cabecinha que eu ia fazer o curso de árbitro. Estava aberto o curso... Fui lá me matriculei. Não disseram que eu não podia fazer o curso por ser mulher. Eu era a única mulher do grupo, não tinha outra (CAMPOS, 2015, p. 05).

Em uma entrevista concedida para o projeto Garimpando Memórias, em 2015, Léa Campos relatou sua trajetória na arbitragem assim como sua luta para adquirir sua certificação como árbitra. Destaca que após sua insistente busca pelo reconhecimento, favoreceu que outras mulheres também buscassem entrar em campos e quadras na função de árbitra, abrindo assim novas oportunidades para as mulheres. Segundo Léa Campos (2015, p. 20), “Eu mandei uma carta para todas as Federações de Futebol para que fizessem uma abertura para as meninas que quisessem apitar ou bandeirar Futebol [...]”. Reproduzo esse excerto para enfatizar a questão da representatividade. Ou seja, as “portas abertas” por Léa possibilitou o surgimento de outras árbitras, o que, de certo modo, é relatado na narrativa das árbitras de Handebol que reconhecem a importância do protagonismo de Silvana Silva.

Afora isso, apesar do Handebol não ser mencionado como uma das práticas esportivas oficialmente proibidas para as mulheres, por ser um esporte coletivo de contato, havia, por vezes, certa resistência a sua prática. Miriam Adelman (2006), ao analisar a construção de corpos e identidades de atletas praticantes do Vôlei e do Hipismo clássico, menciona que essas modalidades são identificadas à categoria daquelas condizentes à construção da feminilidade. No entanto, outros esportes, “em particular, o Futebol ou o Handebol, eram significados como ‘diferentes’ do seu e identificados como esportes que ‘masculinizam’ as mulheres que os praticam” (p. 19-20).

Essa afirmação colabora para que possamos evidenciar o quanto a inserção das mulheres em algumas modalidades esportivas está atrelada a questões relacionadas à aparência de seus corpos, em especial, a atributos estéticos que conformam uma dada feminilidade. Sua presença em espaços tidos como de domínio dos homens desestabiliza padrões e representações historicamente construídas, seja em relação à aparência dos corpos, seja em relação à ocupação de espaços. Segundo Jaeger (2006, p. 203), “[...] as incursões das mulheres no território esportivo

questionaram e romperam mitos de fragilidade e perda da feminilidade, os quais sentenciavam que o esporte não era um espaço a ser adentrado e conquistado pelas mulheres”.

Essa afirmação pode ser relacionada à presença das mulheres como atletas e também como árbitras. Lílian Kirsch de Farias (2014) buscou investigar as aspirações e expectativas de um grupo de mulheres que participaram de um curso de arbitragem de Futebol direcionado especificamente para elas, no ano de 2014, na cidade de Porto Alegre – RS. A autora relata que esse curso foi inédito no Brasil, sendo, possivelmente, o primeiro curso focado na formação apenas de árbitras, realizado no Rio Grande do Sul, o qual contou com a participação de diferentes entidades, entre elas, a Associação Gaúcha de Futebol Feminino (AGFF)⁵⁴. O curso foi promovido pela extinta Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS), pelo Centro de Memória do Esporte (CEME) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela Secretaria do Esporte e Lazer, e contou com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Federação Gaúcha de Futebol (FGF) e do Sindicato dos Árbitros de Futebol do Rio Grande do Sul (SAFERGS).

Farias (2014) afirma que trinta mulheres estiveram presentes no curso, no entanto, apenas quatorze responderam o questionário que foi aplicado para a produção do seu estudo. A partir desse questionário, a autora aponta que a busca pelo curso de arbitragem ocorreu por diversos fatores, entre eles: o gosto pela modalidade do Futebol e também por já estarem inseridas nesse esporte. Algumas participantes afirmaram que tinham como objetivo aprimorar e adquirir novos conhecimentos e apenas uma considerou a questão financeira.

Porém, o que ficou bastante claro no estudo é que todas as participantes já tinham um vínculo com o Futebol, seja como jogadoras e/ou como torcedoras. A participação nesse curso específico não tinha como objetivo fazer da “[...] arbitragem sua principal fonte de renda. O que realmente interessa a elas é estarem presentes e ativas em tudo que envolva o Futebol” (FARIAS, 2014, p. 26). A partir das respostas das participantes do curso, a autora identifica que a arbitragem está cercada de estereótipos e preconceitos e “as mulheres ainda enfrentam muitas dificuldades e desafios para se afirmarem” (p. 27).

⁵⁴ Entidade que busca fomentar o Futebol feminino no Rio Grande do Sul, e participa da organização do Campeonato Gaúcho de Futebol Feminino, em parceria com a Federação Gaúcha de Futebol.

Em que pesem as dificuldades e preconceitos enfrentados, as mulheres não deixaram de defender seu sonho e vontade. No caso do Handebol, além de Silvana Silva, Carla Righeto também mencionou o nome de Maria Isolina Fazzani como uma das primeiras árbitras da Federação Paulista de Handebol. Contou que, em 1987, ao participar dos Jogos Regionais do estado de São Paulo, elas compunham uma dupla. Nas suas palavras:

Não atuei como técnica, de forma alguma, porque como eu vinha da ginástica, me formando na Educação Física eu fui trabalhar com iniciação da Ginástica Artística no município de Americana e continuava jogando Handebol até os vinte e cinco anos. Nessa época e na época que eu comecei a jogar Handebol eu fui participar de Jogos Regionais [...]. E tinha uma dupla de meninas apitando, eu falei: “nossa, mulher pode apitar, se der aqui também quero!” [riso]. E eu fiz um curso de arbitragem na faculdade mesmo, eu jogava pela Unicamp e fui fazer o curso de arbitragem na Federação Paulista de Handebol, eu estava com dezoito, dezenove anos [...]. E no final eu estabeleci a dupla com a Silvana, e a Silvana ela foi a menina que eu vi apitando na época, nos Jogos Regionais (RIGHETO, 2017, p. 02; 04).

Por se sentir representada após presenciar duas mulheres apitando um campeonato, Carla Righeto decidiu fazer o curso de arbitragem. Em função de sua formação, no ano de 1988, entrou para o quadro da FPHb para, no ano de 1996, formar uma dupla com Silvana Silva. No mesmo ano, a dupla conquistou a certificação de arbitragem Nacional pela CBHb.

Já no ano seguinte, em 1997, Carla Righeto e Silvana Silva são indicadas pela Confederação Brasileira de Handebol para fazerem o curso de formação para atuação na arbitragem Internacional, o qual foi organizado pela Federação Internacional de Handebol e ocorreu na cidade de Curitiba – PR.

Quando eu e a Silvana fixamos dupla, a gente começou a fazer muitos jogos e a gente teve a oportunidade de trabalhar no campeonato adulto, masculino e feminino em São Paulo. E o campeonato adulto em São Paulo era o melhor campeonato brasileiro. Na época jogava Guarulhos, Pinheiros... Tinham equipes fortes jogando. E a gente trabalhou muito no ano de 1996 e trabalhamos muito bem e a gente tinha um chefe de arbitragem que bancou escalar a gente para a final do Campeonato adulto masculino naquele ano. Então era a primeira vez que uma dupla de meninas fazia uma final de um campeonato adulto em São Paulo, foi no Pinheiros, e seriam três jogos, nós estávamos escaladas no primeiro e no terceiro, e o engraçado dessa história é que mesmo ele bancando essa situação ele deve ter pensado: “eu vou colocar as meninas no primeiro jogo, tem o segundo jogo...”, mas todo mundo achava que Guarulhos ia fazer dois a zero no Pinheiros porque na época Guarulhos estava muito bem e ai Guarulhos ganhou realmente do Pinheiros, como era esperado, mas perdeu em casa e éramos nós no terceiro jogo, coisa que ninguém esperava [risos], ter o terceiro jogo. E esse jogo foi a primeira

vez que a ESPN⁵⁵ passou um jogo de Handebol então a gente estava como a primeira dupla feminina a fazer uma final do masculino, a primeira vez que o Handebol estava sendo passado na TV e por sorte o presidente da Confederação assistiu ao jogo e estava seis meses depois vindo um curso para o Brasil, internacional. E o presidente da Confederação mandou por escrito para São Paulo, “quero que as meninas de São Paulo façam o curso internacional” [...]. E aí deu tudo certo a gente passou a internacional em 1997. Aí depois de 1997, de 1997 a 1999, eles foram... É uma coisa que a gente sempre ouviu, mas eu nunca fui atrás para saber, que... Primeiro que eles se surpreenderam porque nós éramos uma dupla de mulheres fazendo o curso internacional. Já tinha uma menina que era árbitra internacional na Argentina, mas ela fazia dupla com um rapaz. Eu não me lembro, mas acho que não tinha nenhuma dupla na internacional de mulheres, tinham meninas apitando com meninos, mas eu nunca chequei essa informação para ver se a gente foi realmente a primeira dupla de mulheres. E também eles estavam um pouco apreensivos em aprovar a primeira dupla [...] (RIGHETO, 2017, p. 06-07).

Figura 13 – Certificado de árbitra Internacional de Handebol – Federação Internacional de Handebol (IHF) de 1997, de Carla Righeto



Fonte: Acervo pessoal de Carla Righeto.

Silvana e Carla se tornaram a primeira e única dupla de mulheres do Brasil, até hoje, a entrar para o quadro de arbitragem da Federação Internacional de Handebol. Isso se deu entre os anos de 1997 e 2001. Em sua entrevista, Carla não explicita os motivos que as levaram a permanecer por apenas quatro anos na função. Contudo,

⁵⁵ Rede de TV por assinatura dedicada à transmissão e produção de programas esportivos.

durante os anos que estiveram presentes na arbitragem Internacional, participaram de algumas competições, como: Jogos Sul-Americanos, Jogos Pan-Americanos, Campeonato Mundial de Handebol Feminino (1999) na Noruega e Dinamarca, Campeonato Mundial Júnior de Handebol Feminino (1999) na China e o Campeonato Mundial Júnior de Handebol Masculino (2001) na Suíça. Segundo o relato de Carla Righeto (2017):

Nós passamos dois anos assim, eles cuidando bem para apresentar a gente [riso], porque são duas mulheres começando. Então a gente fez Sul-Americano, Pan-Americano, fizemos bastante campeonatos porque tinha algumas exigências para você trabalhar pela Internacional, primeiro tem que dominar o idioma inglês, francês e o alemão. [...] Então como eles aprovaram uma dupla de meninas ele foram colocando um pouco mais de experiência para gente em Pan-Americanos até a gente ter a oportunidade de ir para um Mundial. A gente foi em 1999 para China no Mundial Júnior. No mesmo ano a gente participou do Mundial... O Mundial Júnior na China foi em julho e no mesmo ano a gente foi para o Mundial adulto feminino na Noruega e Dinamarca, os dois países faziam o campeonato. E depois em 2001 nós fomos para um Júnior masculino. Então as três experiências internacionais que nós temos assim, que mais... Mais importantes, foram o Júnior feminino, o Júnior masculino e o Adulto feminino (RIGHETO, 2017, p. 08).

Figura 14 – Ex-árbitras Silvana Maria Silva e Carla Righeto



Fonte: Acervo pessoal de Carla Righeto.

Cabe destacar que a presença dessas mulheres fez história e é rememorada por árbitros associados a várias Federações, que conviveram com elas nesse período. Jorge Luiz Brandli Fernandes, árbitro vinculado à Federação Gaúcha de Handebol, menciona em sua entrevista que as mulheres começaram a aparecer nos cursos de

arbitragem da Confederação Brasileira de Handebol em 1997. Relembra inclusive a dupla de árbitras de São Paulo.

[...] não existia a participação feminina, ainda hoje há uma certa restrição, mas eu te digo assim, ela começou muito por uma imposição da Federação Internacional que o primeiro curso que eu participei onde tinham mulheres fazendo, foi em 1997 em São Paulo, que teve uma dupla paulista que foi a primeira dupla feminina a Carla Righeto e a Silvana Silva, foram a primeira dupla feminina do Brasil que chegou a internacional, a partir dali houve um trabalho com as meninas [...] (FERNANDES, 2015, p. 07).

Todas as árbitras entrevistadas para este estudo também citaram os nomes de Carla e Silvana ao longo de suas entrevistas, apesar de não terem convivido com elas quando atuavam na arbitragem. Sandra Quadros traz a seguinte narrativa:

Olha, na sequência eu não vou saber, mas nós tivemos uma dupla de árbitras internacionais, que foi o nível máximo, o primeiro que nós chegamos aqui, foi a Carla e a Silvana, elas são de São Paulo. [...] elas, que chegaram a esse nível. Eu não tive a oportunidade nesse tempo todo de conhecê-las, mas assim, as pessoas que trabalharam com elas, comentaram em alguns jogos que a gente já apitou fora do Brasil, “a Carla e a Silvaninha”, sabe, sempre foram muito bem faladas pelo trabalho delas (QUADROS, 2018, p. 04-05).

A Carla e a Silvana foram responsáveis por apitar jogos da Liga Nacional de Handebol Feminino. Em uma das edições dessa competição, Bruna, Renata e Gabriela Garcia eram jogadoras. Na sua entrevista, as trigêmeas mencionam que foi desse modo que elas conheceram a Carla e a Silvana (GARCIA, 2018).

Para entender o contexto de inserção das mulheres no âmbito internacional, busquei registros sobre o quadro de arbitragem no *site* da Federação Internacional de Handebol⁵⁶. Identifiquei que as primeiras árbitras a aparecerem nesse cenário são uma dupla associada à Federação de Handebol da Sérvia, Branka Maric e Zorica Gardinovacki, escaladas para apitar as competições femininas nos Jogos Olímpicos em Atenas no ano de 2004.

Me deparei com uma entrevista que elas concederam para a revista *World Handball Magazine*, no ano de 2004, na qual relatam a importância de terem participado desse evento, mencionando inclusive o desejo de que, nos Jogos Olímpicos de 2008, houvesse mais duplas de mulheres atuando na arbitragem do Handebol.

⁵⁶ Disponível em: <<https://www.ihf.info/node/7055>>. Acesso em: 30 mai. 2019.

Figura 15 – Reportagem com as árbitras Branka Maric (à esquerda) e Zorica Gardinovacki na Revista *World Handball Magazine* – Federação Internacional de Handebol (IHF) de 2004/2



Fonte: Revista *World Handball Magazine* –
Federação Internacional de Handebol (IHF) de 2004/2.

Elas veem que abriam caminho para as mulheres nos esportes também – Branka Maric (à esquerda) e Zorica Gardinovacki da Iugoslávia foram as primeiras árbitras mulheres em um torneio Olímpico de Handebol. Maric e Gardinovacki de 35 anos, que é um ano mais nova, comentaram ter bons desempenhos no Campeonato Mundial de Handebol Feminino de 1999 para a sua tarefa em Sydney. Na Noruega, elas marcaram a disputa pelo terceiro lugar, entre outros.

Maric, uma engenheira, e Gardinovacki, uma oftalmologista, têm sido uma dupla de árbitras há cerca de dez anos. Ambas também jogaram na primeira e segunda Liga Iugoslava. As duas iugoslavas "esperam que talvez haja mais duplas de mulheres no próximo torneio Olímpico" (*WORLD HANDBALL MAGAZINE*, 2004, p. 49, tradução nossa)⁵⁷.

Vale ressaltar que o intuito de as trazer para este estudo objetiva demarcar sua importância, uma vez que protagonizaram a participação de mulheres na arbitragem

⁵⁷ Texto original: They see themselves as path breakers for women in sports too – Branka Maric (on the left) and Zorica Gardinovacki from Yugoslavia were the first women's referee pair at an Olympic handball tournament. 35-year-old Maric and Gardinovacki, who is one year younger, had recommended themselves by good performances at the 1999 Women's WC for their task in Sydney. In Norway they had officiated the match for third place, amongst others. Maric, an engineer, and Gardinovacki, an optician, have been a referee pair for around ten years. Both of them have also played in the first or second Yugoslavian league. The two Yugoslavs "hope that there will perhaps already be two women's pairs at the next Olympic tournament".

internacional e, de certo modo, abriram espaços para que hoje outras mulheres estejam presentes no quadro da Federação Internacional de Handebol. É indiscutível o significado dessa presença para a inserção de outras árbitras, tal como identificamos na referência a Léa Campos e a Silvana Silva, ainda que tenham acontecido em esportes diferentes e em tempos distintos.

Figura 16 – Árbitras de Handebol Branka Maric e Zorica Gardinovacki



Fonte: Site⁵⁸ da Federação de Handebol da Sérvia.

Atualmente no cenário internacional, a dupla de mulheres que mais é convocada para apitar competições organizadas pela IHF são as francesas Julie e Charlotte Bonaventura. Segundo Julie Bonaventura⁵⁹, as irmãs iniciaram na arbitragem ainda muito cedo, com quinze anos, em um campeonato que estavam participando.

Na verdade, minha irmã e eu realmente não decidimos nos tornar árbitras, de alguma forma fomos forçadas a arbitrar nosso primeiro jogo quando estávamos com cerca de quinze, dezesseis anos de idade! Mas depois foi quase um desafio para nós, porque queríamos melhorar nossas habilidades como árbitras, passo a passo, uma partida após a outra (BONAVENTURA, 2017, p. 01, tradução nossa)⁶⁰.

⁵⁸ Disponível em: <<http://rsk.rs/naslovna/>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

⁵⁹ O primeiro contato com a árbitra Julie Bonaventura correu via rede social, *Facebook*, e a árbitra prontamente se disponibilizou a ceder uma entrevista. Porém, em conversa, decidimos que seria mais viável realizarmos um questionário, que foi encaminhado via *E-mail*, e ela me respondeu no dia 28 de outubro de 2017. Vale ressaltar que a árbitra respondeu ao questionário na língua inglesa.

⁶⁰ Texto original: Actually my sister and I didn't really decide to become referees, we were somehow forced to referee our first match when we were around 15/16 years old! But afterwards it was almost a challenge for us because we wanted to improve our skills as referees, step by step, each match after the other one.

A dupla já apitou Jogos Olímpicos, finais da Liga dos Campeões da Europa (EHF) e Campeonatos Mundiais de Handebol. Segundo explicita Julie, uma das dificuldades na atuação dentro da quadra “não era ver as faltas dos jogadores, a dificuldade era ousar soprar o apito. Não é fácil pisar nos sapatos dos árbitros, é como jogar um novo papel, você precisa se adaptar” (BONAVENTURA, 2017, p. 02, tradução nossa)⁶¹.

Figura 17 – Árbitras de Handebol Charlotte e Julie Bonaventura



Fonte: Site da Fédération Française de Handball.

No ano de 2018, uma das principais duplas de mulheres vinculadas à IHF, e consideradas a melhor dupla da Noruega entre homens e mulheres, as árbitras Guro Røen e Kjersti Arntsen decidiram sair do quadro de arbitragem internacional. Tal decisão, segundo explicitam em uma crônica que escreveram para o Blog⁶² Adressa, no dia 27 de agosto de 2018, se dá pela busca por novos desafios e também porque haviam comunicado à IHF que tinham interesse em apitar jogos masculinos, porém, não foram ouvidas. Nas suas palavras: “as mulheres apitam jogos de mulheres, enquanto os homens apitam tudo!” (ROEN; ARNTSEN, 2018, tradução nossa)⁶³. O fato delas nunca terem apitado finais de campeonatos masculinos, denota a

⁶¹ Texto original: “the difficulty was not to see the fouls of the players, the difficulty was to dare to blow the whistle. It is not easy to step in referees shoes, it is like playing a new role, you need to adapt.”

⁶² Disponível em: <<https://www.adressa.no/meninger/kronikker/2018/08/27/T%C3%A5lmodighet-er-ennyd-%E2%80%93-men-har-h%C3%A5ndballen-r%C3%A5d-til-%C3%A5-vente-17404589.ece>>.

Acesso em: 11 jun. 2019.

⁶³ Texto original: “I internasjonal håndball er det nemlig slik at kvinner dømmer kvinner, menn dømmer alt.”

generificação ainda presente na modalidade, e em menores oportunidades ofertadas às mulheres.

Andressa Hartmann (2017), ao analisar em seu trabalho a trajetória de mulheres na arbitragem do Futsal brasileiro, considerando a sua inserção, as dificuldades e o campo profissional, aponta para os preconceitos enfrentados por elas e poucas oportunidades dadas às mulheres.

Para o estudo, a autora entrevistou cinco árbitras que fazem parte do quadro da Confederação Brasileira de Futsal (CBFS) ou da Federação Internacional de Futebol (FIFA). A partir de seus relatos, constatou que os argumentos utilizados para retardar, ou até mesmo, bloquear a entrada de mulheres na arbitragem, ocorrem devido à hegemonia masculina evidenciada no contexto do esporte, em especial, na arbitragem, visto que “o preconceito sobre as mulheres se manifesta quando [...] os ideais sustentados pelo discurso da divisão binária reconhecem as mulheres apenas como seres frágeis e por isso incompetentes para o exercício da arbitragem” (HARTMANN, 2017, p. 43).

Segundo informações registradas no *site* da IHF⁶⁴, no biênio 2018-2019, o quadro internacional de arbitragem é composto por cento e trinta e seis árbitros, sendo vinte e cinco mulheres (18%), ou seja, conta com doze duplas e uma árbitra individual. Dentre as mulheres, a única árbitra da América Latina é María Inés Paolantoni⁶⁵, da Argentina, inclusive, é a única mulher que está sem uma dupla fixa.

Ao relacionarmos essa informação referente à diferença entre a presença de árbitros e árbitras na Federação Internacional com relação à Confederação Brasileira de Handebol identificamos similaridades. Carla Righeto (2004), ao analisar o papel da mulher como árbitra Internacional de Handebol, afirma que, apesar das mulheres na Federação Paulista de Handebol (FPHb) “não serem muitas, ao contrário dos árbitros homens, elas não competiam entre si, mas se uniam para que o quadro de arbitragem feminino fosse fortalecido” (p. 76).

Esse registro feito em 2004 ainda é bastante atual no que tange aos quadros de arbitragem das Federações Estaduais de Handebol no Brasil. Segundo a árbitra Maria Fazzani, o quadro de arbitragem da FPHb conta com aproximadamente cem

⁶⁴ Disponível em: <<https://www.ihf.info/>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

⁶⁵ María Inés Paolantoni é árbitra da Confederação Argentina de Handebol (CAH), e desde o ano de 2013 também integra o quadro de arbitragem da Federação Internacional de Handebol (IHF). Entrei em contato com a árbitra via rede social *Facebook*, e prontamente me respondeu aceitando participar da pesquisa. Enviei um questionário por *E-mail*, e até o presente momento não obtive retorno.

árbitros, sendo apenas quinze mulheres atuantes. Na LHPR, dos cento e seis árbitros, apenas vinte e cinco são mulheres (24%), na FCHb, segundo as árbitras Bruna, Renata e Gabriela Garcia, dos vinte e dois árbitros atuantes, apenas cinco são mulheres (23%). Proporção semelhante é encontrada no quadro da Federação Gaúcha de Handebol, que conta com vinte árbitros, sendo que apenas três são mulheres (15%).

Na pesquisa desenvolvida por Gabriela Conceição de Souza (2010), na qual fez um mapeamento de mulheres na arbitragem nos esportes olímpicos de combate – Lutas (Livre e Greco-romana), Esgrima, Judô, Boxe e Taekwondo – a autora observou um número pequeno de árbitras atuando em nível nacional e internacional. Identificou vinte e sete árbitras nacionais e três internacionais no Judô; dez árbitras nacionais e uma internacional na Esgrima; seis árbitras nacionais e uma internacional no Boxe; três árbitras nacionais nas Lutas e duas nacionais no Taekwondo.

Mesmo que a pesquisa de Souza (2010) demonstre que há uma escassez no número de mulheres atuando, principalmente em nível internacional, dado que, entre as três árbitras do Judô, apenas uma possui credencial para atuar em Jogos Olímpicos, a autora considerou que não há discriminação em relação à participação das mulheres na arbitragem desses esportes, “mas uma suposta falta de interesse e estímulo por parte do público feminino nessas práticas” (p. 07). Para que isso seja minimizado, ressalta a necessidade de ter maior acesso e transparência de informações por parte das Federações e Confederações dessas modalidades, até mesmo para que, possivelmente, aumente a visibilidade de práticas femininas, como a arbitragem desses esportes (SOUZA, 2010).

Esses dados ajudam a compreender que a luta das mulheres pela representatividade dentro do esporte se faz presente há muito tempo. visto que circulam vários preconceitos, sendo alguns deles relacionados à ausência de competência das mulheres para exercerem tal função – a arbitragem – e uma naturalização da expertise do homem (MONTEIRO, 2016). Temas como esses foram abordados nos estudos de Aline Santos Nascimento e Mário Luiz Ferrari Nunes, que relatam a desvalorização e a falta de reconhecimento das mulheres na arbitragem do Futsal. Com relação à cobrança relacionada à atuação das mulheres, afirmam: “[...] a exigência quanto ao seu desempenho expressa os significados e as fronteiras construídas na cultura ocidental que marcam a distinção entre o feminino e o masculino” (NASCIMENTO; NUNES, 2014, p. 209).

Compreendo que, apesar dos homens ainda obterem o domínio sobre os diferentes espaços esportivos, as mulheres permanecem com suas lutas e seus enfrentamentos diários para se manterem nessa função – a arbitragem – buscando sempre por novos espaços e ascensões a serem conquistadas. Com isso, passo para o próximo capítulo, no qual apresento a participação das mulheres no cenário da arbitragem no Estado do Rio Grande do Sul, e as árbitras que hoje integram o quadro de arbitragem da Federação Gaúcha de Handebol.

6 DE ATLETAS A ÁRBITRAS: AS MULHERES NA FEDERAÇÃO GAÚCHA DE HANDEBOL

Abordar a trajetória das árbitras de Handebol do Rio Grande do Sul é um grande desafio para mim, pois o lugar de onde falo é distante da arbitragem e da própria prática da modalidade. Ainda assim, ao me apropriar das narrativas dessas mulheres, busco compreender suas trajetórias na arbitragem do Handebol, pois entendo que através das suas vozes posso compreender algumas relações de poder hierarquizadas que ocorrem nesse campo. Ou seja, ao reconhecer seus lugares de fala (RIBEIRO, 2017), posso me aproximar daquilo que vivenciaram para ocupar esse espaço, considerando suas experiências particulares e o contexto esportivo no qual buscaram formação para se tornarem árbitras. Assim, neste terceiro estudo analiso a trajetória das árbitras que fazem parte do atual quadro da Federação Gaúcha de Handebol (FGHb), considerando como se deu sua inserção no Handebol e as dificuldades que enfrentam ou enfrentaram para permanecer na modalidade.

Para tanto, desenvolvi pesquisas em documentos da própria instituição, assim como contatei pessoas que pudessem colaborar para a construção da rede de depoentes, uma vez que a fundamentação teórico-metodológica da pesquisa recai na História Oral. Nesse sentido, a primeira referência que encontrei sobre as árbitras na modalidade ocorreu durante a entrevista que realizei, em 2017, com o árbitro da FGHb, Cláudio Augustin⁶⁶, cujo foco era a sua história como técnico de Handebol de algumas equipes femininas do Rio Grande do Sul, entre elas: o Clube Atlético Cairú, na cidade de Sapiranga; a Sociedade Ginástica de Novo Hamburgo, na cidade de Novo Hamburgo; o Sport Club Ulbra, na cidade de Canoas; a equipe da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), na cidade de São Leopoldo; e a equipe da Universidade Feevale, localizada na cidade de Novo Hamburgo. Nessa entrevista, o professor Caio, como é chamado, informou que algumas de suas ex-atletas também fazem parte do quadro de arbitragem da Federação Gaúcha de Handebol, das quais Marisa Wasem, e Priscila Nedel que esteve no quadro de arbitragem até o ano de 2018.

⁶⁶ Cláudio é formado em Educação Física. Atualmente, é árbitro da Federação Gaúcha de Handebol e da Federação Gaúcha de Futsal. Já atuou como técnico de Handebol, em que foi Bicampeão Sul-Americano. Também é Vice-Presidente da Associação Escolar de Futsal e Handebol de Sapiranga (ASEFUSA). A entrevista com Cláudio Augustin ocorreu no dia 06 de abril de 2017, na residência do entrevistado em Sapiranga – RS, e teve duração de 15 minutos e 53 segundos.

Essa informação foi importante para que eu pudesse delinear o foco deste estudo e, mais especificamente, identificar as primeiras mulheres que integraram o quadro da Federação Gaúcha de Handebol e as que estão atuando hoje. De acordo com as fontes consultadas, neste ano (2019), integram o quadro da Federação três árbitras: Betina Görge, Caroline Goulart e Marisa Wasem, constituindo, assim, uma dupla feminina e uma árbitra individual. Essa informação foi obtida na entrevista que realizei no dia 15 de maio de 2017 com a ex-árbitra, Priscila Nedel, que esteve atuante no quadro de arbitragem até o ano de 2018. Vale ressaltar que no *site*⁶⁷ da FGHb não existem informações sobre o seu quadro de arbitragem, o que me fez procurar na oralidade registros sobre esse tema. Além disso, também entrei em contato com a FGHb via telefone e *E-mail*, visto que sua sede está localizada na cidade de Santa Maria – RS, no entanto, não obtive respostas nem informações acerca do seu quadro de arbitragem.

Essas três árbitras atuam desde 2012 apitando os principais campeonatos promovidos pela Federação Gaúcha de Handebol, a saber: Campeonato Gaúcho de Handebol Masculino (Adulto); Campeonato Gaúcho de Handebol (Categoria de Base: Mirim, Infantil, Cadete, Juvenil); Campeonato Gaúcho de Handebol de Areia (Adulto); e Copa Mercosul de Handebol.

A presença dessas mulheres na arbitragem do Handebol gaúcho, apesar de recente, obtém grande representatividade nessa função, que ainda é majoritariamente ocupada por homens. Segundo Mourão (2000, p. 08), a “[...] ausência de um movimento contestador por parte das esportistas brasileiras”, contribui para que “[...] o homem ainda comande, em sua maioria absoluta, as Federações, Confederações, Clubes, e Ligas como dirigente, técnico e árbitro”. Considerando esse cenário, passo a apresentar como ocorreram as primeiras aproximações da arbitragem no Handebol gaúcho, focalizando a participação das mulheres que já integraram o quadro de arbitragem da Federação Gaúcha de Handebol.

6.1 A ARBITRAGEM DO HANDEBOL GAÚCHO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

A arbitragem do Handebol no Rio Grande do Sul trilhou seus primeiros passos em um campeonato escolar, chamado “Dia do Handebol”, realizado em 1969, na

⁶⁷ Disponível em: <<https://handebolrs.com.br/tag/fgbh/>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

cidade de São Leopoldo. Foi nesse evento que, segundo Camargo Netto (1982), os estudantes de Educação Física da Escola Superior de Educação Física foram os responsáveis pela arbitragem dos jogos.

No entanto, além desse evento também houve outros incentivos para que os estudantes de Educação Física buscassem aprofundar conhecimentos sobre essa modalidade esportiva. Nos anos 1960 e 1970, João Guilherme de Souza Queiroga⁶⁸, estudante na época e atual presidente da Federação Universitária Gaúcha de Esportes (FUGE), menciona em sua entrevista o nome do professor Benno Becker Júnior como um grande incentivador não só do Handebol como da própria arbitragem no Handebol. Vejamos:

E aí por influência, inclusive, do professor Benno Becker, nós fomos fazer curso de árbitro de Handebol, então mesmo sendo ainda praticante de Handebol em categoria infanto juvenil, a gente virou árbitro e apitava inclusive os campeonatos adultos, porque a gente tinha sorte de ser árbitro específico do Handebol, nós não tínhamos sido árbitros em outras modalidades antes, nós iniciamos a arbitragem no Handebol (QUEIROGA, 2015, p. 03).

Ao buscar detalhes sobre esse tema, me deparei com o livro *Handebol*, escrito por Francisco Camargo Netto, em 1982, no qual registra que a realização de cursos de arbitragem de Handebol no Rio Grande do Sul iniciou a partir de 1976. Nas suas palavras: “No intuito de ampliar sua ação, a Federação organizou cursos de arbitragem e, a partir do ano de 1976, realiza o Campeonato Estadual de adulto e participa dos Jogos Intermunicipais (JIRGS) com seu quadro de árbitros” (p. 29). Outra fonte encontrada foi a publicação de uma nota no jornal Zero Hora⁶⁹, no dia 30 de novembro de 1979, na qual menciona a realização de atividades com árbitros na Escola de Educação Física da UFRGS, local de trabalho de Benno Becker Júnior e Francisco Camargo Netto.

⁶⁸ João Queiroga se formou em Educação Física na ESEFID/UFRGS, foi atleta da equipe de Handebol do Colégio Júlio de Castilhos e da ESEFID, já atuou como professor em diversas escolas e atualmente é presidente da Federação Universitária Gaúcha de Esportes (FUGE).

⁶⁹ Zero Hora é um dos maiores jornais de circulação diária do Brasil. É editado em Porto Alegre e controlado pelo Grupo RBS.

Figura 18 – Fotografia do Jornal Zero Hora de 1979



Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

Esses registros atestam que os dois professores foram essenciais para a disseminação da prática do Handebol no Rio Grande do Sul, além de terem inspirado outras iniciativas como, por exemplo, a realização de cursos de arbitragem. As primeiras iniciativas que surgiram nessa direção foram promovidas para a qualificação de estudantes de Educação Física, dada a relação que esses professores tinham com a formação de profissionais da área. João Guilherme de Souza Queiroga participou de alguns desses cursos e, em 1975, criou uma empresa com atividades direcionadas para a arbitragem. Em seu depoimento descreve:

Eu consegui com um colega montar a primeira empresa de eventos que consegui fazer a Junta Comercial aprovar a expressão arbitragem esportiva, porque arbitragem é uma coisa do meio jurídico, e os advogados que tinham esse direito de arbitrar. A Junta Comercial aqui do Rio Grande do Sul não admitia esse termo em outras áreas, mas nós fizemos um requerimento utilizamos referencial bibliográfico da época e a Junta Comercial, então permitiu que a gente abrisse uma empresa, eu e um colega que hoje é até juiz Ricardo Nüske, em 1975, nós abrimos a Sport Empreendimentos Esportivos e a gente durante muito tempo sobreviveu da arbitragem, na vida paralela, a vida profissional de educador em sala de aula, como professor (QUEIROGA, 2015, p. 02-03).

A existência de árbitros/as em competições dessa modalidade, conforme identificado até o momento, aconteceu por duas vertentes: a presença de estudantes de Educação Física e, posteriormente, de árbitros/as formados/as pela Federação Gaúcha de Handebol. Cabe ressaltar que, nesse período, a formação e a presença eram apenas de árbitros. As mulheres tardaram a entrar nesse espaço.

Renita Nair Dametto⁷⁰, a primeira atleta gaúcha a ser convocada para a Seleção Brasileira de Handebol, em sua entrevista relata que, durante os anos que jogou Handebol no Estado, de 1975 a 1985, não havia mulheres na arbitragem dos campeonatos, apenas homens, e em algumas competições as mulheres apareciam apenas para fazer a súmula.

Na minha época não tinha, era só quando muito ali na mesa, fazer alguma coisa assim, mas era só homens. Eu acho que até é uma coisa de, teoricamente, naquela época, impor mais respeito e tal. Mas era uma turma conhecida, boa assim, pessoal legal! Mas, eu sei de uma colega minha, até mais de uma, acho que duas, uma até estava na ACM ali, muitos anos, era Ivete o nome dela, uma moreninha. Ela começou arbitrar e a Mara também que jogou comigo, eram as duas mulheres, a Mara eu tenho contato se tiver interesse, eu tenho como conversar com ela. Ela começou a fazer arbitragem ali na década de 1990, eu acho, final dos anos 1980 por aí (DAMETTO, 2018, p. 06-07).

O árbitro Giovan Amaral⁷¹ (2018), conhecido como Deco, em sua entrevista relata que, no ano em que realizou o curso de arbitragem, 1987, já havia uma mulher no quadro da FGHb, e cita o nome da professora Mara. Nas suas palavras: “Mas acho que ela fez uns dois anos antes, era a professora Mara Crapanzani⁷² se eu não me engano. Mas ela atuou muito pouco tempo, depois a gente... Eu pelo menos, nunca mais tive notícias dela” (p. 03).

De acordo com essas fontes, a primeira mulher a aparecer no quadro de arbitragem da Federação Gaúcha de Handebol foi Mara Elisabete Silva Bered⁷³. Essa mesma informação consta em um documento da Secretaria da Educação, Subsecretaria de Desporto, e do Departamento de Educação Física, que atesta a sua participação na equipe de arbitragem dos II Jogos da Juventude Escolar Gaúcha em 1989. Considerando seu protagonismo e sua importância para a presença das mulheres no Handebol gaúcho, passo a descrever alguns aspectos relacionados a sua trajetória na arbitragem.

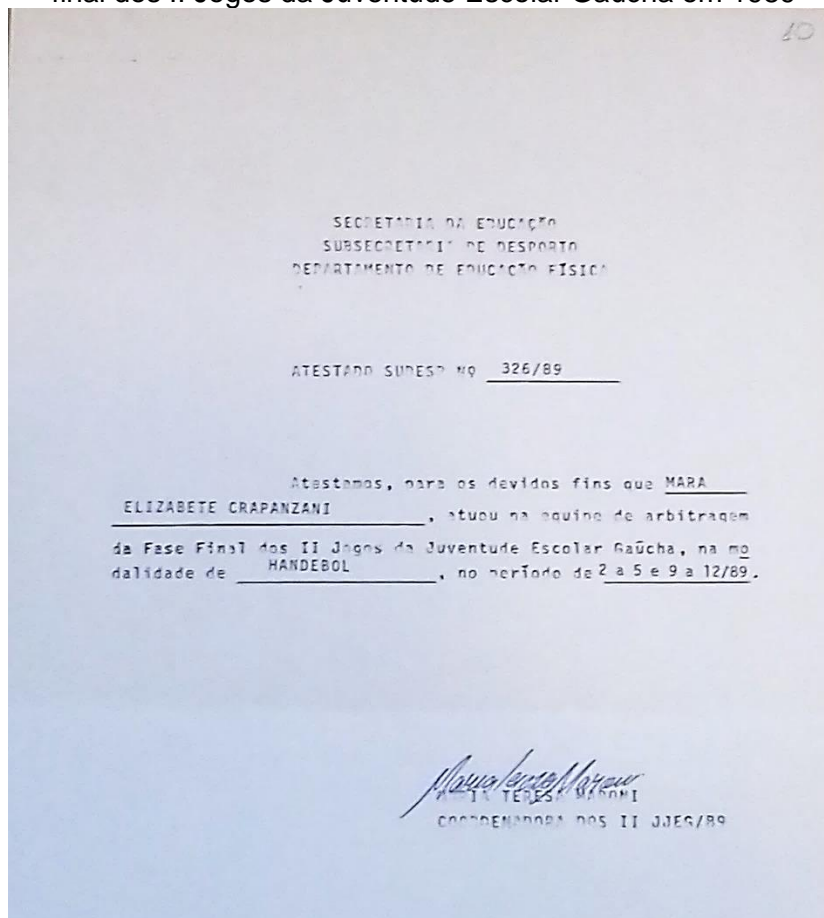
⁷⁰ Renita Nair Dametto foi entrevistada no dia 05 de fevereiro de 2018 na cidade de Porto Alegre. A entrevista teve duração de 45 minutos e 17 segundos. Consegui seu contato por meio de uma colega do grupo de pesquisa, Johanna Coelho, que já havia trabalhado com ela.

⁷¹ Giovan Amaral foi entrevistado no dia 25 de janeiro de 2018 em sua residência na cidade Sapiranga – RS, e a entrevista teve duração de 14 minutos e 54 segundos. O contato foi obtido por meio da rede social *Facebook*.

⁷² As fontes que mencionam o nome de Mara ainda recordam seu nome de casada, como Crapanzini.

⁷³ Mara Elisabete Silva Bered foi entrevista no dia 13 de setembro de 2018 em sua residência na cidade de Porto Alegre – RS, e a entrevista teve duração de 28 minutos e 15 segundos. O contato foi obtido através da entrevista realizada com Renita Dametto.

Figura 19 – Documento da Secretaria da Educação, Subsecretaria de Desporto, e do Departamento de Educação Física – Atestado que atuou na equipe de arbitragem da fase final dos II Jogos da Juventude Escolar Gaúcha em 1989



Fonte: Acervo pessoal de Mara Elisabete Silva Bered.

Para entrevistá-la fiz contato via telefone, cujo número foi fornecido por Renita Dametto. Agendamos a entrevista que foi realizada no dia 13 de setembro de 2018 na sua residência na cidade de Porto Alegre. Durante a entrevista, Mara narrou sua trajetória como ex-atleta de Handebol e como ocorreu seu processo de inserção na arbitragem.

No meu tempo era eu. Naquele período foi só eu, não lembro de nenhuma, naquele curso, não estou lembrada mesmo. Até as pessoas lembram de mim arbitrando, até encontrei várias pessoas agora, uns tempos para cá, continuo me encontrando que falam: “bah, tu foi uma das primeiras a apitar!”. Então, quer dizer, isso foi bem significativo, porque se fosse, se... Eu não lembro realmente de ter outras colegas, gostaria muito que tivesse um quadro meio a meio, mas não foi o caso (BERED, 2018, p. 07).

Segundo Mara, sua entrada no quadro de arbitragem da FGHb ocorreu por intermédio de um amigo, Renato Müller, que já era árbitro da FGHb e a convidou para fazer o curso, pois ela já apitava campeonatos escolares e competições que ocorriam

na Universidade Feevale, na cidade de Novo Hamburgo, onde cursava Educação Física.

Em função de eu arbitrar lá em Novo Hamburgo, e um colega, não sei se foi o Müller ou alguém que me falou, que o Pachequinho ia ministrar o curso e se eu não queria me atualizar, dar uma alavancada para fazer parte do quadro. E foi aquela coisa, uma indicação, e foi ótimo! (BERED, 2018, p. 10).

Mara também relatou que permaneceu na arbitragem por apenas dois anos e, por motivos particulares, decidiu encerrar a carreira. Porém, lembra que durante esse período em que esteve atuando apitou diversas competições, entre elas, os Jogos Interclubes do Rio Grande do Sul, os Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (JERGS), os Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul (JIRGS) e o Campeonato Estadual de Handebol, nas categorias adulto e infantil.

Além disso, também comentou que a arbitragem é um grande desafio, e foi também o gosto por desafios que a levou a chegar ao quadro de arbitragem da Federação Gaúcha de Handebol.

Acho que é algo nato, algumas pessoas têm um *feeling*, alguma coisa assim, e eu procurei ser sempre imparcial. Ainda hoje eu vejo um jogo de Futebol com a imparcialidade que Deus me deu [riso], eu vejo como um árbitro! Que as vezes eu já sei, as vezes as gurias me dizem “meu Deus!”, a gente pega a mania de olhar com outros olhos, não como fanático do torcedor, não! Bem pelo contrário, tem que levar cartão e o cara já está levando. Então isso é legal, porque tu pega, tu vê as coisas de outra forma, e isso me ensinou também na vida – a arbitragem – e tu tem que ter firmeza. Se “pipocar” já sabe, não adianta, qualquer arbitragem, e isso é um desafio! Acho que o que mais me levou a fazer isso, foi o desafio! (BERED, 2018, p. 09).

Contudo, depois do afastamento de Mara, não foi encontrado nenhum registro escrito e nem oral de outras árbitras atuantes até o ano 2000. Ou seja, segundo as fontes consultadas, a entrada de novas árbitras no quadro da Federação se dá no ano 2001, informação registrada pela ex-árbitra Lidiane de Oliveira Nicorena Tonetto⁷⁴, entrevistada no dia 19 de abril de 2019 para este estudo.

Em sua entrevista, Lidiane relata que no ano de 2001 a FGHb organizou um curso de arbitragem na cidade de Santa Maria, e nesse curso houve a participação de diversas mulheres, na sua maioria ex-atletas e professoras de Educação Física.

⁷⁴ Lidiane de Oliveira Nicorena Tonetto foi entrevistada no dia 19 de abril de 2019. A ex-árbitra reside no estado de Santa Catarina e, devido a isso, a entrevista foi realizada via vídeo e teve duração de 35 minutos e 19 segundos. O contato foi obtido via rede social *Facebook*.

Relembra que esse curso contou com a participação de aproximadamente trinta mulheres de diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Sul.

É que tinha gente de todo o estado, porque Santa Maria era sede da Federação de Handebol, veio pessoal de Uruguaiana, professoras já das antigas, que tinham jogado até Brasileiros lá na década de 1980, tinha... Foi muita gente que fez! Tinha umas trinta mulheres eu acho, tinha o pessoal de Sapiranga, o pessoal de Porto Alegre, estava todo lá! O problema é como eu te disse, cada uma era da sua cidade “né”, daí as duplas se fizeram, teve toda aquela empolgação inicial, mas... (TONETTO, 2019, p. 03).

No entanto, Lidiane também recorda que, antes desse curso de 2001, já havia mulheres na FGHb, porém todas trabalhavam na “súmula”, como apontadoras/cronometristas. Foi apenas a partir desse curso específico que os dirigentes passaram a inserir as mulheres na arbitragem.

[...] eu lembro bastante que eles tinham a intenção de inserir as mulheres, porque não tinha! Até onde eu lembro não tinham mulheres árbitras, tinha sim apontadores, bastante que trabalhavam com súmula e tudo mais. Mas eu lembro que foi um curso bem legal, e eles colocaram a gente já na prática, para tentar, mas o problema é que na época existia ainda... Como se diz, a dupla tinha que ter a mesma idade, tinha que morar na mesma cidade, era bem específico, então, após as duas etapas do curso sobrou muito pouca mulher. Eu mesma tive uma dificuldade, eu nunca tive uma dupla! Eu apitava com os meninos, mas na época não se aceitava duplas mistas, então, acabava que nós íamos para todas as competições, e acabava que eu ficava na súmula sempre [...] (TONETTO, 2019, p. 02).

Como é possível perceber na fala de Lidiane, o fato de haver algumas exigências para fazer parte do quadro de arbitragem acabou afastando muitas mulheres desse espaço. A própria ex-árbitra nunca teve uma dupla fixa, o que a impossibilitou de apitar, mesmo que inicialmente o número de mulheres presentes no curso tenha sido alto. Porém, para os homens, esse não foi um empecilho, pois sempre estiveram em grande número no quadro de arbitragem da FGHb.

Lidiane relata ainda que, a partir dos anos 2004 e 2005, começam a aparecer mais mulheres no quadro de arbitragem, mas não chegou a conhecê-las. Apenas mencionou durante a entrevista que nesse período haviam mais duplas na FGHb, porém não soube precisar quantas e nem onde atuavam. Tal imprecisão colabora para identificarmos a tardia e pouco reconhecida presença das mulheres na arbitragem, visto que os cursos ofertados pela Federação iniciam em 1976, mas as mulheres somente são identificadas no início dos anos 2000.

Dessa forma, entendo que o cenário de arbitragem do Handebol gaúcho, principalmente no que tange à presença de mulheres nesse espaço, ainda está em um processo inicial de desenvolvimento. Para Fernandes (2015, p. 07):

[...] no Rio Grande do Sul ainda é pouca a participação feminina, nós temos acho que umas três, quatro árbitras, mas nos outros estados, por exemplo, São Paulo, Paraná tu já vê uma maior participação de duplas femininas e algumas já com distintivo da CBHb.

Hoje, o quadro de arbitragem da Federação Gaúcha de Handebol conta com apenas três árbitras: Betina Görgen, Caroline Goulart, e Marisa Wasem, configurando apenas uma dupla e uma árbitra com atuação individual. No entanto, segundo consta no *site* da Federação Gaúcha de Handebol, nos dias 27 e 28 de abril de 2019, ocorreu um curso de capacitação⁷⁵ para a arbitragem, no qual participaram mais cinco mulheres, sendo três delas – Bruna Eulina Lucho Garcia, Luana Gonçalves e Renata Quadros Costa – aspirantes a árbitras Regionais pela FGHb. Considerando essa ação, é previsto que para o próximo ano a Federação Gaúcha de Handebol conte com seis mulheres no seu quadro de arbitragem.

Figura 20 – Curso de capacitação de arbitragem promovido pela Federação Gaúcha de Handebol nos dias 27 e 28 de abril de 2019



Fonte: *Site* da Federação Gaúcha de Handebol.

⁷⁵ Disponível em: <<https://handebolrs.com.br/fghb-promoveu-encontro-com-arbitros/>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

Para o diretor de arbitragem da Federação Gaúcha de Handebol, Sérgio Luís Chaves Alves⁷⁶, já houve outras duplas de mulheres que pertenceram ao seu quadro de arbitragem, como é caso de Gabriele Bortoluzzi e Vanessa Denardini, as quais, por motivos pessoais, acabaram abandonando a arbitragem. Nas palavras do dirigente:

Nós tínhamos aprovado na Federação seis duplas, uma desistiu foi morar em Blumenau, colega da Gabriele, a Gabriele por questões pessoais, resolveu deixar a Federação, a gente respeita. Uma dupla mais antiga, a professora Fernanda que trabalha no Colégio Rosário, e a professora Carol funcionária de Porto Alegre, não quiseram atuar em função de compromissos e acabaram não atuando, mas foram as pioneiras em fazer curso para a Federação. Isso em meados de... Já te digo, de 1988 ou 1989, ou 2000, que elas fizeram o curso, era a primeira dupla a investir no feminino, e depois teve a Vanessa e Gabriele, e depois surgiu a Carol e a Betina, a Priscila e a Marisa [...] (ALVES, 2018, p. 08-09).

Em sua entrevista, Gabriele Bortoluzzi⁷⁷ narra que sua inserção na arbitragem aconteceu em 2009, em um período que não estava mais atuando na função de técnica e nem de atleta. Assim, apitar se tornou uma forma de permanecer “ligada” ao esporte.

[...] não tinha mais time em Santa Maria, não tinha time na Federal, nível universitário, e tinha muitos jogos, existiam muitos jogos escolares. E eu fui como mesária, para ajudar na questão da mesa, mas por exemplo, íamos em três e os jogos começavam as oito horas da manhã e se estendiam até as dez horas da noite, e chegava a um ponto que os guris eles não aguentavam mais apitar, então, como tu já tem uma vivência de jogar, tu acha que sabe apitar. Então para quebrar o galho naqueles jogos bem fáceis, que por exemplo, uma equipe ia atropelar a outra, eu ia para começar. E depois eu encontrei a Vanessa que foi minha dupla por muito tempo, e aí a gente começou a apitar jogos bem básicos, bem escolares e foi indo. Foi bem uma questão de ajudar o outro, mas aí já peguei um gostinho pelo esporte, e foi uma maneira de continuar ligada já que eu não estava mais exercendo nem de técnica, nem a função de atleta (BORTOLUZZI, 2018, p. 02).

Já para a ex-árbitra Vanessa Denardini⁷⁸, a arbitragem apareceu no momento em que decidiu parar de jogar Handebol. Por isso, fez o curso de arbitragem no ano de 2009, tornando-se dupla da Gabriele. Em seu depoimento, narra que ao iniciar na

⁷⁶ Sérgio Luís Chaves Alves foi entrevistado no dia 26 de janeiro de 2018 na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da UFRGS, na cidade de Porto Alegre – RS, e a entrevista teve duração de 36 minutos e 53 segundos. O contato foi obtido via rede social *Facebook*.

⁷⁷ Gabriele Bortoluzzi foi entrevistada no dia 18 de janeiro de 2018, e por solicitação da ex-árbitra, a entrevista ocorreu via vídeo, e teve duração de 17 minutos e 04 segundos. O contato foi obtido via rede social *Facebook*.

⁷⁸ Vanessa Denardini foi entrevista no dia 02 de janeiro de 2018, e devido ao fato da ex-árbitra residir no estado de Santa Catarina, a entrevista ocorreu via vídeo, e teve duração de 18 minutos e 39 segundos.

arbitragem sentiu bastante preconceito por ser mulher, por não haver, naquele momento, mulheres apitando na FGHb. “Eu lembro que foi bem marcante, todo mundo... Nossa as meninas! Era difícil ter mulher! Tinham meninas que faziam só a parte de súmula, que a gente chama de mesa, mas de apitar mesmo, foi eu e a Gabi” (DENARDINI, 2018, p. 03-04).

Para Nascimento e Nunes (2014), “a presença da mulher no cenário esportivo é marcada por conquistas, resistências, transgressões e rupturas, e sua participação não se restringe apenas à prática” (p.198). Dessa forma, entendo que a arbitragem ainda é um espaço predominantemente ocupado por homens e culturalmente se naturalizou que este espaço pertence ao homem e a ele é destinado. Como afirma Hartmann (2017), ainda é raro as mulheres ocuparem posições que permitam a tomada de decisão no esporte brasileiro.

Essa mesma percepção foi identificada por Igor Chagas Monteiro (2016) que, ao analisar a presença de árbitras no Futebol brasileiro, observou que os relatos da maioria das participantes do estudo mencionavam os preconceitos, a discriminação e as interdições que sofreram ao longo de sua trajetória na arbitragem. Além disso, o autor também apresenta outros fatores que corroboram com o aumento das dificuldades, entre eles: os testes físicos que realizam para serem aptas a atuar, a pequena participação na escalação da equipe de arbitragem principalmente de jogos masculinos e a dificuldade de conseguirem conciliar a arbitragem com a vida profissional e social.

Para além dos preconceitos percebidos pelas árbitras, por serem mulheres, há também a falta de incentivo da Federação Gaúcha de Handebol para a formação de novas árbitras, o que pode ser identificada na ausência de cursos de formação, pois o último foi realizado no ano de 2016. Desde então, o que acontece anualmente são os cursos de “reciclagem”, como são chamados, para que todos/as os/as árbitros/as estejam aptos/as às novas regras, sendo pré-requisito para continuarem atuando pela Federação no ano vigente. Segundo Betina:

Porque todo ano a gente faz uma reciclagem “né” no início do ano, que aí a gente passa por uma revisão de regras. Ano passado teve algumas atualizações, esse ano tivemos algumas atualizações e aí as pessoas que fazem esta reciclagem estão aptas a apitar naquele ano, como se faz a reciclagem no início do ano, que é a forma que a gente chama, uma capacitação, e uma revisão de capacitação para que se possa apitar no ano atual (GÖRGEN, 2017, p. 03).

Luma Lemos Aires⁷⁹ foi entrevistada para este estudo, pois participou de um curso de arbitragem promovido pela Federação Gaúcha de Handebol no ano de 2016, o último organizado pela FGHB, que ocorreu na cidade de Itaqui – RS. No entanto, atualmente, Luma não faz parte do quadro de arbitragem da FGHB. Segundo a entrevistada, nesse curso estiveram presentes cinco mulheres, no entanto, nenhuma delas atua pela Federação Gaúcha de Handebol.

Figura 21 – Participantes do curso de arbitragem da Federação Gaúcha de Handebol (FGHB) no ano de 2016



Fonte: Acervo pessoal de Luma Lemos Aires.

Em sua entrevista, informou que realizou o curso juntamente com a Ysadora de Freitas, sua dupla de arbitragem. No entanto, ambas não atingiram o estágio determinado pela FGHB no teste físico, cujos critérios de aprovação variam conforme a idade e o sexo. No caso da Luma e de Ysadora, elas deveriam ter atingido sete estágios, equivalente a cinquenta e duas voltas entre duas linhas demarcadas no chão ou em uma quadra distanciadas em 20 metros, que é o estabelecido para mulheres com idade entre dezoito e vinte e nove anos. Entretanto, por não terem alcançado o índice estabelecido, deveriam realizá-lo novamente. Contudo, ainda assim, conquistaram a certificação para atuarem na arbitragem.

⁷⁹ Luma Lemos Aires foi entrevistada no dia 18 de abril de 2019, e por solicitação da árbitra (não associada), a entrevista ocorreu via vídeo e teve duração de 46 minutos. O contato foi obtido via rede social *Facebook*.

[...] quando surgiu o curso eu e a minha dupla a Ysadora, a gente olhou e era em Itaqui, “longe pra caramba!”. [...] O curso era ministrado por um árbitro que é o Rudi Braga, ele foi... É, na verdade nacional, teve participação em algumas competições importantes, e a gente decidiu ir e daí fomos! Fizemos todo o curso, que era acho umas quarenta horas, era bem pesado, três dias eu acho, e aí tinha teórico e prático. E tinha um teste, teórico e prático, o teórico era uma prova, diga-se de passagem, nada fácil, não era uma prova muito fácil, a gente passou, eu e a minha dupla a gente conseguiu atingir. E aí tinha o físico, o físico que é aquele dos sinais, que tu vai de um lado para o outro e a velocidade vai aumentando, é um teste que também não é nada fácil. A gente faltou dois estágios para conseguir a marca, que é do feminino. Aí o Rudi, nos colocou depois, no resultado por *E-mail* como aptas “etc.”, mas a gente deveria refazer o teste do “bip”. Então a gente, teoricamente, estava entrando em jogos mirins, que começa lá embaixo para depois subir “né”, e aí ele nos falou: “que assim que a gente quisesse refazer o teste... E que a qualquer momento eles, a Federação poderia nos chamar”, não ele, porque não tem nada a ver com ele. Mas nunca nos chamaram! Nunca! (AIRES, 2019, p. 04).

Como é possível perceber na fala de Luma, ela e a sua dupla realizaram o curso de arbitragem, no entanto, nunca atuaram como árbitras da Federação Gaúcha de Handebol. Porém, isso não as impede de apitar em competições não organizadas pela Federação, como por exemplo, campeonatos escolares.

Os cursos de arbitragem promovidos pela Federação Gaúcha de Handebol para a categoria Regional possuem duas etapas de avaliação: inicialmente, são as provas teóricas e por último um teste físico, conhecido como *Leger*⁸⁰. Os estágios a serem alcançados para a aprovação para o quadro de arbitragem da FGHb são os mesmos estabelecidos pela Confederação Brasileira de Handebol e pela Federação Internacional de Handebol. As duas etapas de avaliação ocorrem em três dias.

Quadro 5 – Estágios do teste físico *Leger* para homens e para mulheres

Homens	Mulheres
18 a 29 anos – 9 estágios (73 voltas)	18 a 29 anos – 7 estágios (52 voltas)
30 a 39 anos – 8 estágios (62 voltas)	30 a 39 anos – 6 estágios (42 voltas)
40 a 49 anos – 7 estágios (52 voltas)	40 a 49 anos – 5 estágios (33 voltas)
Acima de 50 anos – 6 estágios (42 voltas)	Acima de 50 anos – 4 estágios (24 voltas)

Fonte: Autora.

⁸⁰ Esse teste é composto por múltiplos estágios progressivos de corrida, com intensidade crescente e que determinam o consumo máximo de oxigênio (VO₂max) do indivíduo. O teste inicia com um trote suave (8,5 Km/h) entre duas linhas demarcadas no chão ou em uma quadra distanciadas em 20 metros. O sujeito deve ir e vir no ritmo imposto por uma gravação de “bips” que devem coincidir com o momento em que o avaliado toca as linhas. O teste termina quando o avaliado não aguentar mais acompanhar o ritmo ou quando não atingir, a tempo, a linha por duas vezes consecutivas (ANÉZ; HINO, 2003, p. 02). Disponível em: <<https://gpaq.com.br/wp-content/uploads/2013/11/Manual-L%C3%A9ger-Modificado-v2.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2019.

Os cursos ministrados até hoje pela FGHb aconteceram em diversas cidades do Rio Grande do Sul e em diferentes regiões. Além disso, o teste físico tem um estágio mínimo a ser atingido, e ele varia conforme a idade. Segundo a árbitra Caroline Goulart, “este teste, eles nos avaliam em estágios... A maioria das vezes é por idade, certa idade vai até tal nível, a nossa, 8,5, é o estágio que nós estamos aptas para ser árbitras, que seríamos aprovadas [...]” (GOULART, 2017, p. 02).

Contudo, segundo o depoimento de Luma Aires, ela e a sua dupla de arbitragem nunca chegaram a ser contatadas pela Federação Gaúcha de Handebol, acarretando, assim, um sentimento de rejeição.

Em nenhum momento, e a gente já viu outras pessoas que começaram depois da gente, outros meninos, não para falar mal, mas com capacidades muito inferiores, e hoje em dia, estão pela Federação. Então a gente se sentiu um pouco menosprezada, não sei se... Eu não posso falar que é por gênero, eu não posso, mas muito provável! Porque as mulheres, elas ainda na arbitragem são poucas, até hoje aqui no Rio Grande do Sul, a gente mal vê as meninas atuando, eu conheço três das meninas que são aqui da região, algumas etapas estão conseguindo atuar, agora eu e a minha dupla ficamos na região, por exemplo. Mas tem o positivo, que quanto mais a gente apita aqui na região, é o que mais nos chamam, então, a gente acredita estar fazendo uma arbitragem consideravelmente boa (AIRES, 2019, p. 04).

Como é possível perceber no trecho acima, as desigualdades de gênero na arbitragem se fazem presentes em diferentes situações e contribuem para que as hierarquias de poder se intensifiquem. Isso denota que nas disputas cotidianas que marcam as vivências femininas, as mulheres resistem a sua maneira e se apropriam de espaços, até então, de domínio dos homens, rompendo com os mitos de fragilidade e da lógica imposta pela ordem social, desenvolvendo, assim, uma consciência de gênero (PERROT, 2005).

No que respeita ao processo para a aprovação para atuar nas categorias Nacional e Internacional, as etapas são diferentes. No caso da categoria Internacional, o/a árbitro/a precisa ser indicado/a pela Federação ou pela Confederação Brasileira de Handebol. Assim, para a categoria Nacional, a FGHb deve entrar em contato com a CBHb e demonstrar interesse em promover uma edição do Campeonato Brasileiro de Handebol (categorias de base) no estado, sendo que a avaliação dos/as árbitros/as observada na sua atuação nessa competição se configura como a prova prática. Além disso, existem as provas teóricas e o teste físico, que é o mesmo aplicado pela FGHb, ou seja, o teste do *Leger*. Além disso, cada árbitro/a obtém uma graduação, que é crescente, iniciando na graduação “C”, para “B” e depois para “A”. Quando algum(a)

árbitro/a atinge o nível “A”, ele/a tem as condições necessárias para participar do curso para a categoria Internacional, ou seja, ele/a poderá ser indicado/a para realizar o curso pela Federação Internacional de Handebol.

Hoje a Confederação dentro de campeonatos brasileiros, ela faz um curso, na qual neste curso sempre, ele tem um local, e a Confederação seleciona árbitros, então, ele é um curso extremamente, assim, como é que nós vamos dizer... Exigente “né”, exigente! Questão de regras, questão de conhecimento de regras, questão de entrosamento da dupla, fator físico também [...] no Rio Grande do Sul vai ter um Campeonato Brasileiro, se a Federação Gaúcha tiver o interesse de trazer este curso para o campeonato, eles tem que ir atrás da Confederação, que aí a Confederação vai mandar uma pessoa para nos formar. Então a gente fica aí, seis dias, cinco dias que é o tempo do curso em formação “né”, o tempo todo. O trabalho físico de manhã, e apito a tarde; a gente apita um jogo por dia, eles nos avaliam, então, assim, tu é avaliada todos os dias, todos os jogos que tu está apitando e tem prova teórica também. Existe um protocolo de trezentas e poucas questões em cima do que a gente estuda, essas questões são selecionadas para essa prova. É muita questão e a gente tem que estudar e buscar o trabalho físico, o trabalho teórico para estar apta a passar (GÖRGEN, 2017, p. 05-06).

Os cursos para ascender à categoria Internacional, como mencionado acima, ocorrem a partir de uma indicação da Confederação Brasileira de Handebol. Cabe registrar que as primeiras ações da Federação Internacional de Handebol para promover a participação de mulheres nos seus cursos de arbitragem iniciaram no ano de 1997, segundo informou a árbitra Julie Bonaventura⁸¹ (2017), ao mencionar que “o primeiro curso organizado pela IHF para as mulheres árbitras aconteceu há 20 anos, em 1997”⁸² (p. 03, tradução nossa), porém, ela não soube mencionar com exatidão o local onde o curso foi realizado.

Interessa registrar que é no mesmo ano, 1997, que Carla Righeto e Silvana Maria Silva participam de um curso promovido pela IHF no Brasil, na cidade de Curitiba – PR, compondo então a primeira dupla de mulheres brasileiras a entrar para o quadro de arbitragem Internacional.

Eram dez duplas, vinte árbitros, e três duplas seguiriam para Curitiba, Praia do Leste, para fazer o curso Internacional. E éramos só nós duas e a gente pontuou em segundo lugar no curso e a gente foi. E quando nós fomos para

⁸¹ Julie Bonaventura é árbitra de Handebol pela Fédération Française de Handball (FFHB), e atualmente faz parte do quadro de arbitragem internacional pela Federação Internacional de Handebol (IHF). Julie Bonaventura respondeu a um questionário no dia 28 de outubro de 2017, visto que a árbitra reside na França, e em conversa decidimos que seria mais viável realizarmos um questionário, que foi encaminhado via *E-mail*, e respondido na língua inglesa.

⁸² Texto original: The first course organized by IHF for the women referees took place 20 years ago, in 1997.

o curso Internacional que era o Pan-Americano Júnior, feminino e masculino, passamos nós, passou uma dupla de Santa Catarina e uma dupla do Rio Grande do Sul. E nós até estranhamos porque a gente achou que como o curso era no Rio e o Pan-Americano era no Paraná, “a só tem uma vaga, porque vão indicar alguém do Paraná e alguém do Rio” [risos], mas foi o pessoal do Rio Grande do Sul, nós e o pessoal de Santa Catarina. Só que quando nós chegamos lá tinham duas duplas da Argentina, uma do Chile, uma do Uruguai e uma do Paraguai. E nesse momento a gente não dependia mais de número de vagas, você precisava pontuar com média oito. E aí deu tudo certo a gente passou à Internacional em 1997 [...] (RIGHETO, 2017, p. 07).

O diretor de arbitragem da FGHb, Sérgio Alves, também mencionou em sua entrevista que antes de Carla e Silvana se tornarem árbitras Internacionais, o quadro da IHF era composto apenas por homens.

Antes disso eram só... [...] só os homens, mas depois começou a surgir as duplas, tanto que a dupla feminina quando passou a ser Internacional, foi uma surpresa, porque já começou o processo da IHF, em função disso, por exemplo, dois árbitros do Paraná que estavam sendo cotados para serem Internacionais, acabaram não sendo e foi a dupla feminina (ALVES, 2018, p. 13).

Apesar de compreender que a IHF tem buscado promover uma maior participação das mulheres no seu quadro de arbitragem desde 1997, seja através de novas propostas como, por exemplo, o quadro de Jovens Árbitros, que busca ascender jovens talentos da arbitragem do Handebol, não é possível afirmar que as mulheres têm as mesmas oportunidades que os homens ou que os preconceitos quanto à participação feminina inexistam (GOELLNER, 2004).

Segundo Julie Bonaventura, em 2017, havia apenas quinze duplas de mulheres credenciadas na IHF. No entanto, segundo o *site*⁸³ da Federação Internacional de Handebol, no biênio de 2018-2019, encontram-se cento e trinta e seis árbitros em seu quadro de arbitragem, sendo vinte e cinco mulheres no total, doze duplas e uma árbitra individual: María Inés Paolantoni, árbitra da Confederación Argentina de Handball e a única árbitra da América Latina.

Ainda assim, muitas delas não são escaladas para as partidas finais de competições importantes, principalmente de jogos masculinos, como o Campeonato Mundial de Handebol e os Jogos Olímpicos. A primeira dupla de árbitras a apitar um jogo em um Campeonato Mundial de Handebol Masculino foi composta por Julie e Charlotte Bonaventura, no ano de 2017, na França. Além disso, a dupla também fez

⁸³ Disponível em: <<http://www.ihf.info/>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

história na arbitragem, apitando pela primeira vez uma final da Copa EHF⁸⁴ em maio do mesmo ano.

Essa situação é apontada também pela árbitra da Liga de Handebol do Paraná Sandra Aparecida dos Santos Ferreira de Quadros⁸⁵, entrevistada em 2018, quando afirma já ter sentido bastante dificuldade em apitar alguns jogos e, devido a isso, precisou se impor mais e mostrar que seu trabalho não é diferente de nenhum homem.

[...] a cultura talvez, o machismo “né” que pensa que a mulher é inferior em certas situações ou... Na realidade eu não sei, mas senti muito na pele essa questão por ser mulher. Em determinados jogos “mulher não apita jogo masculino”, já peguei coordenador que não escala mulher em jogo masculino, então tem... A gente foi quebrando essas barreiras assim, mas já passei muito por isso sim (QUADROS, 2018, p. 07).

Como afirma Ferreira *et al* (2013), “[...] o domínio masculino provoca não somente o fechamento desse espaço para as mulheres, como o questionamento da capacidade daquelas que tiveram acesso ao posto” (p.113). Apesar de algumas mulheres conseguirem chegar a determinados espaços, sua capacidade de ocupá-los a todo momento é questionada, pois a arbitragem, além de ser de domínio masculino, também fora vista como designada aos homens. Nesse sentido, a ocupação pelas mulheres desse espaço, ora atribuído aos homens, configura-se uma forma de resistência e enfrentamento diante dos preconceitos dessa prática.

Desse modo, ao se apropriarem da arbitragem, esse território não se torna mais inatingível ao gênero feminino. De outra forma, são ultrapassadas as paredes do teto de vidro (FERREIRA *et al*, 2013) e, assim, elas assumem o lugar principal como árbitra dentro da quadra e não mais apenas nas cadeiras da mesa ou no cronômetro. Com isso, elas afirmam, sobretudo, a sua liberdade enquanto sujeito, rompendo com o círculo de encarceramento e fazendo com que a fronteira entre os sexos retroceda (PERROT, 2005).

A ex-árbitra da Federação Gaúcha de Handebol, Vanessa Denardini, também aponta em sua entrevista que o número de mulheres atuando ainda é pequeno, apesar de ser bastante significativa a representatividade dessas mulheres em um espaço que ainda é controlado por homens.

⁸⁴ Segunda maior competição oficial para clubes masculinos de Handebol da Europa, é organizada pela Federação Europeia de Handebol (EHF) e ocorre anualmente.

⁸⁵ Sandra Aparecida dos Santos Ferreira de Quadros foi entrevistada no dia 01 de novembro de 2018, e devido à árbitra residir no estado do Paraná, a entrevista ocorreu via vídeo e teve duração de 27 minutos e 37 segundos. O contato foi obtido via rede social *Facebook*.

Ainda é pouco! É pouco! Tem, eu não vi como foi o último Mundial, tem algumas meninas, mas são poucas. O mundo da arbitragem é masculino, tanto que a época que a gente fez, eu lembro que era para entrar quatro duplas masculinas e duas femininas. A proporção é bem menor de mulheres. Não é um valor expressivo, é expressivo pelo que tem, mas não é expressivo pela quantidade de homens que tem no ramo ainda (DENARDINI, 2018, p. 07).

A presença de mulheres na arbitragem desses eventos esportivos ainda é bem menor que a de homens, “[...] o trabalho das meninas é sempre mais difícil porque você briga por um espaço onde eles não te dão tantas oportunidades, mas não te dão tantas oportunidades em jogos bons” (RIGHETO, 2017, p. 11). Durante muito tempo os espaços ocupados pelas mulheres foram restritos e, com isso, buscava-se desclassificá-las, tornando-as invisíveis para, assim, anular suas conquistas. As complexas redes de poder, para Louro (1997), controlaram e determinaram os espaços ocupados pelas mulheres ao longo do tempo, por uma ordem do discurso masculino.

6.2 AS ÁRBITRAS: MEMÓRIAS, TRAJETÓRIAS E NARRATIVAS

A primeira pessoa que contatei para realizar uma entrevista foi a ex-árbitra Priscila Nedel⁸⁶, mencionada pelo professor Cláudio Augustin, em seu depoimento. Nesse primeiro contato que ocorreu via telefone, agendamos uma entrevista, a qual foi realizada no dia 15 de maio de 2017 na cidade de Sapiranga – RS, onde ela reside.

Priscila narra que iniciou no esporte durante a sua adolescência nas aulas de Educação Física em uma escola na cidade de São Sebastião do Caí – RS. Após esse período, começou a jogar em várias equipes do Rio Grande do Sul, chegando a ser escalada diversas vezes para os Jogos da Juventude.

Na época era diferente de hoje. Hoje tu é chamado direto de lá, tu é chamado para um acampamento onde está todo mundo, de todos os lugares do Brasil. Na época não, primeiro era feito aqui no Sul e daí depois tu jogava os Jogos da Juventude e daí lá nos Jogos da Juventude o técnico da Seleção, que eles escolhiam lá com a Federação, daí eles chamavam. Eu cheguei a ir até os Jogos da Juventude, eu não cheguei a ir lá para a Seleção Brasileira (NEDEL, 2017, p. 03).

⁸⁶ Priscila Nedel foi entrevistada no dia 15 de maio de 2017, na cidade de Sapiranga – RS. A entrevista ocorreu de forma presencial e teve duração de 29 minutos e 17 segundos. O contato foi obtido via telefone, através da entrevista realizada com Cláudio Augustin.

Até o ano de 2010, os/as atletas participavam de jogos regionais para depois seguirem para os Jogos da Juventude e serem indicados para jogar pela Seleção Brasileira. A partir de 2010, a Confederação Brasileira de Handebol deu início a um novo projeto, os Acampamentos Nacionais de Desenvolvimento e Melhoria Técnica, visando padronizar a forma de jogar Handebol no Brasil. Sendo assim, os/as atletas participam de um Acampamento Regional e, ao final desse Acampamento, os dirigentes das Federações indicam os/as atletas que participarão do Acampamento Nacional, com atletas de todo o Brasil. No final do Acampamento Nacional, os/as atletas que apresentarem melhor desempenho poderão ter a oportunidade de integrar as Seleções de base para representarem o país.

Devido a sua proximidade com o esporte, especialmente o Handebol, a ex-árbitra optou por cursar Educação Física na Universidade Feevale, profissão que exercia paralelamente à arbitragem. A sua entrada na arbitragem ocorreu no ano de 2014, em um curso oferecido pela Federação Gaúcha de Handebol, juntamente com a extinta FUNDERGS⁸⁷ no Campus Olímpico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A partir desse momento, Priscila começou a apitar conjuntamente a Marisa Wasem, sua ex-dupla de arbitragem.

Figura 22 – Priscila Nedel



Fonte: Autora.

⁸⁷ Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul.

Para Priscila, a arbitragem foi a forma que encontrou para manter um vínculo com a modalidade. Nas suas palavras: “há dois anos eu comecei a pensar que não conseguia mais praticar tanto quanto eu gostaria ‘né’, porque tu chega em um nível e daqui a pouco... Eu pensei assim, ‘eu quero continuar!’. Então eu fiz o curso de arbitragem e comecei a apitar os jogos a nível estadual [...]” (NEDEL, 2017, p. 01). No entanto, no ano de 2018, Priscila decidiu abandonar a arbitragem por questões pessoais, e hoje entra em quadra apenas como atleta da modalidade.

Ainda que não integre o quadro atual de arbitragem, sua história na modalidade e suas memórias foram fundamentais para a escrita deste estudo. Além disso, foi Priscila a responsável por me informar o contato das árbitras Betina, Caroline e Marisa que atuam hoje no quadro de arbitragem da FGHb, colaborando, assim, com a pesquisa.

De posse desses contatos, busquei encontrá-las primeiramente via telefone e via rede social *Facebook*. Nesse processo, não obtive retorno de Marisa, dupla de arbitragem de Priscila até o ano de 2018. Dessa forma, optei por entrar em contato com as outras duas árbitras via telefone. Prontamente, a Betina me respondeu e me informou que estaria participando do Campeonato Estadual de Handebol Feminino na cidade Campo Bom – RS. Agendamos uma entrevista para o dia 05 de agosto de 2017.

Ao chegar no ginásio municipal de Campo Bom, visualizei a Betina, com quem havia me comunicado por telefone. Ela logo me informou que todas as árbitras estavam presentes no ginásio e perguntou se eu teria interesse em realizar a entrevista com todas elas. Fiquei bastante contente com a informação, pois, assim, conseguiria obter o relato de todas as árbitras naquele momento.

Realizado esse primeiro contato, conversei com cada uma das árbitras e expliquei os procedimentos da entrevista, e de imediato as realizei. A primeira árbitra que entrevistei foi Marisa Wasem⁸⁸, no vestiário do ginásio municipal de Campo Bom, durante a etapa do Campeonato Estadual de Handebol Feminino, que estava acontecendo no dia 05 de agosto de 2017. Marisa faz parte do quadro de arbitragem da Federação Gaúcha de Handebol desde 2012.

⁸⁸ Marisa Wasem foi entrevistada no dia 05 de agosto de 2017, durante o Campeonato Estadual de Handebol Feminino, na cidade de Campo Bom – RS. A entrevista teve duração de 14 minutos e 36 segundos.

Figura 23 – Marisa Wasem

Fonte: Autora.

A trajetória da Marisa no esporte não foi muito diferente da Priscila, pois também iniciou no Handebol durante o período no qual frequentou a escola. Com o avançar dos anos, aos poucos começou a jogar em algumas equipes de Handebol do Rio Grande do Sul, como a equipe de Sapiranga Lojas Cairú/Ulbra/Paquetá, que era comandada pelo professor Cláudio Augustin, as equipes da Sociedade Ginástica de Novo Hamburgo, na cidade de Novo Hamburgo, e a equipe do Colégio Santa Catarina as quais eram comandadas pelo professor Renato Arena. Ao longo de sua história na modalidade disputou diversos campeonatos em âmbito estadual e nacional. Em sua entrevista, ressalta que está há aproximadamente trinta e dois anos jogando Handebol e que ainda não pretende parar de jogar: “[...] é um vício, como a gente diz: é uma cachaça, a gente não consegue largar!” (WASEM, 2017, p. 07). A arbitragem foi aparecendo gradativamente no seu horizonte, quando ainda estava na escola.

Faz anos que eu jogo Handebol, então eu sempre ficava pensando assim: “pô vai chegar uma época que eu vou parar de jogar e não vou conseguir jogar mais”, mas eu não queria me afastar do esporte. Então, já na escola quando a gente tinha inter-série essas coisas, depois que eu fui para o clube e comecei a jogar no Cairú Lojas Paquetá em Sapiranga, o técnico o Cláudio Augustin ele fazia campeonatos nas escolas, e daí ele pegava sempre as mais velhas para apitarem, e eu comecei assim, devagarinho, apitava assim, um joguinho aqui e outro ali (WASEM, 2017, p. 01).

Como Marisa relata, sua inserção na arbitragem surgiu desde muito cedo em sua trajetória esportiva, e hoje já faz sete anos que está apitando jogos de Handebol. Entre os campeonatos que já apitou, estão: Campeonatos escolares, como o JERGS⁸⁹; Campeonatos estaduais; Campeonatos Abertos nas cidades de Porto Alegre, Campo Bom e Canoas; além disso, também apita o Campeonato Gaúcho de Handebol de Areia e o Circuito Verão SESC⁹⁰.

Até o ano de 2015, Marisa não possuía uma dupla e, devido a isso, apitava com homens. Porém, com a entrada da Priscila para o quadro de arbitragem, tornaram-se uma dupla fixa. Hoje, além da arbitragem, também é jogadora da Feevale, onde está cursando Educação Física, na equipe comandada pelo professor Antônio Roberto Machado da Silva⁹¹. Porém, com a saída da Priscila do quadro de arbitragem no ano de 2018, Marisa voltou a apitar sem uma dupla fixa.

Figura 24 – Árbitra Marisa Wasem, com sua ex-dupla de arbitragem Priscila Nedel



Fonte: Acervo pessoal de Marisa Wasem.

⁸⁹ Jogos Escolares do Rio Grande do Sul.

⁹⁰ Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Sul.

⁹¹ Professor da Universidade Feevale.

A única dupla fixa que atua no Rio Grande do Sul é formada pelas árbitras Betina Görden e Caroline Goulart⁹² e ambas entraram para o quadro de arbitragem no ano de 2012, juntamente a Marisa. A entrevista com a dupla aconteceu em conjunto, no dia 05 de agosto de 2017, durante o Campeonato Estadual de Handebol Feminino, na qual ambas narraram sobre sua inserção no esporte e o seu início na arbitragem, além de declararem seu desejo pela ascensão à categoria Nacional como árbitras. Contudo, durante a entrevista, a dupla também demonstrou estar preocupada com sua atuação em quadra, por isso, buscam estar se atualizando e estudando as novas mudanças de regras, apresentadas a cada ano, para não cometerem erros.

A dupla também declarou ter uma boa comunicação, fator importante para as provas de avaliação, durante os cursos de formação. Elas também afirmaram que, após seu início na arbitragem, perceberam outras meninas interessadas em seguir essa carreira.

[...] eu acho que na verdade a gente fez o curso eu e a Carol, e aí desde lá a gente já vem com intenções, tanto que a nossa intenção desde o ano passado é realizar o curso Nacional, que nem a Carol falou ali, é aquela visibilidade que o pessoal, as meninas veem hoje que é possível, tem um reflexo nacional e internacional também sabe, porque a Confederação Brasileira hoje está insistindo muito em árbitras mulheres, isso é muito presente, até nós fomos convidadas, fomos escaladas para apitar uma Olimpíada Escolar esse ano, para nós é uma valorização e uma gratificação muito grande [...] (GÖRGEN, 2017, p. 04-05).

Segundo Monteiro, Soares e Mourão (2015, p. 05), em seu trabalho sobre as mulheres brasileiras na arbitragem do Futebol profissional, “[...] a arbitragem parece replicar o que se vê nos estudos sobre mulheres em cargos de gestão, ou seja, elas estão em minoria e sua maior representatividade se dá em cargos intermediários [...]”. A mesma condição é observada no Handebol, em que as mulheres apenas eram vistas na mesa, como coadjuvantes dentro de um jogo de Handebol, e não exercendo a posição de comando em quadra, como árbitra.

⁹² A entrevista de Betina Görden e Caroline Goulart aconteceu em dupla, no dia 05 de agosto de 2017, durante o Campeonato Estadual de Handebol Feminino, na cidade de Campo Bom – RS, e teve duração de 36 minutos e 54 segundos.

Figura 25 – Árbitras Betina Görgen e Caroline Goulart



Fonte: Acerto pessoal de Caroline Goulart.

Para a dupla, o Handebol foi introduzido durante a adolescência por meio de clubes locais de Capão da Canoa e Osório, cidades onde nasceram. Betina começou a jogar no clube de Handebol de Capão da Canoa, enquanto Caroline iniciou no Clube Grêmio Atlético Osoriense (Gao), em Osório. Aos poucos, o interesse pela modalidade foi crescendo e passaram a atuar em outras equipes do estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Contudo, quando concluíram a educação básica, ambas iniciaram os estudos no curso de Educação Física da Faculdade Cenecista de Osório (FACOS) e acabaram se afastando um pouco das quadras.

Paralelamente ao curso de Educação Física, deram início a sua inserção na arbitragem: realizaram, em 2012, o curso organizado pela Federação Gaúcha de Handebol, que aconteceu na cidade de Sapiranga. Para ambas, a arbitragem surgiu como forma de manterem o contato com a modalidade.

No estudo realizado por Lílian Kirsch de Farias (2014), essa mesma afirmação foi encontrada nos questionários respondidos pelas mulheres que estavam participando do curso de formação para arbitragem do Futebol. Segundo a autora, um dos principais motivos que levaram as mulheres a buscar a arbitragem foi o vínculo

com a modalidade que já possuíam, visto que todas eram jogadoras, torcedoras e frequentadoras de estádios de Futebol.

O trabalho de conclusão de curso de Ana Carolina Vieira Silva (2019), sobre as árbitras que atuaram no quadro de 2018 da Federação Gaúcha de Futebol, evidenciou que a busca dessas mulheres pela arbitragem ocorreu por serem praticantes da modalidade do Futebol ou do Futsal desde a infância, ou ainda, por não se enxergarem como atletas profissionais. Dessa forma, segundo a autora, as seis árbitras entrevistadas para o estudo relataram que a arbitragem se tornou uma forma de manterem o contato com a modalidade. O fato delas gostarem do Futebol, fez com que elas buscassem, de alguma forma, “fazer parte do espetáculo” (p. 29).

As árbitras que estão no quadro da Federação Gaúcha de Handebol também atuam em outras esferas do esporte, ou seja, como atletas e também técnicas de equipes de Handebol. Betina, por exemplo, atua como técnica nas categorias de base (mirim e infantil) da equipe do Clube de Handebol Capão da Canoa (CHCC), na cidade de Capão da Canoa.

Eu sou técnica do clube de Handebol nas categorias de base né, na categoria mirim, de onze e doze anos e categoria infantil que é de treze e quatorze anos, então eu atuo como técnica desde o ano de 2014 com as idades de onze e doze e no ano de 2016 eu vim assumir a categoria de treze e quatorze também, então atualmente as duas categorias de base trabalha eu e mais uma professora (GÖRGEN, 2017, p. 03).

Marisa Wasem trabalha como professora em um projeto voltado à prática do Handebol, que acontece nas escolas da cidade de Campo Bom – RS. Caroline Goulart não chegou a atuar formalmente como técnica, mas contribuía com a equipe técnica nas categorias de base (mirim) para o Clube Atlético Osoriense (GAO) em Osório – RS, pois no ano de 2010 atuou em âmbito escolar e mobilizou seus alunos a praticarem Handebol.

Eu nunca atuei formalmente como técnica. No ano de 2010 eu iniciei o mirim de Osório, tanto que a Marcele que jogou contra nós hoje foi minha aluna, ela iniciou comigo. Eu iniciei nas categorias de base porque eu trabalhava em uma escola e eu trouxe quase toda a minha turma para trabalhar comigo no mirim, todas eram dessa idade, e eu iniciei, eu fiz o ano de 2010 inteiro trabalhando com eles, mas como eu não tinha nenhum tipo de formação, o técnico responsável é que levava elas para as competições. Mas oficialmente eu não estou como técnica (GOULART, 2017, p. 03).

Conforme observado, as três árbitras também são atletas da modalidade do Handebol, por isso, durante as partidas do Campeonato Estadual de Handebol Feminino adulto, não podem atuar na arbitragem, em função de estarem participando como atletas da modalidade. Desde o ano de 2016, as árbitras Betina e Caroline retornaram às quadras como atletas, jogando para a equipe CHCC. Entretanto, ressalto que elas não apenas atuam no Campeonato Feminino de Handebol de quadra, mas também participam da arbitragem do Campeonato Gaúcho de Handebol de Areia, nos jogos das mulheres e dos homens.

Cabe destacar que para atuarem na arbitragem em competições de *Beach Hand*, elas possuem outra formação de arbitragem, pois as regras são distintas do Handebol em quadra. Os cursos de atualização de regras para o Campeonato de Areia são ministrados no mês de janeiro, antes de iniciar a competição e são promovidos pela FGHb.

O estudo de Jaeger *et al* (2010), que buscou apresentar as diferentes trajetórias de mulheres no esporte em Portugal, se utilizou de entrevistas com vinte e uma mulheres e encontrou que a maioria possuía diferentes funções no cenário esportivo, e algumas buscavam ocupar espaços em esportes que não haviam praticado. As entrevistadas destacam que um dos motivos pela busca em assumir diferentes posições estava vinculada a condições salariais.

Algumas delas narram que assumiam diferentes funções esportivas, treinavam equipes infantis masculinas e femininas, arbitravam jogos, organizavam competições, ministravam aulas em escolas, entre outras tantas possibilidades, para melhorar as condições salariais (JAEGER *et al*, 2010, p. 251).

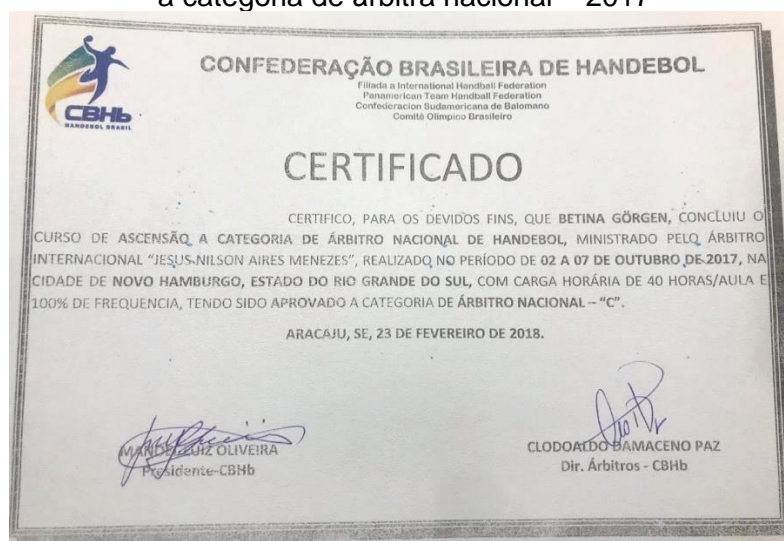
As autoras também ressaltam que as constantes mudanças de clubes no esporte de alto rendimento dessas mulheres foi o que as possibilitou permanecer no esporte, marcando o cenário esportivo português. “É essa interação entre as atividades esportivas e as demais funções exercidas no esporte que abre caminho para que as mulheres continuem atuando nesse campo” (JAEGER *et al*, 2010, p. 251).

Ao analisarmos a participação das árbitras do Handebol gaúcho, identificamos que as três possuem e ocupam diferentes papéis no contexto do esporte e, assim, conseguem obter uma visão bastante ampla dessas múltiplas faces que o esporte apresenta. Betina e Caroline se tornaram árbitras de nível Nacional no ano de 2017, pela Confederação Brasileira de Handebol, sendo uma grande conquista, pois

constituem a primeira dupla de mulheres do Rio Grande do Sul a atingir esse nível. Para ascender a essa categoria foi preciso serem indicadas pela Federação Gaúcha de Handebol, e ainda, elas precisaram passar uma semana em formação para adquirir sua certificação.

O curso ocorreu na cidade de Novo Hamburgo – RS. Para adquirirem sua certificação, as árbitras participaram do Campeonato Brasileiro Cadete Feminino de Handebol por seis dias e, durante esse tempo, realizaram provas teóricas e práticas, além do teste físico. Dessa forma, tornaram-se árbitras Nacionais nível “C”, que é o primeiro nível de ascensão na arbitragem. Quando atingirem o nível “A”, elas estarão aptas a serem indicadas pela CBHb para participar do curso de formação para se tornarem árbitras Internacionais.

Figura 26 – Certificado de Betina Görgen do curso de ascensão a categoria de árbitra nacional – 2017



Fonte: Acervo pessoal de Betina Görgen.

Na sua entrevista, Betina e Caroline também mencionaram que obter o distintivo da Confederação Brasileira de Handebol não era uma busca somente delas! Narram que, ao entrarem para o quadro de arbitragem da FGHB, já havia uma dupla de arbitragem, a Gabriele Bortoluzzi e a Vanessa Denardini, e que elas já haviam tentado alguns anos antes a ascensão à categoria Nacional, porém, sem sucesso. Nas palavras de Betina:

Eu acho que a Vanessa a Gabi elas foram meio que pioneiras na modalidade até onde nós sabemos “né”, que no ano de 2012 quando nós iniciamos a Gabi já tinha previamente... Já estava previamente parando e a Vanessa por questões de trabalho foi morar em outro estado também, e eu acho que o

legal, que elas deixaram, eu apitei bastante com a Vanessa, elas deixaram na verdade a questão de um sonho, elas tinham muita vontade de ser árbitras nacionais, as duas! E a Vanessa, principalmente, ela vivenciou um pouco mais comigo, ela sempre... [...] ela sempre esteve disposta, sempre esteve disposta a ajudar e a contribuir e elas batalharam durante dois, três anos a questão de tentar o Nacional, de ir para o curso, tem uma questão de idade, o curso Nacional eles frisam muito o fator da pessoa ter no máximo vinte e cinco anos, pode ser mais velho que isso, mas eles frisam muito, eles pedem muito pela juventude. Mas em questão da Vanessa e da Gabi elas são pessoa que assim, para nós, elas não foram nosso espelho para começar, mas hoje a gente carrega conosco um sonho que elas como árbitras mulheres tiveram dentro da quadra, que era o sonho de tentar ir para a nacional e levar o esporte, a modalidade, a arbitragem do Handebol no naipes feminino, visando mais para a questão nacional. Então acho que sem dúvida nenhuma, elas... A gente tem muito delas, elas deixaram um rastro bem legal para nós, bem bacana! (GÖRGEN, 2017, p. 09).

Segundo as árbitras, a busca pela ascensão Nacional, que foi obtida em outubro de 2017, já era almejada há bastante tempo. Esse aspecto denota a luta das mulheres para conquistarem novas ascensões na arbitragem, além de sua representatividade ao alcançarem a ascensão Nacional e conquistarem um espaço que antes se apresentava como inatingível ao gênero feminino. Tal fato evidenciou que, apesar de difíceis de serem trilhados, esses caminhos são passíveis de ser conquistados.

Figura 27 – Árbitras Betina Görgen e Caroline Goulart, com a certificação de árbitras da Confederação Brasileira de Handebol (CBHb)



Fonte: Acervo pessoal de Betina Görgen.

Além disso, no ano de 2018, a dupla também participou como árbitras do Campeonato Mundial de Handebol de Surdos, que ocorreu na cidade de Caxias do Sul – RS, entre os dias 12 e 21 de julho de 2018, competição organizada pela Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS), pelo Comitê Internacional de Esportes para Surdos (ICSD) e pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), com apoio da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. A arbitragem foi realizada pela Federação Gaúcha de Handebol, como consta em uma reportagem⁹³ no *site* da UCS.

Entre os dias 12 e 21 de julho, o Campeonato Mundial de Handebol de Surdos mobilizou a comunidade acadêmica na assistência diária às delegações de Brasil, Equador, Croácia, Dinamarca, Turquia, Rússia, Quênia e Camarões, na logística dos jogos e no auxílio aos visitantes e ao público que assiste às partidas. Voluntários de praticamente todas as áreas da Universidade, além de acadêmicos, atuam para garantir a organização e o êxito do campeonato. O Comitê Organizador do evento foi formado por membros da Confederação Brasileira de Desportos de Surdos e do Comitê Internacional de Esportes para Surdos e da Universidade de Caxias do Sul, com apoio da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. A arbitragem foi realizada pela Federação Gaúcha de Handebol. Dentre as autoridades presentes, estavam Paulo Eugênio Gedoz de Carvalho, secretário municipal do Esporte e Lazer, Josiane Maria Poleski, colaboradora da Gestão Administrativa da Confederação Brasileira de Desportos de Surdos, Jonny Gustavson, diretor técnico de Handebol do Comitê Internacional de Desportos de Surdos e Gustavo Perazzolo, presidente da Organização Pan-Americana de Desportos Surdos (UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL, 2018, p. 01).

A presença nessas competições tem sido importante para que Betina e Caroline conquistem o nível de árbitras Internacionais. Elas estão trilhando esse caminho e buscando realizar esse desejo. Para tanto, já atuaram em competições, como: Campeonato Estadual Handebol (infantil, juvenil, júnior e adulto masculino); Campeonato Gaúcho de Handebol de Areia (adulto), promovidos pela Federação Gaúcha de Handebol; os Jogos Universitários Gaúchos (JUGS), promovidos pela Federação Universitária Gaúcha de Esportes (FUGE); e o Campeonato Mundial de Handebol de Surdos, promovido pelo Comitê Internacional de Esportes para Surdos (ICSD) e pela Confederação Brasileira de Handebol.

As árbitras também relataram que, quando iniciaram na arbitragem, não tiveram uma pessoa que as motivasse a seguir essa carreira. Mas, ao longo do tempo, encontraram pessoas, exemplos a serem seguidos que as inspiram a continuar e almejar posições mais altas, como as árbitras francesas Julie e Charlotte Bonaventura, que fazem parte do quadro internacional de arbitragem.

⁹³ Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/noticias/22092/>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

É, eu pude ver um jogo delas nas Olimpíadas, eu fiquei mais feliz porque eram elas apitando... Não que eu não estava valorizando os atletas, mas de poder ver elas, elas atuando. Então eu parava a maioria do tempo do jogo vendo *elas* atuar. Eu olhava elas! Eu olhava o gesto delas, eu olhava o acompanhamento delas na jogada, o quanto elas estavam em cima do lance, mas estavam longe ao mesmo tempo para não interferir, essas coisas. Acho que quando a gente entrou... Para entrar na arbitragem, eu acho que a gente não teve um... Assim, uma pessoa ou algo que nos motivasse a isso, mas depois que nós entramos, nós acabamos criando, espelhos, como elas, acaba que a gente quer ser como elas ou quer estar um dia aonde elas estão hoje, acho que é mais ou menos isso, não por... Não que a gente já tenha tido um espelho antes, mas acabou desenvolvendo no passar dos anos (GOULART, 2017, p. 05).

Essa questão se relaciona de modo bastante significativo à representatividade e ao empoderamento apresentados no estudo de Ludmila Mourão (2000), intitulado *Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização*, no qual escreve sobre a importância das representações sociais associadas à mulher brasileira. Com isso, a autora aborda categorias de representação, entre elas, as representações periféricas, que compreendem as mudanças mais recentes no contexto do esporte e expressam maior atuação de mulheres no cenário esportivo. Para Mourão (2000, p. 10), esses significados de representação “[...] podem começar pelas representações e exercer efeito nas práticas; e podem originar-se de mudanças nas práticas, que acabam interferindo nas representações”.

Podemos observar a representação que essas mulheres na arbitragem apresentam, pois a dupla de árbitras também compreende que hoje estão inspirando outras mulheres a se interessarem pela prática da arbitragem e almejarem um dia chegar a essa função esportiva.

[...] acho que depois da nossa visibilidade, como nós somos novas, elas viram que é possível elas atuarem nessa parte, nessa área da arbitragem e é um meio lucrativo, que tu se mantém no esporte que tu gosta, e tu acaba criando uma profissão para ti. É a partir dessa nossa visibilidade que começou a aparecer mais pessoas do nosso convívio e das outras equipes. A equipe de Santa Maria, duas meninas estão fazendo, estão atuando bastante em escolares, acho que os guris estão preparando elas para o curso. O pessoal da fronteira está tendo também duas meninas, lá da região de Bagé, Pelotas está tendo... Acho que está criando um núcleo maior de mulheres dentro do nosso quadro, quem sabe futuramente estejam incluídas na Federação (GOULART, 2017, p. 04).

Portanto, é a partir dessas três trajetórias que este trabalho busca visibilizar as mulheres na arbitragem do Handebol gaúcho, evidenciando e privilegiando, mais especificamente, o espaço esportivo e da arbitragem do Handebol, e retratando a importância das mulheres na função de árbitra. Com isso, passo a apresentar o próximo subcapítulo sobre os desafios na carreira da arbitragem.

6.3 AS MULHERES NA ARBITRAGEM DO HANDEBOL: DESAFIOS NA CARREIRA

A arbitragem ainda é uma função esportiva majoritariamente ocupada por homens nas diversas modalidades esportivas. No futebol, por exemplo, Igor Chagas Monteiro ao analisar a trajetória de árbitras, aponta para a existência de uma desigualdade de poder entre os gêneros tanto na arbitragem quanto em cargos, como técnicas e gestoras esportivas, ancorada em uma ideia de que qualidades como liderança, comando e força são consideradas masculinas (MONTEIRO, 2016).

Isso se deve ao fato de que, por muito tempo, as atividades esportivas foram designadas “para homens” e “para mulheres”. Sendo assim, os espaços ocupados por mulheres não se destinavam a cargos nos quais elas teriam a autoridade ou o comando, como é o caso da arbitragem.

Operam com o conceito de estereótipo a partir do qual modelos de masculinidade e feminilidade são constituídos, tendo como base o sexo biológico. Nessa direção, as pesquisas empreendidas pouco problematizaram a diferente inserção, adesão e permanência de homens e mulheres no universo cultural do esporte, reafirmando, de certo modo, a representação de que para eles destina-se a aventura, a potência, o desafio, a força; para elas, a aventura comedida, a potência controlada, a força mensurada e o desafio ameno (GOELLNER, 2013, p. 49).

A inserção das mulheres na arbitragem do Handebol se deve, principalmente, a sua relação com a modalidade como jogadoras e ao fato de não quererem se afastar do esporte. Isso fez com que escolhessem a arbitragem como um meio de “permanecer” no Handebol. Além disso, também é uma forma de aprimoramento, pois assim, possuem maior conhecimento sobre as regras da modalidade.

As árbitras Betina Görden e Caroline Goulart, por exemplo, iniciaram na arbitragem no ano de 2012, a partir de um convite da Federação Gaúcha de Handebol: “[...] neste nosso curso, foi por convite, mas futuramente pode ser aberto para mais

pessoas que queiram fazer, mas na nossa época foi convite” (GOULART, 2017, p. 02).

Já a árbitra Marisa Wasem começou na arbitragem, primeiramente, nos jogos escolares, ainda quando jogava na escola. Mais adiante, no ano de 2012, foi convidada pela Federação para fazer o curso de arbitragem.

[...] aí eu comecei a apitar campeonatos escolares e fui indo, fui indo, e aí eu comecei a apitar o JERGS, e aí eu fui convidada pela Federação – porque eu já conhecia alguns árbitros que apitavam meus jogos – para ir apitar a final do JERGS lá em Santa Rosa, e aí eu fui, gostei da experiência de ir lá apitar com o pessoal todo [...] (WASEM, 2017, p. 02).

As três árbitras que eu apresento neste trabalho tiveram desde cedo uma relação muito forte com práticas esportivas na escola. Durante as aulas de Educação Física, praticaram diferentes modalidades esportivas, como Voleibol, Handebol, Futsal, entre outras. Contudo, o Handebol, dentre essas práticas, foi o que mais chamou a atenção das três árbitras, que além da arbitragem também são atletas da modalidade.

Suélen Andres (2014), em seu trabalho intitulado *Mulheres e Handebol no Rio Grande do Sul: narrativas sobre o processo de profissionalização da modalidade e das atletas*, apresenta que as etapas de profissionalização das atletas de Handebol perpassa diferentes fases até chegar à aposentadoria, porém, em quase todas as que entrevistou, a fase inicial ocorreu no contexto educacional. O mesmo é evidenciado na narrativa da árbitra Marisa Wasem, que iniciou sua vida no esporte como atleta atrelada à escola no Ensino Fundamental, para após ingressar no Ensino Superior.

O contato com o Handebol na escola, como uma experiência inicial no esporte, esteve relacionado a um caráter lúdico e pedagógico. No entanto, algumas das atletas entrevistadas, ao se destacarem na modalidade, passaram a ter oportunidades de atuar em equipes de outras escolas ou clubes, algumas delas, inclusive, em cidades distantes daquelas em que tiveram seu primeiro contato com o Handebol (ANDRES; GOELLNER, 2018, p. 531).

A árbitra Marisa também obteve experiências iniciais com o Handebol na escola, e após os anos escolares, por se destacar na modalidade, jogou em diversas equipes do Rio Grande do Sul. Betina e Caroline também se destacaram na modalidade e jogaram para diversos clubes do Rio Grande do Sul, até mesmo em equipes fora do Estado. Betina, por exemplo, jogou em Santa Catarina em equipes

existentes nas cidades de Brusque, Itajaí e Balneário Camboriú, como relata em sua entrevista (GÖRGEN, 2017). É devido a esse contato inicial com o esporte que acabam optando por cursar, no Ensino Superior, Educação Física, e a arbitragem passa a ser vista como mais uma opção de atuação, uma extensão do seu envolvimento com a modalidade.

No que respeita a sua inserção na arbitragem, em suas narrativas, evidenciam dificuldades, algumas delas relacionadas ao preconceito. Para Marisa:

No começo assim, no primeiro ano até que não foi tanto, porque a gente sabia que ia começar lá embaixo, no mirim, eram poucas competições que a gente ia atuar. Mas depois sim! Tive bastante dificuldade por que é mulher, não tinha dupla, que já é outra coisa, as vezes o parceiro não quer apitar com aquela pessoa, daí foi bastante complicado (WASEM, 2017, p. 06).

Podemos perceber na fala de Marisa Wasem que o preconceito por ela enfrentado se apresentava de diferentes formas. No primeiro momento, pelo simples fato de ser mulher, e depois, por não possuir uma dupla fixa, a impossibilitando de estar na posição de árbitra. Dessa forma, como afirma Igor Chagas Monteiro (2016, p. 94), para as árbitras trilharem sua trajetória, foi preciso “superar as interdições, resistir aos preconceitos e à falta de oportunidades”.

A ex-árbitra Vanessa Denardini também comentou sobre o seu início na arbitragem e o preconceito que sentiu.

O preconceito por ser mulher “né”, e até porque a gente acaba sendo crua, tu não tem a experiência, tu vai adquirindo a tranquilidade, os macetes dentro de quadra, daí o pessoal é muito exigente, e daí “cai de pau” em cima... É mulher, nova, dentro do ramo, é complexo, é difícil! (DENARDINI, 2018, p. 04).

As principais dificuldades observadas nos depoimentos das árbitras e das ex-árbitras relacionam-se ao preconceito por serem mulheres. Esse fator limitador se expressa em situações diversas como na escalação dos jogos, na qual elas têm poucas oportunidades para apitar, principalmente em jogos protagonizados por homens. Acrescenta-se a isso a falta de duplas fixas e também a utilização do argumento de ainda serem inexperientes. Como menciona Gabriele Bortoluzzi:

Ao mesmo tempo que existiam pessoas que nos apoiavam, principalmente quando nós entramos direto dentro da Federação, a questão do preconceito acho, por exemplo, jogos que são muito disputados “porque são muito inexperientes para apitar esse tipo de jogo”, “as gurias são muito novas”, na

verdade essas eram as desculpas, mas eu também sentia uma questão de preconceito por ser mulher! Porque quando nós entramos, eu e a Vanessa, não havia nenhuma dupla atuando, então era só nós no meio de todos os meninos. Então, eu sentia essas desculpas, a inexperiência, mas camufladas com o preconceito por sermos meninas (BORTOLUZZI, 2018, p. 05).

Andressa Hartmann (2017), em seu trabalho de conclusão de curso sobre as mulheres na arbitragem do Futsal, intitulado *Das arquibancadas ao centro da quadra: as mulheres na arbitragem brasileira*, enfatiza que os preconceitos vivenciados pelas mulheres na arbitragem também são encontrados em outros espaços da sociedade. Ou seja, a falta de apoio e o preconceito são resultados de uma cultura patriarcal, que não valoriza as mulheres como profissionais, dificultando sua participação, e resultando assim, na existência de desigualdades entre homens e mulheres.

Helena Sumiko Hirata (2010), em seu estudo intitulado *Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho* (DST), apresenta diferentes aspectos dessas novas configurações e como a mulher está presente em cada uma delas. Dessa forma, a autora aborda que “não se pode discutir a divisão social e sexual do trabalho entre homens e mulheres sem associar essa divisão à repartição do saber e do poder entre os sexos na sociedade e na família” (HIRATA, 2010, p. 01). Ela se refere inicialmente ao trabalho profissional e ao doméstico, e afirma que em diversos países as mulheres são mais instruídas que os homens, contudo, ela chama a atenção para as desigualdades existentes, tanto entre homens e mulheres, como entre as próprias mulheres.

Além disso, Hirata (2010) informa que a tecnologia contribuiu para uma melhoria nas condições de trabalho entre homens e mulheres, no entanto, piorou na perspectiva do emprego. No que se refere a uma maior exigência na formação profissional, a autora compreende que para as mulheres o sacrifício é maior do que para os homens, visto que precisam conciliar o cuidado com os filhos com o aperfeiçoamento profissional.

No segundo momento, Hirata (2010) evidencia que a precarização do trabalho é muito maior para o público feminino. Salieta que “é necessário estabelecer relação entre desigualdade no mercado de trabalho, entre mulheres e homens, assim como desigualdades na família e na esfera doméstica” (HIRATA, 2010, p. 03).

Por fim, a autora conclui que a globalização da divisão sexual do trabalho não possui o mesmo impacto entre homens e mulheres. Ela faz um apelo para que as novas divisões sexuais do trabalho, sejam “[...] menos desiguais, mais equitativas,

entre mulheres e homens, tanto no mercado de trabalho, quanto nas esferas do saber e do poder” (HIRATA, 2010, p. 07).

A divisão sexual do trabalho também é mencionada no estudo de Ineildes Calheiro dos Santos e Suely Aldir Messeder (2014), sobre a presença de mulheres na arbitragem do Futebol. As autoras apresentam que, embora haja no Futebol a presença maciça dos homens arbitrando jogos, as mulheres estão conquistando mais espaços profissionais.

Contudo, Santos e Messeder (2014) compreendem que as dificuldades da presença das mulheres no universo da arbitragem do Futebol brasileiro, em relação ao trabalho, estão ligadas à resistência física, “[...] uma vez que estas atuam sob controle físico e a base de desigualdades no quantitativo estipulado para os sexos e nas oportunidades [...]” (p. 01).

As autoras apontam que, apesar dos grandes eventos futebolísticos que vêm ocorrendo no país nos últimos anos, é possível perceber a ausência de mulheres na função de árbitra. No entanto, as mulheres se apresentam fortes diante das diferenças. Dessa forma, Santos e Messeder (2014) entendem que na divisão sexual do trabalho desportivo possui diferentes sentidos como, por exemplo:

[...] disparidades na divisão sexual e nas oportunidades, justificadas pelas diferenças físicas e sua continuidade, mesmo quando as mulheres desportistas passaram a apresentar avanços físicos e invejáveis desempenhos motor-físico-corporal, quando deveriam ocorrer reduções nas disparidades sexuais no trabalho (SANTOS; MESSEDER, 2014, p. 182).

Elas concluem que essa divisão está relacionada às disputas de poder no âmbito do esporte, centralizadas no indivíduo, para assim, manter a masculinidade hegemônica.

Desse modo, para além das diferenças sexuais do trabalho, a árbitra da Liga de Handebol do Paraná, Sandra Quadros, também aponta que os desafios para as mulheres na arbitragem são múltiplos, não apenas os enfrentados em relação ao apito, mas também ao que se estipulou como atribuições da mulher, entre eles, os afazeres domésticos. A árbitra menciona que essa é uma das barreiras, entre tantas outras, que acaba tornando a carreira das mulheres mais curta, levando-as a uma “aposentadoria” precoce, algo notável também em outras esferas do esporte, não se limitando apenas ao contexto da arbitragem.

Olha, tem vários fatores, tem “n” situações. Falo que talvez, digamos: que talvez o incentivo, o caminho para mulher é um pouco mais difícil, difícil no sentido de que as mulheres quando são casadas, para sair de casa é um pouco mais complicado que o homem. Então, a gente enfrenta várias barreiras “né”, então são poucas que conseguem ultrapassar esses obstáculos. A questão do filho, você deixa seu filho em casa, a questão do trabalho, então são vários fatores. Eu como árbitra realmente acredito, e torço para que o nosso quadro fosse bem maior de mulheres, talvez falte um pouco mais de incentivo para mulher, mas não só na arbitragem, acho que isso é de uma maneira geral (QUADROS, 2018, p. 06).

Como aborda Carolina Derós e Silvana Goellner (2009), a ascensão de mulheres em diferentes esferas do esporte é repleta de muitas barreiras, e devido a isso, muitas acabam abandonando suas carreiras no esporte, pois “[...] continua sendo sua a atribuição de cuidar da casa e dos filhos dificultando, sobremaneira, uma maior ascensão profissional” (p. 239). No entanto, apesar de determinados papéis, como a maternidade, serem naturalizados para as mulheres, ainda assim, elas decidiram sair e enfrentar a subjetivação de seus corpos e penetrar em lugares que antes eram proibidos. Para Michelle Perrot (2005, p. 280), as mulheres decidiram “sair moralmente dos papéis designados, construir uma opinião, passar da sujeição à independência: o que pode ser feito no público assim como no privado”.

Além dos obstáculos encontrados pelas mulheres em relação aos espaços demarcados para elas, outra questão que também apareceu ao longo das entrevistas foi o preconceito enfrentado por elas dentro de quadra, principalmente por parte da comissão técnica. Maria Isolina Fazzani, árbitra da Federação Paulista de Handebol, menciona:

Senti sim! Não preconceito dos árbitros, preconceito dos técnicos, dos jogadores, tipo “mulher apitando jogo da gente...”. Então tinha! Hoje tem muito pouco. Hoje é bem menor. Mas ainda existe. Aquela coisa de “Puts, mulher?!”, sabe? Tipo “vai para o fogão”, era mais ou menos isso. Mas eu acho que a gente venceu essa batalha, eu acho que a gente foi abrindo caminho, provando que tinha capacidade, adquirindo um nome. Então, hoje, é bem mais tranquilo. Hoje vai brigar, vai xingar, mas independente se é homem ou mulher (FAZZANI, 2018, p. 09).

O preconceito encontrado pelas árbitras em relação à comissão técnica também é apresentado na entrevista com o diretor de arbitragem da Federação Gaúcha de Handebol, Sérgio Alves, que menciona a existência desse preconceito, propagado pelo machismo presente no contexto do esporte.

Existe muito preconceito, mas aí você tem que impor, a tua experiência te permite como tratar com isso, você consegue resolver, você impõe alguns limites e eles conseguem respeitar. Existem técnicos que atuam, como eu te disse antes, que se você olhasse assim “não parece um professor”, porque muitas vezes eles falam muita besteira para as meninas e isso a gente cuida muito de não deixar elas serem... A gente orienta, a gente protege como uma filha, mas elas têm personalidade e te afirmo com muita tranquilidade. Mas o machismo ainda, infelizmente, por pessoas que não tem noção de como tem que ser, que o esporte é para todos (ALVES, 2018, p. 14).

No entanto, Carla Righeto relembra que as dificuldades, na maioria das vezes, eram ocasionadas por parte dos dirigentes, e destaca:

O que você percebe, é a dificuldade de te colocarem nas decisões “né”, dos campeonatos adultos masculinos, nos campeonatos... Finais de campeonatos. Então você tinha uma dificuldade de uma aceitação não de... Da questão de atletas, mas sim de dirigentes de escalarem mulheres para fazerem as finais dos campeonatos masculinos, nesse sentido sim, a dificuldade do outro lado não, porque a gente trabalhava com todas as outras categorias menores, infantil, júnior, trabalhava o campeonato inteiro com eles, tinha muitas meninas trabalhando em São Paulo, então a gente não tinha... Tudo que é novo estranha um pouco infelizmente (RIGHETO, 2017, p. 09).

O estudo de Ana Carolina Vieira Silva (2019), sobre a presença de mulheres no quadro de arbitragem da Federação Gaúcha de Futebol, apresentou a relação conturbada não apenas em relação à comissão técnica, mas também entre a arbitragem e os torcedores, mais especificamente, em relação aos xingamentos que por vezes as mulheres ouvem ao ocupar essa posição.

A partir da narrativa das árbitras analisadas e da descrição do que ouvem quando estão em campo, a autora analisa que os xingamentos estão associados a diferentes temas. Um deles refere-se aos afazeres domésticos, naturalizados como um espaço socialmente e culturalmente aceito como pertencente ao gênero feminino. Outro se relaciona com a sexualização dos corpos dessas mulheres. Nesse sentido, afirma que o fato delas estarem ocupando um espaço que é visto como não pertencente a elas, dá liberdade para que a torcida despreze sua capacidade de ocupar esse lugar, desvalorizando sua dignidade, erotizando seus corpos e, mesmo, desqualificando sua sexualidade (SILVA, 2019).

Igor Chagas Monteiro (2016) também evidenciou o olhar que a mídia obtém sobre as árbitras do Futebol brasileiro, destacando que algumas das suas entrevistadas identificaram que há ainda um preconceito por parte da mídia ao ver mulheres atuando na arbitragem, enquanto outras consideraram que já houve uma pequena modificação ao longo dos anos. Segundo a narrativa dessas árbitras, há hoje

menor preconceito de gênero expresso na mídia do que em décadas anteriores. Ainda assim, destaca Monteiro (2016), em relação à mídia: “é preciso lembrar que a mesma promove a erotização do corpo da mulher no esporte, reiterando assim, alguns preconceitos” (MONTEIRO, 2016, p. 88).

O trabalho de Carla Righeto (2016), intitulado “*Árbitros: Vilões e/ou mediadores do espetáculo?*”, analisou a violência contra árbitros de Futebol no Brasil. Em sua discussão, a autora descreve que grande parte da violência que acomete o espaço da arbitragem está relacionada à violência presente na sociedade brasileira, mencionando que a mídia possui uma vasta influência nessa violência contra os árbitros.

Ao analisar a presença de mulheres na arbitragem, menciona que, além dessa violência, elas também sofrem uma violência simbólica, mais especificamente, pela estigmatização que sofrem pelos dirigentes esportivos, contribuindo muitas vezes para que sejam excluídas desse espaço. Para a autora: “[...] uma mulher que pretende dirigir, arbitrar partidas e disputar espaços hegemônicos masculinos sofre uma série de barreiras, preconceitos e discriminação, que vão desde os estereótipos de homossexual à erotização do corpo feminino” (RIGHETO, 2016, p. 43).

Como apresentado neste estudo, além da erotização do corpo da mulher, também encontramos os estereótipos impostos a elas. A árbitra Maria Fazzani narra em sua entrevista que outra questão bastante abordada é a sexualidade das árbitras, “[...] vão te xingar de palavrões ou questionar sua sexualidade, isso é muito comum!” (FAZZANI, 2019, p. 09).

Segundo Monteiro (2016), em seu trabalho sobre as mulheres na arbitragem do Futebol, o espaço da arbitragem é composto por hierarquias estruturantes de gênero, o que denota que a mulher nesse espaço causa estranheza, acarretando a contestação de sua competência e suspeitas sobre sua sexualidade. Com isso, o autor conclui que “as árbitras percebem que os dirigentes têm um olhar indiferente e negativo sobre elas. Já os torcedores, olham com preconceito e fazem comentários heterossexistas e erotizados [...]” (MONTEIRO, 2016, p. 96).

Maria Fazzani também apresenta a necessidade que as mulheres têm de provar sua capacidade e autoridade dentro de quadra, caso contrário, a sua condição de estar naquela ocupação será questionada. Para Farias (2014, p. 16) “o papel de um árbitro é de autoridade máxima no jogo, sendo as decisões pertinentes durante a partida, de sua responsabilidade”.

De acordo com o estudo de Jaeger *et al.* (2010), realizado com treinadoras portuguesas, para permanecerem no âmbito do esporte elas precisaram resistir às constantes pressões e também “[...] pequenas resistências espargidas no cotidiano dessas mulheres [...]” (JAEGER *et al.*, 2010, p. 260), que revelam a constante procura pelo seu reconhecimento, transformando a interdição em um novo caminho.

Para a árbitra Marisa Wasem (2017), ao ser questionada sobre o fato de haver poucas mulheres no quadro de arbitragem da FGHB, ela acredita que isso se deve ao acesso difícil, mas também pela procura muito pequena por parte das mulheres. Ou seja, para a própria árbitra, as mulheres são responsáveis pela baixa representatividade nos quadros de arbitragem. E assim, “elas se conformam e se acomodam diante da reserva masculina em cargos dessa natureza. As mulheres acabam interiorizando o domínio dos homens [...]” (FERREIRA *et al.*, 2013, p. 116).

Outra questão bastante relevante é que a carreira de árbitro/a somente foi regulamentada no ano de 2013, pela Lei nº. 12.867⁹⁴. Ainda assim, a Lei apenas menciona a arbitragem do Futebol, não se referindo a outras modalidades esportivas. Dessa forma, compreendo que a arbitragem no Handebol ainda não é uma carreira reconhecida e regularizada, o que pode expressar um fator limitante para que se invista nessa ocupação como algo que lhe garanta.

Esse tema é mencionado em suas entrevistas quando informam que se manter exclusivamente da arbitragem é algo bastante difícil, devido às poucas competições que existem, como é o caso no Rio Grande do Sul, por isso realizam outras atividades paralelas à arbitragem. Acrescenta-se a isso o fato de que os valores pagos se referem a cada categoria e/ou nível que o árbitro/a se encontra. Além do mais, nenhuma árbitra recebe auxílio por parte das entidades, sejam elas Federações, Confederação ou Associações de arbitragem. A Lei nº. 9.615⁹⁵ de 1998, conhecida popularmente como Lei Pelé, que foi alterada pela Lei nº. 12.395⁹⁶ de 2011, aborda que:

Art. 88 – Os árbitros e auxiliares de arbitragem poderão constituir entidades nacionais, estaduais e do Distrito Federal, por modalidade desportiva ou grupo de modalidades, objetivando o recrutamento, a formação e a prestação de serviços às entidades de administração do desporto.

⁹⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12867.htm>. Acesso em: 06 jul. 2019.

⁹⁵ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9615consol.htm>. Acesso em: 06 jul. 2019.

⁹⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12395.htm>. Acesso em: 06 jul. 2019.

Independentemente da constituição de sociedade ou entidades, os árbitros e seus auxiliares não terão qualquer vínculo empregatício com as entidades desportivas diretivas onde atuarem, e sua remuneração como autônomos exonera tais entidades de quaisquer outras responsabilidades trabalhistas, securitárias e previdenciárias (BRASIL, 2011).

Sendo assim, como podemos perceber, a Lei Pelé não buscou dar subsistência a quem participa da arbitragem, fazendo com que a profissionalização da arbitragem ainda seja distante da realidade dessas mulheres e da maioria dos árbitros de Handebol.

Por fim, gostaria de ressaltar que as mulheres que compõe este estudo aceitaram os desafios que lhe foram/são impostos, criando, ao mesmo tempo, formas de sobrevivência para essa “louca vida de arbitragem” (FAZZANI, 2018). Embora haja esforços e novos espaços de lutas pela igualdade dos direitos entre os gêneros no cenário esportivo, a mulher ainda enfrentará preconceitos e dificuldades estabelecidos pela hegemonia masculina no que se refere à arbitragem do Handebol. Ainda que tenham protagonizado seu lugar de fala (RIBEIRO, 2017), há um longo caminho a ser trilhado para que sejam reconhecidas nessa função e que esse reconhecimento represente formas inclusivas de aumentar o percentual de mulheres atuantes na modalidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo apresentar a trajetória de mulheres na arbitragem do Handebol, mais especificamente, no quadro da Federação Gaúcha de Handebol (FGHb), destacando alguns aspectos relacionados a sua inserção no contexto esportivo. Tal intento esteve fortemente atrelado ao desejo de conferir maior visibilidade ao seu protagonismo e pioneirismo nessa função.

Para entender o cenário do Handebol gaúcho, no qual elas atuam, julguei necessário conhecer aspectos basilares do desenvolvimento da modalidade no Brasil e no Rio Grande do Sul e, por essa razão, apontei alguns fragmentos históricos da modalidade, desde a sua inserção até os dias de hoje, tendo em vista que pouco se conhece sobre esse tema. Destaquei alguns de seus marcos e o fiz utilizando-me da oralidade, ou seja, da narrativa de pessoas que protagonizaram os primórdios da modalidade em solo gaúcho, seu processo de estruturação, bem como os primeiros cursos de arbitragem promovidos pela FGHb.

Com o avançar da escrita, apresentei aspectos relacionados ao cenário do Handebol em nível nacional, para então destacar fatores relacionados à inserção das mulheres na arbitragem, com vistas a destacar seu protagonismo que, até hoje, é praticamente desconhecido na literatura da área. Destaquei que, apesar dos homens ainda obterem o domínio sobre os diferentes espaços esportivos, as mulheres permaneceram com suas lutas e enfiamentos diários para se manter nessa função, buscando por novos espaços e ascensões a serem conquistadas.

Por último, apresentei as mulheres que hoje fazem parte do quadro de arbitragem da Federação Gaúcha de Handebol. Abordei suas trajetórias, regadas de superações, preconceitos e oportunidades que elas têm, ou que perceberam ter, em suas carreiras como árbitras. Busquei por meio de suas narrativas contextualizar o universo da arbitragem do Handebol vivenciado no Rio Grande do Sul, mais especificamente em Porto Alegre e em cidades próximas da capital.

Identifiquei que as árbitras que participaram desta pesquisa possuem experiências significativas e relevantes no cenário da arbitragem do Handebol em nível regional, nacional e internacional. Seu ingresso ocorreu entre a década de 1980 e os anos 2000, nas regiões Sul e Sudeste do país, sobretudo nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

O primeiro contato com a modalidade ocorreu como atletas, no âmbito escolar ou de clubes. A arbitragem foi aparecendo aos poucos, por convites feitos através dos dirigentes ou por escolha própria. As barreiras foram se tornando cada vez mais presentes, e a resistência foi encontrada por parte das Federações, dos dirigentes, das comissões técnicas e dos próprios colegas de arbitragem, além das interdições nas escalas e a árdua demanda em ter que conciliar a arbitragem com a vida profissional e social.

Contudo, elas permanecem na carreira, seja em função da “paixão” pela modalidade ou do gosto pela arbitragem. Um tema evidenciado por elas refere-se ao fato de terem menos oportunidades que os homens, visto que dificilmente são escaladas para jogos finais, em especial, campeonatos disputados por homens. As árbitras referem que geralmente atuam em campeonatos de mulheres ou de categorias de base, razão pela qual precisam estar a todo momento reafirmando seu espaço com vistas a obterem reconhecimento, oportunidade e valorização profissional.

Suas conquistas não foram concessões: a boa atuação em campeonatos e a capacidade de superar as dificuldades foram alguns dos elementos que levaram essas mulheres a ascender para categorias mais avançadas como, por exemplo, a inserção no quadro de instituições nacionais e internacionais. Isso pode ser observado pela trajetória de algumas das árbitras entrevistadas para esta pesquisa, cuja carreira tem como destaque a atuação em competições em diferentes níveis de arbitragem.

Por fim, defendo este trabalho como um modo de produção de fontes e de conhecimentos sobre a presença de mulheres no quadro de arbitragem do Handebol. Ao focalizar essa temática, acredito na sua contribuição para a reconstrução de fragmentos da história das mulheres no esporte. Considero-a datada e restrita a um contexto específico, porém não menos importante e necessária.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam. Mulheres no Esporte: Corporalidades e Subjetividades. **Movimento**. Porto Alegre, v. 12, n. 01, p. 11-29, jan./abr., 2006.

AIRES, Luma L. **Depoimento de Luma Lemos Aires**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2019.

AIRES, Luma L. **Os fatores esportivos responsáveis pelo sucesso da equipe de handebol da ADUFMS na década de 80**: estudo de caso baseado na percepção do técnico da equipe. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Educação Física) – Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

ALBERTI, Verena. História dentro da História. *In*: Carla Bassanezi Pinsky (Org.), **Fontes Históricas**, 2. ed., São Paulo: Contexto, 2008, p. 155-202.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**, 3. ed., Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALBERTI, Verena. Narrativas na história oral. *In*: **Anais...** XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa (PB): ANPUH-PB, 2003. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177541_8d5c06dc86a7c8604dcac1b4244014e8.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

ALBERTI, Verena. **O acervo de história oral do CPDOC**: trajetória de sua constituição. Rio de Janeiro: CPDOC, 1998. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6840/863.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 out. 2017.

ALVES, Sérgio C. **Depoimento de Sérgio Chaves Alves**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2018.

AMARAL, Giovan. **Depoimento Giovan Amaral**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2018.

ANDRES, Suélen de S. **Mulheres e Handebol no Rio Grande do Sul**: narrativas sobre o processo de profissionalização da modalidade e das atletas. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

ANDRES, Suélen de S; GOELLNER, Silvana V. Trajetórias esportivas de jogadoras de handebol e suas narrativas sobre ser profissional da modalidade. **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 02, p. 527-538, abr./jun, 2018.

AÑEZ, Ciro R.; HINO, Adriano A. **Manual prático para a aplicação do teste de Vai-e-Vem (20m) de Léger**. GPAQ – Grupo de Pesquisa em Atividade Física e Qualidade de Vida. V2, 2003.

ARANTES, Gabriela Villela. **A história do handebol em Minas Gerais**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Educação Física) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

ARENA, Renato. **Depoimento Renato Arena**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2015, 16f. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/194732>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

AUGUSTIN, Claudio. **Depoimento de Claudio Augustin**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2011.

BECKER JÚNIOR, Benno. **Depoimento Benno Becker Júnior**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/182952>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

BERED, Mara E. S. **Depoimento de Mara Elisabete Silva Bered**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2018.

BONAVENTURA, Julie. **Depoimento Julie Bonaventura**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2017.

BORTOLUZZI, Gabriele. **Depoimento de Gabriele Bortoluzzi**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2018.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. Lei n. 12.867, de 10 de outubro de 2013. Regula a profissão de árbitro de futebol e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12867.htm>. Acesso em: 06 jul. 2019.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL. Lei n. 12.395, de 16 de março de 2011, Art. 88. Altera a Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12395.htm#art1>. Acesso em: 06 jul. 2019.

CAMPOS, Asaléa. **Depoimento Asaléa de Campos Fornero Medina** (Léa Campos). Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/180542>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

CITTON, Gabriel. **Depoimento Gabriel Citton**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2018.

DACOSTA, Lamartine Pereira. **Atlas do esporte no Brasil**: Atlas do Esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil. Rio de Janeiro: Shap, 2006.

DAMETTO, Renita N. **Depoimento Renita Nair Dametto**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2018.

DAVID, Priscila. História Oral: Metodologia do Diálogo. **Patrimônio e Memória**. São Paulo, v. 9, n. 1, p. 157-170, jan./jun, 2013.

DELGADO, Lucília de A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, v. 6, p. 09-25, jun, 2003.

DENARDINI, Vanessa W. **Depoimento de Vanessa W. Denardini**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2018.

DERÓS, Carolina de C; GOELLNER, Silvana V. As mulheres na gestão do esporte brasileiro: um estudo pioneiro. **Movimento**. Porto Alegre, v. 15, n. 02, p. 235-242, abr./jun, 2009.

FARIA JUNIOR, Alfredo. G. de. Futebol, Questões de Gênero e Co-educação: Algumas considerações didáticas sob enfoque multicultural. **Pesquisa de Campo**. Rio de Janeiro, n. 2, 1995, p. 23.

FARIAS, Lílian Kirsch de. **As mulheres árbitras**: aspirações e expectativas em torno de uma profissão. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FAZZANI, Maria I. **Depoimento Maria Isolina Fazzani**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2018.

FEDERAÇÃO GAÚCHA DE HANDEBOL. **Documento da Federação Gaúcha de Handebol (FGHb)**. Porto Alegre, 1972.

FEDERAÇÃO GAÚCHA DE HANDEBOL. **Histórico da Federação Gaúcha de Handebol (FGHb)**. Santa Maria, 2015.

FERNANDES, Jorge L. B. **Depoimento Jorge Luiz Brandli Fernandes**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/194700>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

FERNÁNDEZ, Dolores G; OLID, Clara S; TORREGROSSA, Miguel. Mujeres y árbitras: historias de vida de una doble minoría en el deporte. **Revista de Psicología del Deporte**, v. 27, n. 2, p. 23-30, 2018.

FERREIRA, Heidi J. *et al.* A baixa representatividade de mulheres como técnicas esportivas no Brasil. **Movimento**. Porto Alegre, v. 19, n. 03, p. 103-124, jul/set, 2013.

FERREIRA, Marieta de M. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, dez., 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X003006013>>. Acesso em: 15 out. 2017.

FERREIRA, Pedro. **Handebol de salão**. 3. ed. São Paulo: Brasipal Ltda., 1980.

GARCIA, Bruna. **Depoimento Bruna Garcia**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2018.

GARCIA, Gabriela. **Depoimento Gabriela Garcia**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2018.

GARCIA, Renata. **Depoimento Renata Garcia**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2018.

GOELLNER, Silvana V. *et al.* Garimpando Memórias: Esporte, Educação Física, Lazer e Dança no Rio Grande do Sul. *In*: GOELLNER, Silvana V; JAEGER, Angelita A. (Orgs.). **Garimpando memórias: Esporte, Educação Física, Lazer e Dança**. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 53-62.

GOELLNER, Silvana V. Feminismos, mulheres e esportes: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico. **Movimento**. Porto Alegre, v.13, n. 2, p. 171-196, maio/ago., 2007.

GOELLNER, Silvana V. Gênero e esporte na historiografia brasileira: balanços e potencialidades. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 34, p. 45-52, jan./jun., 2013.

GOELLNER, Silvana V. Informação e documentação em esporte, educação física e lazer: o papel pedagógico do Centro de Memória do Esporte. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 199-207, 2003.

GOELLNER, Silvana V. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a Prática**, v. 8, n. 1, p. 85-100, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/rpp.v8i1.106>>. Acesso em: 15 maio 2018.

GOELLNER, Silvana, V. Mulher e Esporte no Brasil: fragmento de uma história generificada. *In*: SIMÕES, A. C.; KNIJNIK, J. D. (Orgs.). **O Mundo Psicossocial da Mulher no Esporte: Comportamento, gênero, desempenho**. São Paulo: Aleph, 2004, p. 359-373.

GÖRGEN, Betina. **Depoimento Betina Görgen**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2017.

GOULART, Caroline. **Depoimento Caroline Goulart**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2017.

GUTIERREZ, Washington. **Histórico da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ESEFID/UFRGS, 1971. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/123456789/471/RV00177.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 17 maio 2018.

HALL, Stuart. "The workofrepresentation". *In*: HALL, Stuart (Org.) **Representation: Cultural representationand cultural signifyingpractices**. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997.

HARTMANN, Andressa. **Das arquibancadas ao centro da quadra**: as mulheres na arbitragem brasileira. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Educação Física) – Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

HIRATA, Helena S. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Revista Tecnologia e Sociedade**. Curitiba, 2. ed., v. 6, n. 11, p. 01-07, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2557>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

HUBNER, Edgar; REIS, Cláudio. Handebol. *In*: DACOSTA, Lamartine Pereira. **Atlas do esporte no Brasil**: Atlas do Esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil. Rio de Janeiro: Shap, 2006, p. 281-284.

INTERNATIONAL HANDBALL FEDERATION (IHF) (Org.). **World Handball Magazine**. Suíça, 2004/2.

JAEGER, Angelita A. *et al.* Trajetórias de mulheres no esporte em Portugal: assimetrias, resistências e possibilidades. **Movimento**. Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 245-267, jan./mar., 2010.

JAEGER. Angelina A. Gênero, Mulheres e Esporte. **Movimento**. Porto Alegre, v.12, n. 1, p. 199-210, jan./abr., 2006.

KLANOVICZ, Jamile M. **A História da disciplina de Handebol da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2016. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Educação Física) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LIMA, Clery Q. de. **Esportes revisados em Santa Maria**: handebol. Santa Maria: PROESP, 2012.

LOURO, Guacira L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2, p. 17-23, maio/ago., 2008.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes,1997.

LOZANO, Jorge E. A. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.), **Usos e abusos da história oral**, 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

LUCCHESI, Anita. História e Historiografia Digital: diálogos possíveis em uma nova esfera pública. *In*: **Anais...** Simpósio Nacional de História, Natal (RN): ANPUH – RN, 2013.

LYRA, Vanessa B. **A criação da Escola de Educação Física do Rio Grande do Sul: formação de professor (es) para a construção do campo (1940-1970)**. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MACEDO, Christiane Garcia *et al.* “Ilhas de Lembranças”: histórias e memórias dos 70 anos da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – ESEF/UFRGS. *In: Anais... V Congresso Sulbrasileiro de Ciências dos Esporte*, UIVALI, Itajaí (SC), 2010.

MAZO, Janice Z; REOPPOLD FILHO, Alberto R. (Orgs.). **Atlas do Esporte no Rio Grande do Sul**: atlas do esporte, educação física e atividades de saúde e lazer no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CREF2/RS, 2005.

MEIHY, José C. S. B. Definindo História Oral e Memória. **Cadernos CERU**, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 52-60, 1994. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cerusp/article/view/83299/86330>>. Acesso em: 20 maio 2019.

MEYER, Dagmar E. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 1, n. 57, p. 13-18, jan./fev., 2004.

MONTEIRO, Igor C. **Mulheres de preto**: trajetórias na arbitragem do futebol profissional. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física e Desporto, Universidade de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

MONTEIRO, Igor C; SOARES; João P. F; MOURÃO, Ludmila. Saindo da “posição de impedimento”: As árbitras brasileiras no futebol profissional. *In: Anais... XIX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte – COMBRACE*. Vitória, 2015, p. 01-15.

MORÃO, Ludmila. Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. **Movimento**. Porto Alegre, ano 7, v. 6, n. 13, 2000/2.

NAGY – KUNSAGI, Paulo. **Handebol**, 2. ed., Rio de Janeiro: Palestra, 1983.

NAGY-KUNSAGI, Paulo. **Handebol**. Santo André: IEP, 1978.

NASCIMENTO, Aline S; NUNES, Mário, L. F. A mulher árbitra de futsal: entre a norma e a resistência. **Interseções**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 197-216, jun., 2014.

NEDEL, Priscila. **Depoimento Priscila Nedel**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2017.

NETTO, Francisco C. **Depoimento Francisco Camargo Netto**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/134853>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

NETTO, Francisco C. **Handebol**. 2. ed. Porto Alegre: Meridional, 1972.

NETTO, Francisco C. **Handebol**. 4. ed. Porto Alegre: PRODIL-LIAL, 1982.

NETTO, Francisco C. **Handebol**. Porto Alegre: Meridional, 1970.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

PESAVENTO, Sandra J. **História e história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

QUADROS, Sandra A. dos S. F. de. **Depoimento Sandra Aparecida dos Santos Ferreira Quadros**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2018.

QUEIROGA, João G. de S. **Depoimento João Guilherme de Souza Queiroga**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/185898>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

REIS, Fabio P. G. dos; ARRUDA, Ivan E. de A. Mulher, futebol e arbitragem: um espaço de conquista, tensão e resistência. **EFDeportes.com**, Buenos Aires, ano 16, n. 162, nov., 2011. Disponível em: <<https://www.efdeportes.com/efd162/mulher-futebol-e-arbitragem.htm>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIGHETO, Carla. “**Árbitros**: vilões e/ou mediadores do espetáculo?”. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

RIGHETO, Carla. **Depoimento Carla Righeto**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/194724>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

RIGHETO, Carla. O papel da mulher como árbitra de handebol internacional. *In*: **Anais...** III Fórum de debates sobre Mulher e esporte: mitos e verdades. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004, p. 74-77. Disponível em: <http://www.im.br/site_1/faculdade/educacao_fisica/estudo_muculacao/ANAIS_III_Forum_Mulher_Esporte_Mitos_e_Verdades.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

RIGHETO, Carla; REIS, Heloisa H. B. dos. Os árbitros de futebol e a mídia esportiva: a interpretação de árbitros paulistas sobre os comentários da mídia acerca do trabalho da equipe de arbitragem. **Movimento**, Porto Alegre, v. 23, n. 01, p. 281-294, jan./mar, 2017.

ROCHA, Cristina. **Gênero em ação**: rompendo o Teto de vidro? (Novos contextos da tecnologia). Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro

de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

RUBIO, Katia; SIMÕES, Antônio C. De espectadoras a protagonistas: A conquista do espaço esportivo pelas mulheres. **Movimento**. Porto Alegre, ano 5, n. 11, p. 50-56, 1999/2.

RUVIARO, Rosana P. **Impedida?** A mulher na arbitragem do Rio Grande do Sul. Trabalho e conclusão de curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2017.

SANTOS, Ineildes C. dos. As mulheres árbitras de Futebol: corpo, trabalho e poder. *In: Anais...* Seminário Interlinhas. Bahia: Universidade do Estado da Bahia, v. 02, n. 02, 2014, p. 61-69. Disponível em: <<http://tecnosystemej.com/seminario-interlinhas/wp-content/uploads/2017/07/Resumos-2014.2-PDF.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2018.

SANTOS, Ineildes C. dos. As mulheres árbitras de Futebol: um estudo sobre poder, diferenças físicas entre os sexos e as influências socioeducativas e culturais. *In: Anais...* Seminário Interlinhas. Bahia: Universidade do Estado da Bahia, v. 03, n. 01, 2015, p. 81-89. Disponível em: <<http://tecnosystemej.com/seminario-interlinhas/wp-content/uploads/2017/07/Resumo-2015.1-PDF.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2018.

SANTOS, Ineildes C. dos. As mulheres no mundo da arbitragem futebolística: a construção dos corpos e a dominação masculina no futebol. *In: Anais...* Seminário Interlinhas. Bahia: Universidade do Estado da Bahia, v. 02, n. 01, 2014, p. 93-100. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/asipc/article/view/4663>>. Acesso em: 15 maio 2018.

SANTOS, Ineildes C. dos. Escanteio: mulheres que trocam o rosa cultural pelo preto da tradição. No campo da arbitragem em futebol. *In: Anais...* III Seminário Internacional Enlaçado Sexualidades. Bahia: Universidade do Estado da Bahia, 2013, p. 01-15.

SANTOS, Ineildes C. dos; OLIVEIRA, Eduardo David. Interseccionalidade no esporte: reflexões sobre o estudo com as árbitras de futebol e o método corpo-experiência. **Rebeh** – Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, [S.l.], v. 1, n. 3, p. 34-57, out. 2018. Disponível em: <<http://www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article/view/128>>. Acesso em: 15 maio 2018.

SANTOS, Ineildes C. dos; MESSEDER, Suely A. A influência cultural na fisiologia do corpo sexuado vinculado à hegemonia masculina na divisão sexual do trabalho na arbitragem em futebol. **Revista Ambivalências**, Sergipe, v. 2, n. 3, p. 170-193, jan./jun., 2014.

SANTOS, Ricardo J. **Cartão Amarelo**: a questão do gênero no trabalho: os árbitros femininos de andebol. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade do Porto, Porto, 2017.

SCHERER, Alexandre. **Depoimento Alexandre Scherer**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/175072>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

SILVA, Ana C. V. **Futebol e mulheres**: As árbitras da Federação Gaúcha de Futebol em 2018. 2019. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Educação Física) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SILVA, Marco A. F. da. **Handebol**: regras ilustradas, técnicas e táticas. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1983.

SILVA, Mauro César Sá da. **Regras oficiais de handebol**. Rio de Janeiro: Sprint Ltda., 1992-93.

SILVA, Mauro César Sá da. **Regras oficiais de handebol**. Rio de Janeiro: Sprint Ltda., 1995-97.

SOUZA, Elizeu C. (Auto)biografia, histórias de vida e práticas de formação. *In*: NASCIMENTO, Antônio D; KETKOWSKI, Tânia M. (Org.), **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 59-74. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2018.

SOUZA, Gabriela C. de. As brasileiras na arbitragem dos esportes de combate olímpicos. *In*: **Anais... IX Fazendo Gênero, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, ago., 2010, p. 01-09. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278296954_ARQUIVO_ASBRASILEIRASNAARBITRAGEMDOSESPORTESDECOMBATEOLIMPICOS.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2019.

SOUZA, Juliana S. S; KNIJNIK, Jorge D. A mulher invisível: gênero e esporte em um dos maiores jornais diários do Brasil. **Revista brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 21, n. 01, p. 35-48, jan./mar., 2007.

TENROLLER, Carlos Alberto. **Handebol para iniciantes**: abordagem recreativa. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TONETTO, Lidiane de O. N. **Depoimento Lidiane de Oliveira Nicorena Tonetto**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2019.

WASEM, Marisa. **Depoimento Marisa Wasem**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2017.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Conte um pouco da sua formação, como iniciou no esporte.
2. Qual a sua trajetória no Handebol?
3. Já atuou como técnica? Quais os clubes, tempo que dedicou ao Handebol?
4. Como se tornou árbitra de Handebol? Onde fez o curso? Ano? Presença das mulheres nos cursos de arbitragem.
5. Como funcionam as etapas do curso de arbitragem de Handebol (nos diferentes níveis – Regional, Nacional, Internacional)? Como ocorre a ascensão dentro da arbitragem?
6. Atualmente se dedica, exclusivamente, ao trabalho como árbitra de Handebol ou tem outra fonte de renda?
7. Conte um pouco sobre as competições que participou (presença de público)? Há algum xingamento por parte do público (em relação à arbitragem)?
8. Primeira(s) árbitra(s) de Handebol do Brasil? E no Rio Grande do Sul?
9. Sentiu alguma dificuldade quando iniciou na arbitragem?
10. Como esporte Olímpico, como você vê a participação do Brasil (equipe masculina e feminina) em grandes competições? E as mulheres na arbitragem dessas competições?
11. Teria algo mais que gostaria de compartilhar?

ANEXO A - CARTA DE CESSÃO**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA****CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE****CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS****SOBRE DEPOIMENTO ORAL**

Pelo presente documento, eu, _____

_____ CPF nº _____, declaro ceder ao Centro de Memória do Esporte da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao Projeto Garimpando Memórias.

O Centro de Memória do Esporte fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do depoente